

Ricardo Fernando Carneiro Gomes

2º Ciclo de Estudos

Mestrado em Riscos, Cidade e Ordenamento do Território

Percursos Pedestres na Região Autónoma da Madeira – A importância da integração da
Gestão do Risco, Ordenamento do Território e Tecnologias da Informação e
Comunicação
2013

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Rodrigues Monteiro Sousa

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

*“God made the country, and man made the town.
What wonder, then, that health and virtue, gifts
That can alone make sweet the bitter draught
That life holds out to all, should most abound
And least be threatened in the fields and groves?”*

The Task, 1785
William Cowper

*À Cândida Jardim,
porque o caminho se percorre a dois.*

Agradecimentos

Gostaria de deixar um sincero agradecimento a todos os que me apoiaram e incentivaram ao longo dos meses em que desenvolvi este trabalho.

À Professora Doutora Ana Monteiro, pela orientação, motivação e acompanhamento, desde os primeiros anos da Licenciatura em Geografia, há mais de uma década, a Pós-Graduação em Riscos Naturais e, agora, neste mestrado.

À Câmara Municipal de São Vicente e à Direção Regional de Florestas, representados pelo Sr. Vice-presidente João Monte e Engenheira Ana Sé, pelo apoio institucional.

Ao Geógrafo Uriel Abreu pelo apoio e, sobretudo, pelo exemplo e pela motivação ao longo destes meses.

Aos Professores Filipe Aires e Duarte Mendes pelos ensinamentos, ao longo dos anos, sobre as levadas, veredas e serras da Madeira.

Aos Professores Ângela Borges, Lúcia Monteiro e José António pela amizade e pela leitura e revisão deste texto.

Aos Engenheiros Rúben Jardim e César Neves pelo auxílio na programação.

Aos meus amigos.

Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

App	Aplicação Móvel
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CST	Conta Satélite de Turismo
DRT	Direção Regional de Turismo
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
INE	Instituto Nacional de Estatística
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
ORAM	Orçamento da Região Autónoma da Madeira
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PIB	Produto Interno Bruto
PIBR	Produto Interno Bruto Regional
POTRAM	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira
PRAM	Plano Regional da Água da Madeira
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RAM	Região Autónoma da Madeira
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SRA	Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais
TER	Turismo no Espaço Rural
TERN	Turismo em áreas rurais e naturais
TN	Turismo de Natureza
TP	Turismo de Portugal
WebSig	Sistema de Informação Geográfica baseado na Internet
WTTC	World Travel and Tourism Council

Resumo

O turismo, principal atividade económica da Região Autónoma da Madeira (RAM), é um dos pilares estratégicos do desenvolvimento regional e um vetor privilegiado de indução do desenvolvimento sustentável. Possui uma importância económico-social que se manifesta pelo peso no PIB regional, no mercado de emprego e nas exportações. É, aliás, destacado em diversos documentos do governo regional como sendo o alicerce em que se deve fundar o desenvolvimento da RAM.

No entanto, na última década, o consolidado produto principal, associado ao *touring* cultural e ao Funchal, viu o crescimento da procura estagnar e, em alguns momentos, decrescer. O próprio Governo Regional diagnosticou a necessidade de apostar em produtos emergentes e, em particular, no turismo em áreas rurais e naturais, especialmente no Norte da Ilha da Madeira.

Essa aposta faz sentido, atendendo às motivações de visita e às atividades realizadas pelos turistas que visitam a RAM, em que destacam claramente a Paisagem, a Natureza e o pedestrianismo pelas veredas e levadas. Ainda assim, este segmento de turismo possui atualmente pouca relevância no que se refere quer à oferta quer à procura de alojamento.

Este trabalho procura explorar a possibilidade de uma aposta mais eficaz no turismo em espaços rurais e naturais, utilizando como produto de referência o pedestrianismo e a potencialidade dos percursos pedestres para interligar valores naturais e culturais, promover o desenvolvimento sustentável e o dinamismo económico integrando a gestão do risco, o ordenamento do território e as tecnologias da informação e comunicação na criação de valor do produto turístico.

É apresentada uma proposta de intervenção que traduz esta perspetiva e delimita um modelo de desenvolvimento do pedestrianismo que poderá ser replicado noutros percursos e noutros locais da RAM.

Palavras-chave: Turismo, Percursos Pedestres, Risco Natural, Ordenamento do Território, Sustentabilidade

Abstract

Tourism, the main economic activity in the Autonomous Region of Madeira (RAM), is one of the strategic pillars of the regional development and a privileged vector of sustainable development. It has a great economic and social importance manifested by its weight in the regional GDP, the labour market and exports. Moreover, it is highlighted in several documents of the Regional Government as the foundation on which the development of the Autonomous Region of Madeira is grounded.

However, in the last decade, the consolidated core product, associated to cultural touring and to Funchal, saw its demand growth stagnate and, in some instances, decrease. The Regional Government itself has diagnosed the need to bet on emerging products and, in particular, in tourism in rural and natural areas, especially in the northern part of Madeira Island.

That bet seems to make sense, given the motivations of the visits and the activities undertaken by the tourists who are visiting the RAM, which clearly highlights Landscape, Nature and hiking in "*levadas*" and "*veredas*". Still, this tourism segment currently has little relevance in what concerns accommodation.

This paper seeks to explore the possibility of a more effective bet on tourism in rural and natural areas, using hiking and walking trails potential to connect natural and cultural heritage and promote the development of sustainability and economic dynamism in its surroundings. It seeks to further integrate risk management, spatial planning and technology in the design and creation of value in the touristic product.

It presents an intervention that applies these principles and outlines a model for the development of hiking that can be applied in other places of the Autonomous Region of Madeira.

Key Words: Tourism, Walks, Natural Risk, Planning, Sustainability

Índice Geral

Agradecimentos.....	iv
Siglas, Acrónimos e Abreviaturas	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice de figuras	x
Índice de Quadros.....	x
Lista de Anexos.....	xi
Capítulo I – Introdução	1
1. Introdução	2
2. Escolha do Tema	3
3. Hipóteses.....	6
4. Metodologia	7
5. Estrutura.....	9
Capítulo II – Revisão Bibliográfica	10
1. Turismo	11
1.1 Turismo Sustentável.....	14
1.2 Impactos do Turismo	18
1.2.1 Impactos económicos.....	20
1.3. Turismo no Espaço Rural – TER.....	21
1.4. Turismo de Natureza – TN	24
1.5. Turismo em Espaços Rurais e Naturais – TERN.....	26
2. Percursos Pedestres.....	27
3. Ordenamento do Território.....	32
4. Riscos.....	36
Capítulo III – Estudo de Caso	44
Cenário de Partida	45
1. Enquadramento Geográfico	45
2. Importância do Turismo na RAM.....	49
2.1 A Economia Regional	49
2.2 Turismo	51
3. Caracterização do Setor Turístico.....	55
3.1 Caraterização do Setor do Turismo da RAM.....	56

3.2 Turismo no espaço rural e natural	65
4. Perfil dos Turistas	68
5. Política e Estratégia para o Setor do Turismo	71
6. Síntese	76
Proposta de Intervenção	79
7. Implantação de percursos pedestres.....	79
7.1. Percorso Entrosa – Senhor do Bom Jesus	82
8. Aplicação e Portal Nature Walks – NWalks.....	94
8.1 Aplicação Nature Walks – NWalks	94
8.2 Portal Nature Walks	97
9. Sustentabilidade Económica	100
10. Ordenamento do Território.....	102
11. Promoção da Sustentabilidade Ambiental.....	105
Capítulo IV - Conclusão.....	108
1. Discussão de resultados.....	109
Bibliografia	112
Sites:	119
Legislação.....	119
Anexos	121

Índice de figuras

Figura 1: Localização do Arquipélago da Madeira.....	45
Figura 2: Arquipélago da Madeira	47
Figura 3: Evolução do número de dormidas na RAM, em estabelecimentos hoteleiros, entre 1992 e 2012	56
Figura 4: Evolução do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros da RAM, entre 1992 e 2012	58
Figura 5: Capacidade de alojamento por município e tipo de alojamento.....	63
Figura 6: Mapa e pormenor de mapa de caminhos da Madeira (1817) - Arquivo Militar.....	83
Figura 7: Postal do início do século XX com paisagem da Entrosa (Madeira Quase Esquecida).....	84
Figura 8: Vista 3D do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus	85
Figura 9: Perfil do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus.....	85
Figura 10: Vistas da foz da Ribeira do Porco com ruínas do engenho de cana-de-açúcar	86
Figura 11: Vistas ao longo do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus.....	87
Figura 12: Percurso, ramais, pontos de interesse e serviços	88
Figura 13: Proposta de marcação e sinalização no percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus	91
Figura 14: Vista 3D de Pontos Críticos	93
Figura 15: Pictogramas para sinalética	93
Figura 16: Imagens da Aplicação Nwalks	97
Figura 17: Imagens do Portal Nature Walks.....	100
Figura 18: Os 3 Pilares de um Geoparque.....	107

Índice de Quadros

Quadro 1: População residente na RAM e em São Vicente, em 2001 e 2011, e evolução 2001-2011	48
Quadro 2: Distribuição da população residente por escalão etário, na RAM e em São Vicente, em 2011....	48
Quadro 3: População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade, na RAM e em São Vicente, em 2011	49
Quadro 4: Hóspedes e Dormidas na RAM: peso por mercado emissor em 2012	59
Quadro 5: Proveitos Globais nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos, na RAM, em 2012	60
Quadro 6: Síntese de indicadores de turismo, na RAM, entre 2003 e 2012.....	62
Quadro 7: Comparação de indicadores entre a RAM e São Vicente, entre 2007 e 2012	64
Quadro 8: Comparação de indicadores entre a RAM, Funchal e São Vicente, em 2002 e 2012	65
Quadro 9: Estabelecimentos, Capacidade de Alojamento, Hóspedes Entrados, Hóspedes e Dormidas em TER, por município, na RAM, em 2012	67
Quadro 10: Caracterização do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus	89
Quadro 11: Levantamento de Evidências de Pontos Críticos	92
Quadro 12: Funcionalidades da Aplicação Nwalks.....	95
Quadro 13: Funcionalidades do Portal Nature Walks	98

Lista de Anexos

- I. Tipos de Viajantes segundo a OMT.
- II. Lista de Áreas Protegidas da RAM.
- III. Mapa de Áreas Protegidas da RAM.
- IV. Normas para a Implantação e Marcação de Percursos Pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.
- V. Exemplo de brochura de divulgação de percurso pedestre da Direção Regional de Turismo da RAM.
- VI. Sinalização e marcação em percursos pedestres recomendados.
- VII. Mapa do percurso, ramais, pontos de interesse, hotelaria, restauração e serviços.
- VIII. Proposta de intervenções sobre o percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus.
- IX. Descrição e fotografia de Pontos Críticos.

Capítulo I – Introdução

1. Introdução

O turismo é uma atividade económica em crescimento, com um peso cada vez maior na criação de riqueza, no PIB e no emprego, estimando-se que continue nos próximos anos a crescer e cimentar-se como um dos principais setores económicos a nível mundial (OMT, 2013; WTTC, 2013b).

Em Portugal, o Turismo tem também um peso crescente na economia, representando em 2012, segundo o World Travel and Tourism Council (WTTC), um contributo total de 15,9% do PIB, 18,5% do emprego existente, 17,8% das exportações e 13,3% do investimento (WTTC, 2013b).

Na Região Autónoma da Madeira (RAM), como veremos, o turismo é uma preocupação central para a população, para os políticos e para o Governo Regional. De facto, a várias vozes se anuncia o carácter estratégico desta atividade ainda que, frequentemente, sem precisar o efetivo peso do turismo na economia.

A cidade do Funchal, produto turístico de referência na RAM, concentra a maioria da oferta e da procura. No entanto, nas campanhas de promoção da RAM sobressaem imagens da ruralidade e da natureza singulares, de levadas, da floresta Laurissilva, dos palheiros, da vinha e do vinho.

Estudo promovidos periodicamente pela Direção Regional de Turismo da RAM¹ concordam na primazia da paisagem rural e natural nas motivações de escolha dos turistas e no desfrute da paisagem, a pé ou de carro, como atividade dominante. Quase metade dos turistas percorre as levadas e veredas da ilha, atividade privilegiada para o contato com a natureza e ruralidade.

Aliás, como veremos, o turismo nos seus segmentos tradicionais, nomeadamente o *Touring* cultural associado ao Funchal, não demonstra vigor nos últimos anos. O Governo Regional, num estudo sobre o desenvolvimento na próxima década, defende aposta em novos segmentos como o “*turismo no espaço rural e turismo de natureza*” para evitar a estagnação e declínio do turismo regional (IDR, 2013). Estes segmentos de turismo em espaços rurais e naturais tiveram aliás, ao longo dos últimos anos, um crescimento muito acentuado e que os distingue como produtos com particular potencial de desenvolvimento (THR, 2006; UNEP, 2011; OMT & UNEP 2012; DREM, 2013a)

O concelho de São Vicente, detentor de uma imponente paisagem natural e rural, coberto em grande parte pela singular floresta Laurissilva, parece ter todas as condições para se assumir como destino de referência na Região, nomeadamente através da exploração dos seus muitos percursos pedestres. No entanto, como veremos, tem um peso apenas residual quer na oferta de alojamento, quer na procura traduzida em dormidas (DREM, 2013a).

Num contexto de aposta em áreas rurais e naturais, o ambiente torna-se um produto valorizado e, simultaneamente, sujeito a pressões que o podem descaraterizar e retirar valor turístico.

¹ Domp, 2002; Synovate, 2004; ECAM, 2010

Emergem, assim, não apenas preocupações com a viabilidade económica do turismo mas também com a sustentabilidade ambiental (cultural e natural). Estas dependem, em grande medida, de ordenamento do território que garanta a conservação dos elementos naturais e humanos que distinguem um produto turístico. Sendo a segurança um outro aspeto valorizado pelos turistas, na gestão de produtos turísticos importa integrar questões relacionadas com a perigosidade natural.

Num mercado altamente competitivo e concorrencial, em que turistas valorizam cada vez mais a qualidade, não basta ter uma paisagem bonita. Uma oferta integrada de produtos e serviços, definida com base no perfil dos turistas, que crie uma experiência diversificada e de qualidade, será essencial para garantir o sucesso.

Assim, um produto turístico de sucesso deverá integrar diversas preocupações, nomeadamente a criação de valor no produto turístico, o ordenamento do território e a gestão pragmática da perigosidade. Neste trabalho procura-se precisamente integrar todas estas preocupações numa proposta de promoção do turismo em espaço rural e natural, no concelho de São Vicente, com base nos percursos pedestres.

2. Escolha do Tema

A escolha do tema deste trabalho impôs-se com naturalidade em resultado da vivência, responsabilidades e preocupações enquanto geógrafo, e cidadão, residente na Madeira. A escolha teve muito a ver com o peso determinante do turismo na economia e sociedade madeirense e com o *“amor da natureza e da vida do campo, desenvolvido em longos passeios a pé”* (Ribeiro, 2003).

No âmbito deste Mestrado, poderiam abordar-se diversas questões relacionadas mais diretamente com o risco ou com o ordenamento do território. Optou-se no entanto, dada a importância do turismo para a economia e cultura regional, por colocar o turismo como aspeto central deste estudo, fazendo uma proposta de intervenção que acrescentasse valor ao segmento do turismo em espaços rurais e naturais, através do pedestrianismo, integrando nessa proposta as questões da segurança dos seres humanos e da sustentabilidade ambiental – através da gestão do risco e do ordenamento do território.

O turismo é um fenómeno em que o Homem se apropria do espaço estabelecendo uma teia de relações muito complexas. Assim, influencia e é influenciado pelas características do território, pelo que deve ser tido em conta no planeamento do desenvolvimento sustentável. Além do potencial para causar impactos sobre a paisagem e ecossistemas, o turismo tem também a capacidade de promover a sua proteção e conservação. Além disso, no caso particular dos meios rurais, permite criar um importante complemento de rendimento, em especial para os agricultores CCE (1995).

Não se trata de desvalorizar os temas do risco e ordenamento do território. Pelo contrário, trata-se precisamente de os valorizar e encarar como aspetos fundamentais no desenvolvimento sustentável da principal atividade económica da RAM. O turismo depende, como veremos, do ambiente, da paisagem, da preservação da identidade cultural e da perceção de segurança. O ordenamento do território e a gestão do risco concorrem para valorização desses aspetos.

O turismo é uma preocupação central não só para as autoridades mas também para a população². Se o risco natural e o ordenamento do território forem integrados e percebidos como essenciais para o desenvolvimento económico, através do turismo, tal contribuirá para que se tornem mais presentes nas preocupações da população e das autoridades, com os benefícios que tal trará para o turismo e para sociedade em geral. Assim, o risco e o ordenamento do território são essenciais à segurança e à qualidade de vida da população. Se forem também percebidos como essenciais à sustentabilidade económica – através do turismo e em particular do pedestrianismo – serão mais valorizados.

Quanto à importância do setor turístico para a RAM, os números são expressivos. O turismo representa na RAM cerca de 30% de contributo total para o PIB regional e é responsável por cerca de 15% do emprego, mesmo contabilizando apenas o contributo direto e as atividades características do turismo (IDR, 2013). Se fossem contabilizados os contributos indiretos e induzidos, o peso no mercado de emprego seria ainda maior.

O turismo é *“um dos pilares da economia regional”* (IDR, 2013). Segundo o Governo Regional, *“assume uma relevância fulcral para a economia regional, porque se trata de um setor impulsionador de um amplo conjunto de atividades, quer a montante, quer a jusante da economia regional, coexistindo ainda transversalidade com os restantes setores”* (SRPF, 2013). Atualmente, num contexto de crise económica, *“todos os fatores convergem para a elevação da dependência da economia regional em relação ao Turismo”* (IDR, 2013).

No que se refere à aposta no turismo em espaços rurais e naturais, segundo as Nações Unidas (UNEP, 2011), enquanto o turismo de massas está estabilizado, o turismo relacionado com espaços naturais está em franco desenvolvimento, com taxas de crescimento 6 vezes superiores ao crescimento global do setor. A THR (2006) avaliou, para Portugal, a taxa de crescimento em 7% ao ano entre 1997 e 2004 e o Plano Estratégico para o Turismo Nacional (PENT) (TP, 2007) prevê que continue a crescer a esse ritmo até 2015.

Na RAM, o turismo no espaço rural (TER) demonstra uma grande vitalidade. Em 2012 as dormidas em TER aumentaram na RAM 24,5% depois de já terem aumentado 18,8% em 2011 (DREM,

² Numa sondagem aos residentes sobre o turismo na RAM, 79,7% das respostas referia que gostaria que a RAM tivesse ainda mais turistas e 99% defendia que o turismo é bom para a região (DREM, 2006b).

2013a). Desde 2002, no TER, as dormidas aumentaram 32% e os proveitos 71,3% ao passo que, no mesmo período, os estabelecimentos hoteleiros perderam 1% das dormidas e os proveitos aumentaram apenas 5% (DREM, 2003; DREM 2013a).

O próprio Governo Regional defende que para evitar estagnação e declínio do turismo regional se devem captar novos segmentos de mercado incluindo “*turismo no espaço rural e turismo de natureza, com privilégio para o território interior e Costa Norte*” (IDR, 2013). O pedestrianismo é uma atividade privilegiada deste tipo de turismo. Segundo o IESE (2008), mais de dois terços das unidades de TER e Turismo de Natureza (TN) oferece percursos pedestres. Na RAM os percursos pedestres são praticados por 41% dos visitantes em férias (ECAM, 2010).

O turismo na RAM tem uma “*cadeia de valor estreita por fraca integração de atividades a montante (agricultura, pesca) e complementares (cultura, património e paisagem etc.)*” (IDR, 2013). Assim, será importante desenvolver estratégias que facilitem essa integração.

Sendo o turismo vital para a RAM, existem, como veremos, diversos documentos caracterizadores do turismo, do perfil dos turistas e com orientações estratégicas para o seu desenvolvimento. Apesar disso, ao analisá-los, percebe-se que existe um conjunto de princípios e de estratégias que são enunciados mas de que depois não se vê efetiva aplicação.

Sem pretender, naturalmente, colmatar todos os problemas de sustentabilidade do turismo, apresenta-se aqui uma proposta de intervenção que objetivamente atende a alguns desses aspetos. Assim, esta proposta assentará numa abordagem integrada e inovadora à questão da sustentabilidade do turismo em espaço rural e natural na RAM, tendo por base precisamente as características do setor e o perfil dos turistas da RAM e, em particular, deste segmento TER/TN.

Para estes turistas a paisagem e descoberta das regiões (53,6%) e contato com áreas naturais (41%) são importantes motivações na escolha do destino. A maioria organiza as suas próprias férias (84,6%) e a escolha do alojamento faz-se sobretudo com base em pesquisa na internet (49,2%) onde podem consultar descrição do espaço, da região, das atividades e ver fotos/vídeos (IESE, 2008).

O turista na RAM manifesta preocupações, aliás reconhecidas pelas autoridades, relacionadas com a diversificação dos percursos pedestres, a necessidade de maior segurança, a melhoria da informação disponibilizada e a aposta na internet e dispositivos móveis (TP, 2007; ECAM, 2010; SRPF, 2013).

A RAM possui já diversos percursos pedestres recomendados, na sua maioria nas serras, relativamente afastados das comunidades. São Vicente possui também alguns desses percursos recomendados. No entanto, o estudo aqui realizado mostra que existe espaço para a aposta em

percursos mais próximos das comunidades e da vivência e paisagem rural. Além disso, não bastará recuperar e sinalizar um percurso pedestre. É necessário criar valor no produto, aumentando a qualidade da experiência turística e aproximando o turista das atividades económicas nas áreas rurais onde possa consumir, criando uma cadeia de valor mais forte e abrangente.

É sobretudo essa criação de valor, mas também uma visão de sustentabilidade, que tem faltado na promoção do pedestrianismo na RAM e em São Vicente. Assim, elenca-se aqui um conjunto de medidas e de serviços que de forma integrada enriquecem o produto turístico e simultaneamente contribuem para a sustentabilidade – nas dimensões natural, cultural e económica, para a segurança e para o ordenamento do território.

3. Hipóteses

A elaboração deste trabalho teve como linha orientadora um conjunto de hipóteses, previamente definidas, com base nas quais se organizou quer o trabalho de pesquisa, quer o estudo de caso e a proposta de intervenção.

- O turismo é o principal pilar da economia regional e uma atividade estratégica para o desenvolvimento económico-social da RAM. O produto turístico dominante está consolidado mas não tem crescido e caracteriza-se por uma concentração excessiva da oferta e procura em torno do Funchal.
- Os segmentos turísticos relacionados com os espaços rurais e naturais e atividades como o pedestrianismo estão em crescimento acentuado e permitem uma maior sustentabilidade do turismo.
- São Vicente possui um património ambiental, natural e cultural, que lhe confere potencial para uma aposta bem-sucedida nesses segmentos de turismo.
- A aposta no turismo em espaços rurais e naturais e percursos pedestres pode, e deve, integrar o ordenamento do território, a gestão do risco, a sustentabilidade natural, cultural e económica bem como as tecnologias da informação e comunicação na criação de valor.

4. Metodologia

A elaboração deste trabalho exigiu, desde logo, um aturado trabalho de pesquisa e consulta bibliográfica que permitisse uma mais profunda compreensão das temáticas abordadas, e em particular do fenómeno do turismo, área em que a formação prévia era menos completa.

A caracterização territorial da área de estudo fez-se com base na bibliografia existente a nível regional. Considerando que, em termos de proposta, o que aqui se aborda é um modelo de intervenção para desenvolver e criar valor no produto turístico relacionado com percursos pedestres, incorporando a gestão do risco, o ordenamento do território e as tecnologias da informação e comunicação, procedeu-se apenas a uma caracterização genérica da área de estudo.

Porque considerando as hipóteses de partida era necessário analisar a importância da atividade turística na economia regional e caracterizar o setor tanto do ponto de vista da oferta como da procura, foram consultados diversos documentos, nomeadamente Estatísticas de Turismo, nacionais e regionais, Relatórios de Orçamento da RAM (ORAM), dados do Turismo de Portugal (TP), publicações da Organização Mundial do Turismo (OMT) e do World Travel and Tourism Council (WTTC), entre outros. Contou-se ainda com o apoio da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) que forneceu alguns dados não publicados.

Procedeu-se depois a uma análise do perfil da procura (turistas). Analisou-se não apenas o perfil de turista da RAM, mas também as especificidades do consumidor de turismo em espaços rurais e naturais. Para tal consultaram-se estudos de imagem e gasto turístico existentes na RAM e estudos sobre o turismo de natureza e turismo no espaço rural.

Optou-se por utilizar a terminologia Turismo em Espaços Rurais e Naturais (TERN) em vez de separar Turismo no Espaço Rural (TER) de Turismo de Natureza (TN) uma vez que, em grande parte, se sobrepõe a localização, as motivações dos turistas e as atividades realizadas.

Traçado o perfil de consumidor foi necessário conhecer a orientação estratégica da política regional para o turismo. Para isso consultaram-se diversos documentos como o Plano de Ordenamento Turístico da RAM, Orçamentos da Região, Plano Regional de Política do Ambiente e a Declaração da Madeira³. Consultou-se também o Plano Estratégico do Turismo e a sua revisão, Plano Estratégico do Turismo: horizonte 2013-2015. Com base nestes documentos definiu-se um conjunto de orientações estratégicas que se utilizou para balizar a proposta de intervenção.

Antes de operacionalizar a proposta foi necessário escolher o percurso. Essa escolha exigiu um levantamento de campo de vários percursos. No âmbito de outro projeto, e tendo efetuado

³ Assinada em 2008 pela RAM e parceiros dos Açores e Canárias. Disponível em www.sra.pt e consultada a 1 de abril de 2013

levantamento e cartografia da rede viária de São Vicente e proposta de toponímia dessa rede, o conhecimento do concelho era já sólido. Ainda assim, foram percorridos diversos caminhos escolhendo-se, por fim, o percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus. Remete-se uma explicação mais pormenorizada desta escolha para o Capítulo III.

O caminho selecionado foi percorrido diversas vezes para levantamento de informação. Num segundo momento foi percorrido na companhia do Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de São Vicente e da responsável na Direção Regional de Florestas pelos percursos recomendados da RAM, para garantir que a proposta de recuperação do percurso estava de acordo com os requisitos para a candidatura a percurso recomendado.

O caminho foi também percorrido com um guia turístico de montanha e com dois grupos de caminhantes para confirmar a pertinência das intervenções a realizar ao nível da recuperação do caminho. A intervenção de recuperação do percurso – e para integração na Aplicação NWalks, exigiu a análise de cartografia de risco elaborada a nível concelhio. Uma vez que a escala não era a indicada para especificar pontos de perigo ao longo do percurso, foi realizado levantamento de evidências de pontos críticos em três momentos distintos.

Depois de definida a proposta de recuperação do caminho partiu-se para a definição de propostas de valorização do produto. Nesse sentido, concebeu-se e construiu-se uma aplicação móvel (App) destinada ao sistema operativo livre Android, que integra um conjunto de funcionalidades para comodidade e segurança do turista e também para dinamização da atividade económica.

Foi ainda elaborado um Portal de apoio. Os dados recolhidos no estudo do perfil dos turistas mostram a importância da internet quer na pesquisa do destino de férias, quer na aquisição do alojamento. Para promover a sustentabilidade da intervenção, além do modelo de negócio definido para a App e Portal, propõe-se um conjunto de outras medidas que suportem pelo menos parte dos custos.

Analizou-se o Plano Diretor Municipal (PDM), Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes no sentido de enquadrar o percurso nos instrumentos de ordenamento do território. Sugerem-se algumas medidas no sentido de proteger e valorizar este tipo de percursos.

O percurso aqui proposto foi selecionado considerando uma tematização da oferta de percursos pedestres com base em dois elementos marcantes da cultura e história regional – os caminhos antigos e os arraiais. Propõe-se reforçar a ‘diferenciação’ com duas outras apostas, a candidatura do concelho, ou pelo menos da freguesia de Boaventura, a Reserva da Biosfera e a constituição de um Geoparque, eventualmente em articulação com os outros dois concelhos da costa Norte.

Estas duas medidas introduziriam naturalmente regras adicionais de ordenamento contribuindo por isso para a sustentabilidade do território. As questões de ordenamento do território e gestão do risco são também, como veremos, integradas ao longo de toda a proposta.

Para elaboração de mapas utilizou-se o ArcInfo 10, da Esri, bem como o Google Earth. O levantamento do percurso e pontos fez-se com recurso a GPS e posterior tratamento em SIG.

5. Estrutura

Este trabalho é composto por quatro capítulos:

O Capítulo I enquadra o tema escolhido e apresenta as hipóteses e a metodologia utilizada.

No Capítulo II apresenta-se uma revisão bibliográfica acerca do turismo, em particular em espaços rurais e naturais, sobre percursos pedestres, ordenamento do território e riscos.

O Capítulo III consiste na análise de um caso prático. Numa primeira parte define-se um cenário de partida, em que se tenta avaliar a importância do turismo, caracterizar este setor económico, analisar o perfil dos turistas da RAM e em particular do turismo em espaços rurais e naturais, bem como identificar as linhas mestras da política regional para o turismo e desenvolvimento. É também feita uma breve caracterização da área de estudo.

Uma segunda parte dedica-se à apresentação de uma proposta de intervenção, com base no cenário identificado, que consiste no desenvolvimento e criação de valor no produto turístico relacionado com percursos pedestres, em São Vicente, integrando a gestão da perigosidade e do ordenamento do território e tecnologias da .

No Capítulo IV apresenta-se a discussão dos resultados obtidos.

Capítulo II – Revisão Bibliográfica

1. Turismo

A emergência do turismo enquanto atividade com considerável peso económico, social e cultural a nível mundial, foi o produto de uma sociedade pós Revolução Industrial, dotada de tempo livre para o lazer. A diminuição do tempo de trabalho criou espaço para o surgimento de atividades de recreio onde se incluem as de cariz turístico. O desenvolvimento dos transportes, o aumento generalizado dos rendimentos, o aparecimento das férias remuneradas, a curiosidade cultural e geográfica e a modificação das mentalidades no sentido da maior valorização do recreio, concorreram também para o desenvolvimento do turismo (OMT, 2001; Körössy, 2008).

É no período de transição do século XIX para o século XX que surgem as primeiras tentativas de definição de *turismo* (Cunha, 2006). Por “*encontrar-se ligado, praticamente, a quase todos os sectores da atividade social humana*” têm-se multiplicado as definições, havendo “*tantas definições de turismo quantos autores que tratam do assunto*” (Beni, 1991). A dificuldade em o definir decorre quer das diferentes perspetivas com que é encarado, quer da imaturidade do turismo enquanto campo de estudo (Cunha, 2006).

O “*turismo faz parte de um universo maior denominado lazer (...) as atividades desenvolvidas fora do sistema produtivo (trabalho), das obrigações sociais, religiosas e familiares*” (Trigo, 2009). No entanto, ainda que decorra principalmente do lazer, algumas categorias de turismo não implicam necessariamente lazer ou, sequer, tempos livres (Cunha, 2007).

O lazer refere-se a “*atividade à qual as pessoas se entregam livremente, fora das suas necessidades e obrigações profissionais, familiares e sociais, para se descontraírem, divertir, aumentar os seus conhecimentos e a sua espontânea participação social, livre exercício e capacidade criativa*” (Dumazedier, 1988, em Cunha, 2007). Excluem-se do lazer as atividades de carácter compulsivo (Cunha, 2006). O lazer é “*uma necessidade e um direito tão legítimo do ser humano quanto a educação, saúde, o transporte ou a segurança*” (Trigo, 2009).

Quanto ao tempo livre, é “*o tempo não consagrado ao trabalho (...) um fenómeno socioeconómico historicamente diferenciado tendo uma relação direta com os lazes*”. A ocupação deste tempo livre faz-se através de atividades de recreio, ou seja, atividades desenvolvidas no tempo disponível para o lazer “*tendo por objetivo restaurar o bem-estar físico e psicológico, favorecer o desenvolvimento pessoal e enriquecer o potencial intelectual* (ONU, 1988 em Cunha, 2006).

Nas atividades de recreio que podem ocupar os tempos de lazer incluem-se portanto, entre outras, as deslocações turísticas. Apesar disso, o turismo não se esgota no lazer. A Organização Mundial do Turismo (OMT) relaciona as deslocações turísticas com “*lazer, negócios ou outros*” motivos e, assim, inclui deslocações com motivos que não correspondem completamente a lazer (OMT, 1995).

A definição de turismo atualmente utilizada pela OMT resulta de uma grande evolução conceptual ao longo do século XX. Em 1910, Hermann Schrattenhofen definiu o turismo como “*conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, a permanência e a partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e que estão diretamente ligados entre eles*” (Bernecker, 1965 em Cunha, 2006). Note-se que esta definição considera apenas as deslocações para o estrangeiro, uma vez que nessa época apenas os estrangeiros eram considerados viajantes (Cunha, 2006). Aliás, foi apenas em 1983 que a OMT incluiu no turismo os visitantes nacionais – turismo doméstico.

Em 1930, Borman (Cunha, 2010) identificava o turismo com as viagens para fora da residência habitual, de carácter temporário, por prazer, motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos, excluindo as deslocações para o emprego. Esta conceção referia-se a uma deslocação temporária mas sem especificar limites de tempo o que a tornava pouco precisa para, por exemplo, contabilização estatística. Ainda assim, já enquadrava as motivações das viagens associadas a turismo, excluindo os movimentos pendulares casa-emprego mas incluindo outras viagens por motivos profissionais (Cunha, 2010).

Pelo contrário, Ataíde (1932) limitava o turismo às “*viagens por mero prazer, que se fazem com fim exclusivo de gozar os encantos dos países que se visitam*”. Esta interpretação excluía, por exemplo, quem se desloca para congressos ou para reuniões de negócios e que além de usar os mesmos transportes, alojamento e restauração dos que se deslocam por lazer, provocam também os mesmos efeitos económicos (Cunha, 2006).

Na mesma linha, para Bernecker (1965 em Cunha, 2006) turismo é “*a soma das relações e dos serviços que resultam de uma alteração de residência, temporária e voluntária, e não motivada por razões de negócios ou profissionais*.” Esta definição também exclui viagens de negócios ou congressos (que são atualmente um importante segmento turístico) mas é mais completa que a de Ataíde, referindo a alteração de residência *temporária* e de carácter *voluntário*.

Em 1942, Walter Hunziker e Kurt Krapf (em Cunha, 2007) definiram turismo como “*conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal*”. Esta definição volta a colocar o destino da viagem fora do local habitual de residência, exclui desempenho de atividade lucrativa profissional, mas não exclui pequenas compensações decorrentes do que acontece, por exemplo, com congressos ou deslocações para reuniões de negócios (Cunha, 2006).

Mais recentemente, Mathienson e Wall (1982, em Cunha, 2007) referem-se ao turismo como “*movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de*

residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”. Cunha (2007) sugere que se complete esta definição explicitando a exclusão de remuneração nas atividades realizadas, o desenvolvimento de atividades não apenas no local de destino mas também durante a deslocação, e a inclusão das *facilidades* que não tendo sido criadas exclusivamente para atender ao turismo também o sirvam.

Em 1993, a Comissão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a definição, adotada pela OMT (1995), segundo a qual o turismo inclui as atividades de pessoas, viajando e permanecendo em lugares fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por motivo de lazer, negócios ou outros. Este conceito lato inclui o turismo internacional e o doméstico e refere-se quer a turistas, que pernoitam no local, quer a turistas do dia (excursionistas) que não pernoitam.

Cunha (2007), não deixa de fazer alguns reparos a esta definição porque refere ‘*pessoas*’ em vez de visitantes e inclui ‘*outros*’ motivos, não os especificando, perdendo assim algum rigor. Além disso, não define uma distância máxima do que pertence ao ambiente habitual. Este deverá incluir quer locais longe da residência mas de deslocação frequente (i.e. casa-trabalho), quer locais perto da residência onde não se vai frequentemente (i.e. Centro de Saúde).

Apesar das diferentes definições do conceito *turismo*, existe um conjunto de elementos que ajudam a balizar esta atividade: a deslocação para fora do ambiente habitual que exige uma viagem para aceder a um destino, que concentra facilidades de apoio ao turismo; a permanência por períodos inferiores a um ano; a deslocação não é motivada por desempenho de atividade remunerada principal; a inexistência de relações duradouras com os locais visitados; a existência de elementos tangíveis ou intangíveis que atraem pessoas e a existência de impacto económico, social e cultural (Midleton, 1996; Cunha, 2006, 2007).

O termo *tourist* terá surgido entre os séculos XVIII e XIX para designar quem fazia o *Grand Tour*, viagem realizada por jovens aristocratas e, depois, pela alta burguesia, pela Europa, como complemento da sua educação (Trigo, 2009; Cunha, 2010). Se inicialmente se referia a quem viajava por prazer e aprendizagem, veio depois a incluir quem viaja por outros motivos, como por exemplo peregrinações religiosas, reuniões de trabalho ou termalismo e tornou-se um conceito relevante quando se intensificaram as deslocações com o consequente desenvolvimento de atividades económicas (Cunha, 2007).

A existência de múltiplas definições de turismo levantava dificuldades no tratamento estatístico de informação. Como já referido, a Comissão de Estatísticas da ONU aprovou, em 1993, um conjunto de definições a ser utilizadas no sentido de uniformizar as estatísticas referentes a turismo,

comparáveis entre países, proporcionando aos governos e agentes económicos dados mais fiáveis sobre o setor e o seu valor para a economia. Assim, segundo a OMT (1995):

- Viajante – alguém que se desloca entre dois locais. Pode, ou não, estar relacionado com turismo;
- Visitante – a pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer aí uma atividade remunerada;
- Turista – o visitante cuja estada é pelo menos de uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado;
- Visitantes do dia (excursionistas) – os visitantes que não passam uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado.

Quanto à origem e destino das deslocações de carácter turístico (OMT, 1995):

- Turismo Doméstico ou Interno – deslocações dentro do país de residência;
- Turismo Emissor – deslocações para um país ou países, que não o da sua residência;
- Turismo Recetor – deslocações provenientes de um país diferente;
- Turismo Interior – deslocações dentro das fronteiras de um país, incluindo, assim, o Turismo Doméstico e o Recetor;
- Turismo Nacional – deslocações dos residentes de um dado país, incluindo tanto o Turismo Doméstico como o Emissor;
- Turismo Internacional – deslocações que obrigam atravessar uma fronteira, ou seja, o Turismo Recetor e o Emissor.

1.1 Turismo Sustentável

Ao longo das últimas décadas emergiu e consolidou-se a consciência de que é necessário conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a proteção e conservação dos ecossistemas, garantindo a sustentabilidade das atividades humanas. No início da década de 1970, o relatório “Os limites do crescimento” (Meadows D. L.; Meadows D. H.; Randers & Behrens, 1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) constituíram importantes marcos da institucionalização desta preocupação (Silva, 2013).

Na Conferência de Estocolmo alertou-se que a manutenção do crescimento populacional e do consumo dos recursos naturais poderiam inviabilizar o direito a um ambiente saudável e tornar insustentáveis quer os ecossistemas, quer a base económica industrial (Körössy, 2008).

No Relatório “Os limites do crescimento” defendia-se que, mantido o padrão de industrialização, poluição e consumo de recursos atingir-se-iam os limites ecológicos do planeta em menos de 100 anos. Seria, no entanto, possível contrariar essa tendência com base num equilíbrio global,

ecológico e económico, que proporcionasse a cada um igual oportunidade de realizar o seu potencial humano (Meadows *et al*, 1972).

Mais tarde, em 1987, o relatório “O nosso futuro Comum”, também conhecido por Relatório Brundtland (ONU, 1987) expressava a preocupação com o modelo de crescimento económico, que conduziria a uma excessiva degradação ambiental e consumo de recursos naturais, e sugeria-se um novo rumo de ação concertada dos estados para um desenvolvimento que satisfizesse a necessidade das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas.

Nas décadas seguintes, em sucessivas conferências internacionais⁴, analisou-se a articulação do desenvolvimento socioeconómico com a conservação dos ecossistemas, reconheceu-se que os danos impostos sobre estes são responsabilidade dos países e estavam a tornar-se insustentáveis e potencialmente irreversíveis. Afirmou-se a importância de promover políticas que integrem os pilares económico, ambiental e social e defendeu-se a economia verde e o crescimento que permita erradicar a pobreza, sobretudo nos países mais pobres, sem degradar o ambiente. Apesar de trazerem reconhecimento internacional ao conceito de desenvolvimento sustentável e se definir um conjunto de objetivos, da manifestação de intenções e da produção de documentos como a Agenda 21 não se passou à definição de metas e calendarização precisas, muito por culpa dos interesses divergentes dos diferentes países (Körössi, 2008; Andrade, 2012; Silva, 2013).

Em 2005, na ‘Avaliação Ecossistémica do Milénio’, reconheceu-se que a ação humana sobre os ecossistemas foi necessária para melhorar condições de vida da população, mas alertou-se que essa ação comprometeu a sustentabilidade dos ecossistemas ao ponto de já não ser um dado absoluto de que sejam capazes de garantir necessidades das gerações futuras (ONU, 2005).

Paralelamente à consciencialização da necessidade de um Desenvolvimento Sustentável emergiu o conceito de *Turismo Sustentável*. Na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) reconheceu-se ao turismo o potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável, na medida em que possa ser economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Defendeu-se ainda a participação das comunidades locais na tomada de decisão e a partilha equilibrada dos benefícios e custos do turismo por todos os intervenientes (Abranja & Almeida, 2009).

Esta visão reaparece nas conferências de Joanesburgo, em 2002, e do Rio de Janeiro em 2012. Defende-se que turismo sustentável pode ser uma forma de proteger os recursos naturais e culturais, basilares para o desenvolvimento económico e social, bem como promover a melhoria da

⁴ Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio 1992); Cimeira da Terra de Joanesburgo (Rio +10); Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

qualidade de vida das comunidades e o desenvolvimento sustentável pelo seu contributo para a economia local e preservação do ambiente natural e humano (ONU, 2002; ONU, 2012).

No mesmo sentido apontam a Comissão das Comunidades Europeias (CCE) e a OMT, considerando que a atividade turística influencia e é influenciada pela evolução do território pelo que deve ser considerada no planeamento do desenvolvimento sustentável, conciliando a prosperidade económica com a conservação do ambiente natural e humano. Além do potencial para causar impactos sobre a paisagem e ecossistemas, o turismo tem a capacidade de promover a sua conservação e, além disso, no caso particular dos meios rurais, criar importante complemento de rendimento da população, em especial dos agricultores (CCE, 1995; OMT & ONU, 2005).

Se até recentemente a concorrência entre destinos turísticos assentava em grande medida em fatores como preços (baixos) e exploração intensiva de recursos (naturais e culturais), os consumidores passaram a valorizar a qualidade e a sustentabilidade. No caso do turismo, a sustentabilidade implica conciliar as dimensões económica, ecológica e sociocultural, ou seja, a viabilidade económica não deverá comprometer a preservação ambiental e cultural nem a disponibilidade de recursos para as gerações futuras (Cunha, 2003).

Em geral, as definições de *turismo sustentável* decorrem do conceito de *desenvolvimento sustentável*, ou seja, garantir a viabilidade económica sem comprometer o ambiente humano e natural.

A CCE, por exemplo, refere que o turismo sustentável é aquele que “*satisfaz as necessidades atuais dos turistas e das regiões de acolhimento sem deixar, no entanto, de proteger e melhorar as perspetivas futuras*” ou seja, “*é viável do ponto de vista económico e social e não desvaloriza o ambiente nem a cultura local*” (CCE, 2001; CCE, 2003).

Para tal, o turismo deve ser “*concebido e praticado segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, o que iria garantir a perenidade da atividade, assegurar a satisfação do turista e contribuir para a manutenção do património natural e cultural europeu*” (CCE, 1995).

O turismo sustentável não é um tipo de turismo mas sim um modelo que, aplicado a todas as formas de turismo, tem em conta todos os impactos económicos sociais e ambientais, atuais e futuros, e responde às necessidades dos visitantes, do setor turístico, do ambiente e das comunidades (OMT & ONU, 2005).

A CCE e a OMT, bem como a Lei de Bases do Turismo, referem três dimensões que deverão nortear o desenvolvimento sustentável, nomeadamente a sustentabilidade ecológica – que garanta um desenvolvimento que permita a preservação dos processos ecológicos, dos recursos biológicos e da biodiversidade; sustentabilidade económica – no sentido de uma gestão eficiente de recursos

que permita criar riqueza para gerações atuais e futuras e, por fim, a sustentabilidade sociocultural – que preserve a identidade cultural das comunidades e promova distribuição equitativa de custos e benefícios, reduzindo assimetrias (OMT, 1993; OMT, 1998a; CCE, 2003).

A crescente valorização da sustentabilidade do turismo teve, segundo a CCE (2007), origem na consciência de que a competitividade do setor depende, a longo prazo, da sustentabilidade. A valorização pelos turistas da qualidade, da proteção ambiental e das comunidades locais deve motivar a proteção da “*diversidade intrínseca, a sua variedade de paisagens e de culturas*”. Ao “*procurar responder ao problema da sustentabilidade de uma forma socialmente responsável*” as entidades do setor “*ajudarão a indústria do turismo a inovar os seus produtos e serviços, e a aumentar a sua qualidade e valor*” (CCE, 2007).

Heras (2004), aponta como causas do surgimento do turismo sustentável o aumento da consciência ambiental da população, a consciencialização pelos turistas do impacto que causam, a crescente importância da qualidade como fator de escolha do destino e a pressão exercida por ambientalistas sobre opinião pública.

Ainda que seja defendida por académicos e instituições, a sustentabilidade do turismo não é facilmente concretizável. Mesmo quando anunciada em políticas governamentais, nem sempre se verifica a concretização de ações efetivas. Para que tal ocorresse seria necessário definir políticas e estratégias a nível nacional, regional e local, criar incentivos fiscais e económicos à sua concretização e promover capacidade técnica para o fazer com qualidade (Partidário, 2003).

Na realidade, apesar do ambiente ser determinante na qualidade de um destino, existem diversos fatores que dificultam a implementação de medidas de proteção. Desde logo, o mercado funciona muitas vezes por lógicas de curto prazo, projeto a projeto, sem visão global nem análise cooperativa do custo-benefício. Além disso, não se avaliam os impactos da atividade que, considerados individualmente podem nem ser significativos, mas em conjunto podem criar graves problemas ambientais, particularmente em contextos ambientais sensíveis, como é o caso das ilhas (Ruschmann, 2008; Partidário, 1998 em Santos, 2011).

Butler (1999) defende que é quase impossível existir uma forma de desenvolvimento turístico que não produza impactos no local onde ocorre. Por outro lado, uma visão restritiva da sustentabilidade poderia comprometer a intervenção sobre o meio natural e sociocultural e limitar as possibilidades de crescimento económico de uma região, comprometendo a criação de riqueza e bem-estar da comunidade que o turismo deveria promover.

1.2 Impactos do Turismo

O turismo tem representado para muitas regiões uma oportunidade económica que tem permitido rendimentos consideráveis e levam as autoridades a apostar no turismo como forma de desenvolver economia, atrair investimento e criar emprego (Ferreira, 2004, 2009). Ainda que o turismo tenha permitido desenvolvimento económico das áreas recetoras de turismo, originou inevitavelmente não apenas alterações no nível de vida mas também, como veremos adiante, um conjunto de impactos nas características físicas e socioculturais de um destino – nem sempre positivos (Cavaco, 1996; Vieira, 2007 em Santos, 2011).

De facto, as características particulares de uma região (paisagem, clima, tradições, artesanato) são um fator de atração dos turistas mas podem ser alteradas pela afluência de turistas ou pelas atividades dos agentes turísticos. A extensão dos impactos depende sobretudo da quantidade e tipo de turistas (Mathieson e Wall, 1996 em Ferreira, 2009). Refira-se também que cada local, com as suas características próprias, suporta de forma distinta os diferentes níveis de intensidade de intervenção humana, ou seja, têm diferente capacidade de carga.

A capacidade de carga no setor turístico e as diferentes dimensões em que deve ser considerada foi abordada por diversos autores (Joaquim, 1994; Pinto, 2004; Cooper *et al*, 1998; Ruschmann, 1997 em Firmino, 2007). Poderemos sintetizar referindo-nos a capacidade de carga:

- biológica/ecológica - refere-se à capacidade do ambiente para receber atividades turísticas;
- social / psicológica / turística - relacionada com a tolerância das comunidades à mudança imposta pela chegada de turistas ou com a perceção dos próprios turistas de que um destino estará demasiado massificado e congestionado, perdendo qualidade;
- física – relacionada com a capacidade dos espaços e infraestruturas para responder à procura por parte dos turistas (e residentes).

Mathieson e Wall (1982 em Firmino, 2007), numa abordagem mais genérica, consideram capacidade de carga o “*número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem uma alteração inaceitável do ambiente físico e sem um declínio inaceitável na qualidade da experiência*”.

A massificação de um destino e a ultrapassagem da sua capacidade de carga poderá implicar alteração das condições pré-existentis (i.e. ambiente natural e social, infraestruturas, paisagens) a perda de qualidade (real e percebida) do destino, condenando assim a sua sustentabilidade futura.

1.2.1 Impactos socioculturais

A interação entre residentes e visitantes é, na maior parte dos casos, breve. Por esse motivo, não é frequente estabelecerem-se relações profundas ou duradouras entre eles, sobretudo no caso do turismo de massas. Ainda assim, a atividade turística acarreta um conjunto significativo de

impactos socioculturais cuja profundidade depende de fatores como o grau de massificação, o perfil dos visitantes, o grau de resiliência das comunidades ou a postura das autoridades. Referem-se aqui alguns exemplos (Pinto, 2004; Santos, 2011).

Impactos positivos

- A preservação do património cultural local (património edificado e artesanato);
- Revitalização da cultura, das festas, formas de expressão artística tradicionais e valorização desses aspetos pelos residentes aumentando o seu sentido de pertença e orgulho local;
- Aumento do emprego e diminuição da emigração, permitindo manter a coesão da comunidade.

Impactos negativos

- Descaracterização do artesanato para ir ao encontro do gosto dos visitantes pelo pitoresco, levando a uma perda da identidade;
- Valores culturais, como festas e tradições, são muitas vezes distorcidos e encenados;
- A divergência de valores, capacidade económica e de estilos de vida entre visitantes e residentes pode levar a alguns sentimentos de hostilidade;
- Efeito de imitação dos visitantes pelos residentes com alteração de padrões de consumo e comportamento, a emergência de fenómenos de marginalidade, criminalidade e prostituição.

1.2.2 Impactos ambientais

O turismo beneficia de espaços de qualidade natural e cultural para se desenvolver. Se por um lado tem o potencial de degradar esse ambiente, por outro, promove frequentemente implementação de sistemas de controlo ambiental e a preservação de determinadas áreas. Uma vez que já atrás se referiram impactos sobre património e cultura, serão aqui referidos alguns exemplos de impacto sobre ambiente natural (Beni, 1997; Pinto, 2004; Santos, 2011).

Impactos Positivo

- Valorização económica graças ao turismo estimula a criação e conservação de áreas naturais protegidas de elevado valor ambiental ou paisagístico e proteção de espécies em risco;
- Realização de investimentos relacionados com saneamento, tratamento de águas residuais e outros sistemas de gestão ambiental.

Impactos Negativo

- A construção desregrada e a elevada pressão urbanística podem danificar áreas sensíveis, como acontece frequentemente no litoral, ou comprometer áreas protegidas;
- Poluição (do ar, sonora e da água) e aumento de produção de lixo e águas residuais;
- Destruição da paisagem natural e degradação de espaços naturais com eliminação da flora e fauna.

1.2.1 Impactos económicos

O turismo tem-se revelado, em muitos países e regiões, como um motor importante de desenvolvimento económico permitindo obter rendimentos por habitante consideráveis (Navarro, 2000 e Muñoz, 1996 em Ferreira, 2004). No entanto, frequentemente valorizam-se os benefícios económicos, por vezes quase imediatos, da aposta no turismo sem que se acautelem também os custos económicos que, por vezes, só a médio ou longo prazo se sentem (Wall e Mathieson, 2006 em Santos, 2011). A bibliografia existente elenca um conjunto de impactos, positivos e negativos, de que se destacam os seguintes (Beni, 1997; Pinto, 2004; Santos, 2011).

Impactos Positivos

- O turismo motiva a construção de infraestruturas (saneamento, transportes, serviços públicos e comerciais) em locais cuja dimensão, sem existência de turismo, não justificaria, e que criam emprego direto e indireto de forma quase imediata;
- Aumento das receitas fiscais dos governos;
- Estímulo ao investimento e desenvolvimento económico de áreas rurais ou deprimidas.

Impactos negativos

- O investimento de recursos no turismo limita investimento noutras áreas;
- Distorção nas economias locais, com abandono de atividades económicas em detrimento do turismo, com aumento da dependência face a fluxos turísticos potencialmente inconstantes;
- Os custos de construção das infraestruturas são frequentemente incomportáveis a longo prazo;
- A subida de preços, inflação, nas “épocas altas” e a diminuição do emprego nas “épocas baixas” afeta a população residente.

Perante os impactos da atividade turística, a sua sustentabilidade é um desafio que deve ser assumido por governos, empresas e população, no sentido de garantir que não se torne ambiental ou socialmente incomportável nem, tão pouco, economicamente inviável. Os impactos do turismo poderão ser minimizados adotando estratégias como a otimização dos recursos ambientais, garantindo a sua conservação, a redução da poluição, a valorização e respeito pela identidade cultural, valores e património das regiões, a repartição dos benefícios sociais, a diminuição da sazonalidade e melhoria das condições de emprego (Irving, Bursztyn, Sancho, & Melo, 2005; CCE, 2007).

A implementação das estratégias referidas exige, pela complexidade do fenómeno, a articulação entre governos, órgãos de poder local e os operadores turísticos que permita delinear, financiar e implementar medidas (Abranja & Almeida, 2009). Importa também considerar a perceção das comunidades e integrar a sua auscultação nos processos de decisão (Santos, 2011). Esta participação justifica-se porque é esta quem arcará com os impactos negativos e, sobretudo, porque

é conhecedora da realidade local o que a coloca em posição privilegiada para detetar problemas e sugerir soluções (Irving, Bursztyn, Sancho, & Melo, 2005).

1.3. Turismo no Espaço Rural – TER

Nos últimos anos os espaços rurais e áreas naturais tornaram-se cada vez mais atrativos para a prática de recreio. A crescente procura destes espaços está relacionada com alterações sociais que originaram a sua valorização enquanto destino turístico, sobretudo por oposição a destinos massificados de ‘sol e mar’ (Figueiredo, 1999; Baptista, 2006). Contribuíram para esta tendência a crescente valorização do contato com a natureza, do bucolismo e do contato com o *modus faciendi* rural, a valorização de atividades saudáveis (desporto), a perceção de que áreas rurais são locais sãos, autênticos, com paz e tranquilidade e de que as férias no campo são uma oportunidade de fuga ao *stress* das cidades (Pinto, 2004).

A definição de turismo no espaço rural (TER) apresenta alguns desafios. Desde logo se coloca a questão da delimitação do que é *rural*. Existe um conjunto de indicadores usados para distinguir o espaço rural, por oposição ao urbano, nomeadamente o tamanho da comunidade e a densidade populacional, uso do solo com predominância da exploração agrícola e florestal, a existência de estruturas sociais e património tradicional (OCDE, 1994; Moreira, 1994).

Segundo Cunha (2006), o espaço rural é aquele cujas atividades económicas dominantes tenham uma base agrária e florestal, com produção industrial esporádica, se caracterize pela existência de vida natural e selvagem e a cultura e as tradições se identifiquem fortemente com o ambiente e com as forças da natureza. Poderíamos acrescentar a baixa densidade populacional e de construção, predominância de paisagens com coberto vegetal, o modo de vida em pequenas comunidades marcado pela identidade da “*cultura camponesa*” (Figueiredo, 1999).

Considerando a existência de heterogeneidade e espaços de transição nas áreas rurais, Cavaco (1993) divide-as em campos periurbanos, onde as dinâmicas demográficas e económicas urbanas se fazem sentir, os campos em vias abandono sem qualquer dinamismo social ou económico, e os campos intermédios, que se encontram entre as duas situações anteriormente referidas.

A crise sentida nas últimas décadas por muitas áreas rurais deveu-se a fatores como a menor rentabilidade de atividade agrícola, a falta de infraestruturas e de serviços, falta de emprego, falta de qualidade de vida para os jovens, êxodo rural, envelhecimento da população e abandono dos campos. Posteriormente, muitos espaços rurais foram integrados e valorizados como espaços de lazer (Figueiredo, 1999). As áreas rurais, inicialmente espaços de produção de bens agrícolas e florestais, passaram depois a satisfazer outras necessidades, nomeadamente de recreio e lazer, ainda que não abdicando da atividade agrícola que faz, aliás, parte do seu valor turístico (Moreira, 1994).

Deve referir-se, no entanto, que existe uma diferente perceção dos espaços rurais, pelos residentes e pela população urbana. Enquanto os turistas idealizam as áreas rurais como espaços bucólicos, naturais e de descanso, a população rural tende a vê-los como cenário de uma subsistência difícil, de falta de emprego e de infraestruturas, enfim, de pouco desenvolvimento.

Para a população rural, a ambição de desenvolvimento passa precisamente por dinamismo económico e por infraestruturas que aproximem o espaço rural das condições de vida das áreas urbanas. Pelo contrário, para a população urbana que procura recreio em áreas rurais, o desenvolvimento passará por harmonizar as atividades económicas com a conservação de um certo ideal de natureza, de cultura, de valores, de paisagem – enfim, de ruralidade (Figueiredo, 2003).

Esta contradição remete para discurso sobre o turismo sustentável. Ao definirem-se medidas de conservação dos espaços rurais, para os manter *autênticos*, choca-se muitas vezes com o legítimo desejo de modernidade dos residentes. A falta de conservação pode degradar os espaços rurais e comprometer a sustentabilidade do turismo, mas a preservação em excesso pode ser percebida, pelos rurais, como limitativa do seu direito ao desenvolvimento.

A OCDE (1994) relaciona o turismo no espaço rural com a procura de espaços e equipamentos com características rurais, atividades em contato com a natureza e vivência rural. Na mesma linha, a CCE (2000) relaciona o turismo rural com viagens cuja principal motivação é desfrutar do campo e atividades campestres e apreciar paisagens rurais, naturais e artificiais.

Em geral, poderemos relacionar o turismo no espaço rural com a atividade turística realizada em espaços rurais, em que quer as motivações turísticas, quer as atividades realizadas, remetem para a ruralidade. Assim, alia-se a localização destes espaços à motivação dos visitantes e à realização de atividades de fruição e contemplação de paisagens, tradições e vivências dos espaços rurais.

Em Portugal, o Decreto-Lei nº 54/2002, de 11 de março, refere-se a turismo no espaço rural como “conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais”, sendo as zonas rurais descritas como “as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural”.

Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março, que regulamenta a instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M de 6 de maio, classificou como empreendimentos de turismo no espaço rural os que prestam “em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e

serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”⁵.

A OMT e Nações Unidas (2005; 2012) e a CCE (1995) defendem o turismo como potenciador do desenvolvimento sustentável das áreas rurais, complementando os rendimentos da população, reduzindo a pobreza e promovendo a criação de emprego e infraestruturas. Acresce que o turismo em espaços rurais cresce mais rapidamente que formas mais convencionais de turismo. Quanto praticado de forma planeada e sustentável, com respeito pelo património natural e cultural, contribui para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais promovendo o ordenamento do território, a criação de infraestruturas, o dinamismo sociocultural e o combate ao êxodo populacional. Assume-se também como atividade importante para criar crescimento económico, emprego e rendimentos complementares aos agricultores (Leal, 2001; Pinto, 2004).

Naturalmente que nem todos os espaços rurais têm as características necessárias para o sucesso da atividade turística no espaço rural. A competitividade destes espaços depende da existência de valores naturais e culturais distintivos, da preservação da paisagem e vivência rural, da existência de serviços de alojamento e restauração devidamente enquadrados nesta tipologia, da baixa intensidade de utilização, do clima ameno, da simpatia e autenticidade da população, do isolamento e ambiente calmo e seguro (Moreira, 1994; Leal, 2001; Pinto, 2004).

Assim, a qualidade no turismo não passa pelo luxo do estabelecimento hoteleiro, mas sim pela capacidade de acompanhar os desejos e motivações da procura e adaptar-se a situações novas (Cunha, 2006).

Este tipo de turismo, apesar das suas potencialidades, apresenta alguns desafios como a resistência de alguns residentes, nomeadamente agricultores, em ajustar o seu estilo de vida ou investir no turismo, a falta de escala do setor para ter peso político, a falta de formação dos empreendedores e trabalhadores que, aliada à política de preços baixos, compromete a qualidade.

Dentro do turismo no espaço rural, que integra um leque maior de atividades realizadas em espaço rural, especifica-se por vezes o *turismo rural* quando o elemento constitutivo da oferta procurado é o espaço e a cultura rural e, dentro deste, um conjunto de outras ofertas temáticas como o *agroturismo* (observar e experienciar práticas agrícolas), *turismo gastronómico* ou o *turismo ativo* (desportivo/aventura). O *ecoturismo* tem como motivação principal a contemplação, preservação e educação ambiental e pode ser realizado em áreas rurais (Leal, 2001).

Em Portugal, no tratamento estatístico, utiliza-se como critério a tipologia de alojamento o que levanta algumas questões. Ao avaliar a procura contabilizam-se as dormidas e hóspedes em alojamento TER. Ora, e considerando por exemplo um território como a Madeira, a procura por

⁵ Consideram-se 3 tipologias: Casas de Campo, Agroturismo e Hotéis Rurais

TER não se restringirá a este alojamento, já que existem nas áreas rurais estabelecimentos hoteleiros e os visitantes podem nem ficar alojados na área rural mesmo quando a motivação da viagem e as atividades realizadas são características do turismo rural.

1.4. Turismo de Natureza – TN

O turismo de natureza (TN) é uma atividade praticada em áreas naturais ou predominantemente naturais, incluindo áreas rurais pouco alteradas, e que podem ou não ser classificadas como áreas protegidas. As motivações principais prendem-se com fruição do contato da natureza, a observação e interpretação da paisagem, podendo ser passivo ou incluir atividades desportivas e de aventura (Graburn, 1983; Mckercher, 2002; Macouin & Pierre, 2003 em Silva, 2013).

O turismo de natureza é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março⁶, e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/99 de 17 de fevereiro. O Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro define turismo de natureza como “*o produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas*”. O Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março⁷ referia que incluía serviços de hospedagem prestados quer em “*empreendimentos turísticos de turismo no espaço rural*” quer em “*Casas de natureza*”.

Com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de março⁸, o turismo de natureza deixa de estar confinado a áreas protegidas. Este decreto classifica como empreendimentos de turismo de natureza os que “*se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais*”.

O Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M de 6 de maio, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, refere que os empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo no espaço rural e moradias turísticas podem ser considerados como empreendimentos de turismo de natureza devendo “*obedecer aos requisitos de instalação, classificação e funcionamento previstos para a tipologia adotada*”.

Atualmente, não existe na RAM nenhum estabelecimento com essa classificação. Apesar disso, existe na RAM um conjunto de áreas protegidas a que os turistas podem aceder a partir de alojamento de outras tipologias. A título de exemplo, o Parque Natural da Madeira cobre dois terços da ilha e é na sua totalidade visitável (www.pnm.pt em 15 maio de 2013).

⁶ Alterou o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro

⁷ Altera o regime jurídico do turismo de natureza.

⁸ Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

O turismo de natureza aparece frequentemente associada ao ecoturismo. A OMT (2002), por exemplo, define o ecoturismo como todas as formas de turismo baseadas na natureza cuja motivação principal é a observação da natureza e das culturas locais, dirigida principalmente a pequenos grupos e que minimiza impactos sobre o meio. Também é frequente associar estas formas de turismo a *turismo sustentável* mas este não é uma forma particular de turismo mas sim um modelo que se deveria aplicar a qualquer tipo de turismo (OMT & UNEP, 2005).

É também frequente a sobreposição com conceitos como turismo ativo, turismo de aventura ou turismo rural, o que se deve ao fato de muitas vezes se realizarem em áreas comuns e à diversidade de atividades que se podem combinar no mesmo local, numa mesma estada. A título de exemplo, a prática de turismo numa área rural que se localize dentro de uma área protegida constitui turismo de natureza (considerando a localização) mas poderão praticar-se atividades de turismo de aventura ou turismo desportivo (considerando as atividades realizadas).

Existe uma multiplicidade de áreas, incluindo áreas rurais, que não sendo classificadas como protegidas, possuem, no entanto, valores naturais cujas características ambientais resultam por vezes de um processo de humanização de baixa intensidade que preserva uma paisagem percebida como contendo valores naturais intrínsecos. No caso concreto das áreas rurais, a classificação entre TER ou TN pode depender apenas de estar ou não dentro de área protegida.

No que se refere às motivações, ainda que exista um nicho de mercado específico em que a contemplação da natureza e educação ambiental em áreas naturais e protegidas são efetivamente a principal motivação de viagem, a maioria das viagens resulta de uma combinação de motivações, que reforça a sobreposição de produtos atrás referida, e conduz a uma mistura heterogénea de segmentos de mercado que atraem pessoas com diversas motivações (CCE, 2002).

Segundo Weaver, Faulkner, & Lawton (1999) a maioria do turismo inclui motivações e experiências relacionadas com a natureza ainda que frequentemente sejam complementares à motivação principal. Do mesmo modo, a maioria dos visitantes em áreas naturais não pretende apenas contemplar a natureza pelo que será importante a oferta de outras atividades, preferencialmente de baixo impacto ambiental.

A crescente importância deste tipo de turismo decorre de uma alteração no perfil da procura e nas características da oferta. À medida que os destinos massificados se tornam, para muitos consumidores, menos apelativos, emergem preocupações ecológicas e maior consciência ambiental nos mercados emissores, bem como a valorização de espaços naturais e atividades desportivas em contato com a natureza. Procuram-se espaços não massificados, experiências com elevado conteúdo de autenticidade – artesanato, gastronomia e tradições. Também o aumento e qualificação da oferta e a promoção na internet deram o seu contributo (THR, 2006; TP, 2007; IESE, 2008).

O Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro relaciona o desenvolvimento do TN com “*resposta ao surgimento de outros tipos de procura, propondo a prática de atividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais, cujo equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e transmitem um sentido e a noção de «único» e de «identidade de espaço», que vão rareando um pouco por todo o nosso território.*”

O turismo promove a criação e distribuição de riqueza, frequentemente complementar a outras atividades, e tem havido um grande investimento na criação e adaptação de infraestruturas tendo a oferta de alojamento e animação aumentado bastante nos últimos anos (IESE, 2008). A sustentabilidade é particularmente importante em áreas naturais, mas, como vimos, o turismo em áreas naturais pode causar impactos negativos devido a consumo de recursos naturais, perturbação da fauna e flora, poluição, ruído e aumento do risco de incêndio (CCE, 2002).

1.5. Turismo em Espaços Rurais e Naturais – TERN

Como vimos, existe alguma dificuldade em delimitar exatamente o que é *turismo no espaço rural* e o que é *turismo de natureza* uma vez que, em grande medida, são conceitos que se sobrepõem.

Desde logo, há coincidência nas áreas em que se realizam. Por um lado, as áreas rurais são caracterizadas por uma forte presença de elementos naturais, constituindo estes um importante fator de atração. Por outro lado, o turismo de natureza não se restringe a áreas naturais protegidas sem intervenção humana e inclui, de facto, áreas rurais. Muitas vezes, as próprias áreas rurais ficam dentro de áreas naturais protegidas (i.e. Parque Natural da Madeira).

No atual estado de desenvolvimento do território português não seria fácil encontrar espaços de natureza virgem, sem qualquer intervenção humana passada ou presente, e certamente não será difícil aceitar que a paisagem de muitas áreas rurais evoca, de forma significativa, valores naturais.

Também as motivações e atividades realizadas pelos visitantes são em grande medida coincidentes no turismo no espaço rural e turismo de natureza. Como vimos, a procura destas áreas faz-se em busca de espaços pouco alterados, com valores naturais e culturais que remetem para a ruralidade, prática de desportos ao ar livre e contemplação da paisagem. De facto, é perfeitamente concebível que alguém em alojamento de tipologia rural realize atividades em áreas naturais, protegidas ou não, ou que um estabelecimento classificado como turismo de natureza esteja numa área rural dentro de área protegida.

Na Madeira, por exemplo, os espaços protegidos cobrem dois terços da ilha mas incluem em grande parte espaços rurais. São áreas muito frequentadas por turistas e cuja paisagem é a principal

motivação para a visita à RAM. Apesar disso, não há na RAM turismo de natureza, ou melhor, não há alojamento registado como turismo de natureza (ECAM, 2010; DREM, 2013a).

O próprio enquadramento legal remete para a tipologia de alojamento e não faz uma distinção clara dos conceitos de turismo no espaço rural e turismo na natureza. O Decreto-Lei n.º 56/2002 de 11 de março refere que o turismo de natureza inclui serviços de hospedagem prestados em empreendimentos de turismo no espaço rural. Se inicialmente compreendia apenas os existentes em áreas protegidas, desde 2008 passou a incluir “outras áreas com valores culturais”⁹ nomeadamente espaços rurais, dentro ou fora de áreas protegidas. Na RAM, o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M, de 6 de maio¹⁰, refere que os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser considerados como empreendimentos de turismo de natureza se cumprirem os requisitos de instalação, classificação e funcionamento destes.

Neste trabalho, mais do que a distinção entre os dois conceitos, interessa, pelo contrário, a sua complementaridade. A abordagem é sobretudo centrada nas motivações dos visitantes e nas atividades por eles realizadas. Os turistas na RAM valorizam a paisagem, os seus elementos naturais e culturais, bem como a realização de atividades que caem quer no conceito de turismo de natureza, quer no de turismo no espaço rural (ECAM, 2010).

O propósito deste trabalho passa por delinear uma estratégia de criação de valor turístico com base nos percursos pedestres. Os percursos pedestres que atravessam a ilha da Madeira, nas serras, nas áreas rurais, em levadas ou antigos caminhos reais, caracterizam-se precisamente por integrarem paisagens mais ou menos humanizadas, mais ou menos rurais, mas sempre com uma forte componente natural.

Segundo Simões (2003) turismo de natureza e turismo no espaço rural “*cabem debaixo do grande ‘guarda-chuva’ da sustentabilidade, nas suas dimensões económica, social e ambiental*” sendo estas formas de turismo “*as duas faces da mesma moeda*”. Assim, utilizaremos aqui o conceito de Turismo em Espaços Rurais e Naturais (TERN).

2. Percursos Pedestres

O pedestrianismo é uma das atividades mais características do turismo em áreas rurais e naturais. O passeio a pé, enquanto atividade organizada, desenvolveu-se a partir do século XVIII em Inglaterra, e, posteriormente, estendeu-se a outros países da Europa central. Em França, em meados do século XX começam a ser delimitados e implementados percursos para esta prática. Em Portugal a delimitação de percursos e a divulgação de normas de marcação e sinalização de

⁹ Decreto-Lei nº 39/2008 de 07 de março.

¹⁰ Adapta à região o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

percursos terá começado nas décadas de 1980 e 1990 (Braga, 2006; Tovar e Carvalho, 2011). Assim, *“tão antiga que muitos quase a esqueceram, a arte de andar volta a estar na moda”* (<http://www.fcmaportugal.com> em 1 de junho de 2013).

Ainda que não existam estatísticas que apontem o número exato de praticantes, existem alguns dados que revelam a importância deste produto. A nível internacional, o pedestrianismo está em expansão acentuada e envolverá cerca de 3 milhões de praticantes em Itália e França, 10 milhões no Reino Unido e 30% dos suecos praticam-no em áreas florestais e rurais (LEADER, 2001).

Um estudo realizado sobre TER e TN em Portugal (IESE, 2008) revela que os percursos pedestres são a principal oferta de animação, presente em mais de dois terços das unidades de TER/TN (68,4%). Na mesma linha, os estudos na RAM referem também que os percursos pedestres são praticados por 41% dos visitantes em férias (ECAM, 2010). Acresce que além de serem produto muito procurado, são também capazes de proporcionar uma experiência muito satisfatória - avaliada como Excelente (28%) ou Boa (54%) pela maioria dos praticantes (Domp, 2002).

O pedestrianismo consiste na prática desportiva de andar a pé ao longo de percursos pedestres balizados (Avelar, 2002). A Portaria n.º 1465/2004, de 17 de dezembro¹¹, define-o como a *“atividade de percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspetos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites”*. O pedestrianismo enquanto prática desportiva, característica de áreas naturais e rurais, permite uma aproximação entre o homem e a natureza de uma forma saudável e em respeito pela sustentabilidade das áreas protegidas (Fraga, 2005).

Existem várias características atrativas nesta modalidade. Além do contato com a natureza – é a principal motivação para visita à RAM (34%), é uma atividade de baixo custo, que pode ser efetuada por vários escalões etários, homens e mulheres, permite explorar e conhecer regiões, promove o bem-estar e saúde, não exige treino ou equipamento específico (na maioria dos percursos) e pode ser realizada ao longo de todo o ano (ECAM, 2010).

É praticado tanto por homens como mulheres, sobretudo de classe média ou alta, frequentemente com mais de 40 anos e em família (LEADER, 2001). É praticado maioritariamente de forma autónoma (90% a 95% segundo LEADER, 2001). Existem outras formas de comercialização nomeadamente com guias, como parte de pacotes “tudo incluído” ou serviços contratados diretamente em empresas de animação.

Como já vimos, em Portugal o pedestrianismo faz parte da oferta da maioria das unidades de TER e TN. Mais significativo, sabe-se que não só existe uma tendência para a prática autónoma desta modalidade como existe também, e na RAM é particularmente significativo, um elevado número

¹¹ Regulamento do Desporto de Natureza na Área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

de turistas que não pernoitando em unidades TER/TN utiliza percursos pedestres. Deve ter-se presente que 41% dos turistas da RAM realiza percursos pedestres em áreas naturais e rurais mas o alojamento TER representa apenas 1,4% das dormidas na RAM. Assim, considerando valores na ordem dos 800000 hóspedes e que quase metade percorreu as levadas e veredas da ilha, fica claro que este é um produto importante na oferta regional (ECAM, 2010; DREM, 2013a).

A existência de percursos pode decorrer da adaptação de caminhos previamente existentes ou criados especificamente para o efeito, mas que deverão, quer num caso quer no outro, obedecer a um conjunto de requisitos de qualidade, sinalética e segurança. Em Portugal, a homologação dos percursos cabe à Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP). No caso da RAM, a homologação cabe ao governo regional, existindo uma comissão de acompanhamento responsável por coordenar as atividades relacionadas com a criação e manutenção destes percursos.

A FCMP publicou em 2000 o Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres (republicado em 2006) e em 2001 editou Percursos Pedestres - Normas Para Implantação e Marcação. Estas duas publicações são a referência metodológica para a implantação de Percursos Pedestres. A nível regional, o Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M, de 20 de março, define a rede regional de percursos recomendados e define as regras de classificação e sinalização. Este decreto refere que a prática de pedestrianismo, *“quer por levadas, quer por veredas, valores específicos do património histórico e natural da Região, construídos ao longo dos séculos para usufruto das populações, é uma atividade muito característica, praticada por residentes e visitantes e promovida pelas autoridades regionais como produto turístico”*.

Na RAM existem essencialmente dois tipos de percurso pedestre – as veredas e as levadas. As levadas são canais de circulação de água construídos ao longo dos séculos para distribuição de água para consumo ou rega. Estendem-se ao longo de mais de 1000 km e muitas delas possuem uma esplanada onde é possível circular. A importância destes canais é tal que uma das mais características profissões da RAM é precisamente a de “levadeiro” – responsável pela manutenção e pela distribuição da água das levadas aos agricultores.

As veredas são antigos caminhos, nalguns casos com vários séculos mas muito utilizados até há poucas décadas, que permitem circular pela ilha. Algumas dessas veredas pertenciam à rede dos antigos caminhos reais enquanto outros eram de natureza mais local. Existem veredas em terra batida e outras têm pavimento, em pedra.

Nos últimos anos os concelhos do Norte da Madeira, São Vicente, Porto Moniz e Santana, têm apostado em iniciativas de promoção turística com base no seu património e paisagem natural e rural. Em 2010, a Floresta Laurissilva foi galardoada como uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal numa votação promovida pela ‘New 7 Wonders Portugal’, com base numa candidatura do

município de São Vicente. No ano seguinte, o concelho de Santana viu ser-lhe atribuído pela UNESCO o galardão ‘Reserva da Biosfera’ com base na paisagem que integra harmoniosamente elementos naturais e rurais. Em 2012 os três concelhos lançaram a marca ‘Costa da Laurissilva’.

Nesta aposta no potencial turístico, a promoção dos percursos pedestres assume crescente relevo. Os percursos pedestres constituem não apenas um produto em si mas permitem também enquadrar uma oferta mais vasta de património edificado, património cultural e tradições, gastronomia e artesanato – permitindo ao turista uma gratificante e mais completa experiência.

O pedestrianismo é, aliás, uma aposta já com alguns anos na RAM. No Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M, reconhecia-se que *“os espaços naturais surgem cada vez mais como destinos turísticos”* e destacava-se *“a fruição dos percursos pedonais, quer por levadas, quer por veredas, valores específicos do património histórico e natural da Região, construídos ao longo dos séculos”*. A utilização destes percursos deverá permitir a *“preservação dos recursos naturais em articulação com a promoção do emprego, do turismo e do desenvolvimento locais”*.

Nesse sentido, reconhece a necessidade de *“estabelecer um sistema de sinalética esclarecedor quanto à orientação e informação dos visitantes e utentes, identificando aspetos quanto à segurança pedonal, a par de elementos de interesse coletivo relativos à manutenção do equilíbrio ecológico, por forma a manter uma utilização equilibrada, promotora e dinamizadora desse destino turístico sem comprometer o seu usufruto pelas gerações futuras”*.

Em conjunto com outros arquipélagos da Macaronésia (Açores e Canárias), desenvolveu-se entre 2003 e 2005 o projeto Tourmac - Turismo de Pedestrianismo e Desenvolvimento Sustentável que tinha por objetivos:

- Desenvolver uma oferta integrada de “Turismo de Trilhos Pedestres”;
- Proteger e difundir o património cultural e natural dos “Caminhos Tradicionais” e aproveitar o seu potencial económico para o desenvolvimento local;
- Criar redes de trilhos, sinalizada, homologada e integrada com os recursos patrimoniais regionais;
- Promover e comercializar mundialmente e de forma conjunta o “Turismo de Trilhos Pedestres”.

No âmbito desse projeto foram intervencionados e promovidos diversos percursos recomendados. Mais tarde, um segundo projeto, Toumac II – Percursos Temáticos da Macaronésia (2005 - 2008), veio consolidar a estratégia, criando tipologias comuns de percursos pedestres e rotas temáticas (*água, vinho, vulcões* etc.), além de acrescer preocupações como a criação de percursos ajustados a pessoas com deficiência, adaptação ao cicloturismo ou *mountain bike*.

Segundo a Declaração da Madeira (2008), os percursos pedestres podem servir de âncora para desenvolvimentos de outras facetas do turismo, e sugere que a *“oferta de pedestrianismo criada necessita combinar-se de uma forma mais integral com alojamentos, artesanato, gastronomia e*

produtos locais, pequenos museus etnográficos, achados arqueológicos, miradouros, paisagens, espaços naturais para produzir um verdadeiro desenvolvimento local”.

Refere ainda que *“será necessário continuar a elaborar guias topográficos, apoiar a criação de empresas de guias profissionais, dispor de melhores serviços de segurança e resgate, realizar iniciativas de comercialização contínuas, programas de animação local de pedestrianismo, etc”.*

Apesar de previsto no projeto Tourmac II, a RAM não avançou no sentido da tematização dos seus percursos pedestres recomendados. Também o Plano de Ordenamento Turístico da RAM refere a necessidade de *“melhorar e reordenar os circuitos pedestres - passeios em levadas e veredas, procurando hierarquizar a tipologia de consumo, em função dos segmentos de mercados a que se destinam”* e defende *“a seleção de percursos temáticos com o objetivo de dar a conhecer as paisagens da ilha, numa outra perspetiva que não a das rotas tradicionais”.*

Apesar de a prática de pedestrianismo ser geralmente associada à valorização e educação ambiental e a formas sustentáveis de turismo, existe, ainda assim, um conjunto de potenciais impactos negativos. Se, por um lado, é ao longo e no próprio percurso que mais se fazem sentir esses impactos, por outro, ao concentrar os impactos nos percursos minimiza-se o impacto na restante área (Andrade, 2003). Além dos impactos sobre o suporte físico, a utilização excessiva dos percursos pode exceder a capacidade de carga psicológica a partir do qual os utilizadores percecionam o espaço como demasiado congestionado e a experiência perde qualidade. A este respeito, em declarações à comunicação social¹², o Diretor Regional de Florestas da RAM afirmava que *“ter uma carga humana muito significativa sobre a natureza também não é desejável”.* A presença humana pode perturbar a fauna e flora, causar poluição sonora e produção de lixo ou aumentar risco de incêndios.

A importância do turismo, o crescimento da procura por atividades em áreas rurais e naturais e o crescimento da modalidade, têm levado a maior aposta na criação de percursos pedestres. De igual modo, têm surgido estudos e trabalhos académicos de diversos autores sobre esta atividade, bem como ofertas usando as novas tecnologias da informação também dedicadas a esta temática.

No que se refere a ofertas na área das novas tecnologias, no seguimento do desenvolvimento de SIG, e particularmente de WebSig, surgiram diversos exemplos de *sites* de divulgação turística que incorporam aplicações WebSig que permitem explorar, previamente, os territórios. A título de exemplo, refira-se o ‘Zoom Açores’ – trabalho de Mestrado de Francisco Silva (2008) que desenvolveu uma aplicação WebSig aplicada ao turismo nos Açores; ou o WebSig ‘Ria de Aveiro’ (<http://sig.riadeaveiro.pt/web/>). Outras plataformas interessantes, não exclusivamente dedicadas ao

¹² Diário de Notícias – 11 de agosto de 2013

turismo, são a ‘Algarve Digital’, que inclui percursos (<http://geo.algarvedigital.pt>) ou o ‘GeoCid Madeira’ (<http://mapas.geocidmadeira.com/>).

Ferramentas mais simples, como o Google Earth e o Google Maps, utilizadas separadamente ou em *sites*, como da ‘Rota dos 5 Castelos’ (<http://rotados5castelos.cm-sabugal.pt/>) oferecem também algumas funcionalidades para explorar o território.

Recentemente surgiram diversas aplicações móveis para *smarthphones* com GPS que permitem registar em tempo real os percursos pedestres realizados e assinalar pontos de interesse. Refira-se, a título de exemplo o ‘ViewRanger’ ou a aplicação ‘Os meus Percursos’ da Google.

Mais interessantes são as aplicações que disponibilizem informação em tempo real e georreferenciada para quem está no terreno. Existem, por exemplo, diversas Apps da Apple, e também Android, com *visita guiada* a várias cidades – a ‘City Maps and Walks’ contém informação de mais de 470 cidades.

Relativamente a publicações, são de destacar duas obras da FCMP, o ‘Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres’ (2000, republicado em 2006) e ‘Percursos Pedestres - Normas Para Implantação e Marcação’ (2001). Estas duas publicações são a referência metodológica para a implantação de Percursos Pedestres. Outras referências importantes para a compreensão desta temática são o caderno ‘Valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais’ (LEADER, 2001), e os manuais ‘Caderno Técnico de Percursos Pedestres’ (Oliveira, 2007) e ‘Pedestrianismo e Percursos Pedestres: Manual e Formação’ (Braga, 2006).

Quanto a estudos sobre o impacto do turismo pedestre nos territórios e no turismo e a utilização de novas tecnologias podem referir-se, entre outros, algumas dissertações nomeadamente ‘Percursos Pedestres no Parque Natural do Vale do Guadiana: contribuição para a sua implementação no âmbito do turismo de natureza’ (Lopes, 2003), ‘Trilhos pedestres e turismo: uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal’ (Rodrigues, 2005) e ‘Sistemas de Informação Geográfica na internet aplicados ao turismo na natureza nos Açores: Projeto Zoom Açores’ (Silva, 2008).

3. Ordenamento do Território

Segundo o Dicionário de Geografia (Baud, Bourgeat & Bras, 1999) o ordenamento do território *“corresponde, na maior parte dos casos, à vontade de corrigir os desequilíbrios de um espaço nacional ou regional e constitui um dos principais campos da Geografia aplicada. Pressupõe, por um lado, uma percepção e uma conceção de conjunto de um território e, por outro lado, uma análise prospetiva”*.

A Carta Europeia do Ordenamento do Território (DGOTU, 1988) refere que o ordenamento do território “*é, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto*”.

A persecução dessa estratégia faz-se, segundo um outro Dicionário de Geografia (Batouxas & Viegas, 1998) “*através da elaboração de planos a diferentes níveis e nos diferentes setores económicos, tendo em vista um crescimento e um desenvolvimento económico e social, com base nos respetivos recursos naturais e humanos, e com objetivos e estratégias bem definidos*”.

Em Portugal, o ordenamento territorial ganhou força com o início da democratização do país em 1974 e, posteriormente, com a adesão à União Europeia, em 1986 (Pereira, 2009). Ainda na década de 1980, a Lei de Bases do Ambiente, Lei nº 11/87, de 7 de abril¹³, referia-se ao ordenamento do território enquanto “*processo integrado da organização do espaço biofísico, tendo como objetivo o uso e a transformação do território, de acordo com as suas capacidades e vocações, e a permanência dos valores de equilíbrio biológico e de estabilidade geológica, numa perspetiva de aumento da sua capacidade de suporte de vida*”.

A estruturação de um sistema de planeamento multinível e articulado deu-se apenas com a Lei nº 48/98, de 11 de agosto (alterada pela Lei nº 54/2007, de 31 de agosto) que consagrou a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU).

O ordenamento do território deverá possuir um conjunto de características fundamentais, nomeadamente, assegurar a participação das populações interessadas e seus representantes, integrar as diferentes políticas setoriais, respeitar as especificidades regionais em termos territoriais e administrativos, e ser prospetivo, ou seja, orientado para o futuro (DGOTU, 1988).

Segundo a Carta Europeia do Ordenamento do Território (DGOTU, 1988), o ordenamento do território deve perseguir objetivos como o desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões e melhoria da qualidade de vida das populações, a utilização racional do território e a gestão dos recursos naturais numa perspetiva de proteção do ambiente, a participação das populações no processo de decisão, a coordenação entre entidades e entre diferentes interesses das populações e uma efetiva implementação das políticas e das medidas de ordenamento.

Em Portugal, estas preocupações resultaram na Lei nº 48/98, de 11 de agosto (alterada pela Lei nº 54/2007, de 31 de agosto) que consagrou a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU). Segundo esta, o ordenamento do território refere-se a “*ações promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspetiva da sua valorização, designadamente no espaço*

¹³ Alterada pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro

européu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos”.

Ainda segundo a LBOTU, “*O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais devem promover, de forma articulada, políticas ativas de ordenamento do território e de Urbanismo*”. Enquanto princípios gerais da política do ordenamento defende-se a sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando às gerações futuras um território corretamente ordenado; a utilização ponderada e parcimoniosa dos recursos naturais e culturais; a coordenação e compatibilização com outras políticas setoriais; a subsidiariedade, aproximando o nível decisório do cidadão; a justa repartição dos custos e benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão territorial; o reforço da participação dos cidadãos na elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial; a responsabilização perante danos que ponham em causa a qualidade ambiental; articulação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial; e a estabilidade dos regimes legais e o respeito pelas situações jurídicas validamente constituídas.

Os seus objetivos incluem a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas; a distribuição equilibrada das funções territoriais; a criação de oportunidades diversificadas de emprego; a preservação dos solos com aptidão natural, agrícola e florestal; a adequação dos níveis de densificação urbana; a rentabilização das infraestruturas; a aplicação de uma política de habitação que permita resolver as carências existentes; reabilitação e revitalização dos centros históricos e património cultural classificado e a recuperação ou reconversão das áreas urbanas ilegais e degradadas.

Para compreensão da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo existem ainda outros dois diplomas importantes: o Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro (alterou o DL n.º 380/99, de 22 setembro) que define o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e a Lei n.º 60/2007 de 4 de setembro (altera Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro) que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

A concretização das políticas de ordenamento concretiza-se em três âmbitos territoriais (nacional, regional e municipal) e é suportada diferentes tipos de instrumentos de gestão territorial (IGT).

O âmbito nacional é concretizado através dos seguintes instrumentos:

- O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Os Planos Sectoriais com incidência territorial;
- Os Planos Especiais de Ordenamento do Território (i.e. Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas e os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas);

O âmbito regional é concretizado através dos Planos Regionais de Ordenamento do Território.

O âmbito municipal é concretizado através dos seguintes instrumentos:

- Os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território;
- Os Planos Municipais de Ordenamento do Território: Plano Diretor Municipal, Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor (PDM, PP, PU);

Os instrumentos de natureza estratégica e programática, que vinculam a administração pública, incluem:

- Instrumentos de Desenvolvimento Territorial;
 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
 - Planos Regionais de Ordenamento do Território;
 - Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território.
- Instrumentos de Política Setorial
 - Planos Setoriais (i.e. turismo, energia);

Relativamente a instrumentos de natureza operacional e regulamentar, que vinculam a administração pública e os particulares, contam-se:

- Instrumentos de Planeamento Territorial
 - Planos Municipais de Ordenamento do Território;
 - PDM, PP, PU.
- Instrumentos de Natureza Especial
 - Planos Especiais de Ordenamento.

Na RAM, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial foi adaptado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8-A/2001/M, de 20 de abril, que adapta algumas disposições à realidade regional, exclui o âmbito nacional, mas mantém o fundamental. O Plano de Ordenamento do Território da RAM foi definido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/97/M, de 18 de julho, que alterou o Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M, de 24 de junho.

A nível municipal, existe em todos os concelhos da RAM um Plano Municipal de Ordenamento do Território, compreendendo os Planos Diretores Municipais, os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor. Segundo o RJGT, “*os Planos Municipais de Ordenamento do Território são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios*” e que “*estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental*”.

Entre os seus objetivos contam-se a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local e articulação das políticas sectoriais com incidência local, a definição de parâmetros de uso do solo e

espaços públicos, regras de preservação do património e critérios de localização das atividades económicas.

A nível setorial, refira-se o Plano de Ordenamento Turístico da RAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M de 29 de agosto que “*define a estratégia de desenvolvimento do turismo na Região e o modelo territorial a adotar, com vista a orientar os investimentos, tanto públicos como privados, garantindo o equilíbrio na distribuição territorial dos alojamentos e equipamentos turísticos, bem como um melhor aproveitamento e valorização dos recursos humanos, culturais e naturais*”.

4. Riscos

Nos últimos anos, na RAM, um conjunto de eventos particularmente dramáticos, em que se destaca a intempérie de 20 de fevereiro de 2010, colocou as questões relacionadas com os riscos na ordem do dia. Esta preocupação, que se acentua a cada evento extremo, poderá decorrer quer de uma maior exposição ao risco, quer de uma maior perceção dos mesmos.

Nas décadas de 1950 e 1960 acreditou-se que a tecnologia “*poderia controlar a totalidade do meio físico (...) cuja manipulação não traria consequências nefastas para a humanidade e para o planeta*” (Bateira, 2001). Hoje em dia, vive-se numa sociedade mais consciente dos riscos ainda que estes escapem frequentemente à perceção humana. Beck (1992) fala mesmo numa “*sociedade de risco*”, em que a modernidade trouxe um conjunto de riscos que escapam ao controlo das instituições e da tecnologia, em quem os indivíduos não confiam para garantir a sua segurança. Cutter (2001) exemplifica, de forma curiosa, a forma como os riscos fazem parte dos interesses da sociedade com a profusão de filmes de Hollywood sobre este tema.

O conceito de risco é, para Rebelo (2003), pré-científico, ou seja, “*não existia ainda qualquer ciência do risco e toda a gente falava dele*”. Inicialmente a preocupação seriam os riscos de origem natural, mas, mais tarde, surgiu a preocupação com os riscos antrópicos.

Sendo uma área de estudo relativamente recente, existe ainda um debate aceso sobre a delimitação de um conjunto de conceitos estruturantes – desde logo o próprio conceito de risco. Rebelo (2003) exemplifica: Kervern e Rubise (1991) tendo escrito uma obra de referência sobre o risco, chamaram-lhe “*L’Archipel du danger*” – Arquipélago do Perigo. Tal não significa, no entanto, que não distinguíssem entre os dois conceitos, considerando o risco como medida do perigo.

Para a UNISDR¹⁴ (2004), *Risk* é a probabilidade de determinados fenómenos naturais ou de natureza antrópica (*Hazards*) provocarem perdas (i.e. humanas, ambientais e económicas). O

¹⁴ United Nations International Strategy for Disaster Reduction

Acceptable Risk é aquele que a comunidade considera ser aceitável em determinado contexto social, económico, cultural, técnico e ambiental. Rebelo (2003), a propósito de sismos, refere que quando à probabilidade de um evento ocorrer (*seismic hazard*) se junta a vulnerabilidade, as consequências sobre indivíduo ou a comunidade, temos o risco (*seismic risk*).

Alguns autores consideram que *Hazard* deve, em português, ser referido como Perigosidade enquanto outros preferem referir-se ao risco e integrá-lo na sequência Risco-Perigo-Crise.

Zêzere, Pereira, & Morgado (2006) referem-se a Perigosidade, enquanto probabilidade de ocorrência de um fenómeno com um potencial de destruição, num determinado período de tempo e numa dada área; Elementos em risco, que consistem na população, equipamentos, infraestruturas e atividades económicas vulneráveis num território; e a Vulnerabilidade, correspondente à potencial perda de um ou mais elementos vulneráveis como consequência de um fenómeno de origem natural ou antrópica com determinada intensidade ou magnitude.

Quanto ao risco, definem-no como “*a probabilidade de ocorrência de um efeito específico causador de danos graves à Humanidade e/ou ao ambiente, num determinado período e em circunstâncias determinadas*”, ou seja, conjugando a probabilidade de ocorrência de um fenómeno, natural ou antrópico, e a quantificação das consequências do mesmo para a comunidade (Zêzere *et al*, 2006).

Na mesma linha, para Castro (2005), o risco “*refere-se, portanto, à probabilidade de ocorrência de processos no tempo e no espaço, não constantes e não-determinados, e à maneira como estes processos afetam (direta ou indiretamente) a vida humana*”.

Como referido, para Zêzere (2005; 2006) o *natural hazard* deve ser traduzido como *perigosidade natural* e refere-se à probabilidade de ocorrência de um fenómeno potencialmente destruidor, numa determinada área e num determinado período de tempo. Segundo Ayala-Carcedo & Cantos (2002), perigosidade refere-se a aspetos naturais de um fenómeno que influenciem o risco, as perdas que pode causar. Para a analisar deve-se considerar a probabilidade do fenómeno e a sua severidade (intensidade), medida numa escala. A propensão de uma área para ser afetada por um perigo representa a sua susceptibilidade.

Também Zêzere (2005) se refere à susceptibilidade de um local como “*a probabilidade espacial de ocorrência de um determinado fenómeno num dada área com base nos fatores condicionantes do terreno, independentemente do seu período de recorrência*”.

Outros autores, como Lourenço (2003) organizam a teoria do risco em torno de três conceitos: risco, perigo e crise. Assim, o risco é a probabilidade, maior ou menor, de uma situação latente vir a manifestar-se. O perigo é a probabilidade de, num determinado período de tempo, se produzir um

evento capaz de provocar dano a pessoas e bens. O perigo implica a presença do Homem, “*pois é através da sua localização, das suas ações e percepções que um fenómeno natural se torna ou não perigoso*”. A crise corresponde à manifestação do risco que se anunciava, à efetiva verificação de um evento ou ocorrência (Lourenço, 2003).

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (Julião *et al*, 2009) apresenta o seguinte enquadramento conceptual:

- *Risco - Probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais, diretos ou indiretos.*
- *Perigo - Processo (ou ação) natural, tecnológico ou misto suscetível de produzir perdas e danos.*
- *Perigosidade ou Probabilidade do Perigo - Probabilidade de ocorrência de um processo ou ação (natural, tecnológico ou misto) com potencial destruidor (ou para provocar danos) com uma determinada severidade, numa dada área e num dado período de tempo.*
- *Susceptibilidade - Incidência espacial do perigo. Representa a propensão para uma área ser afetada por um determinado perigo, em tempo indeterminado, sendo avaliada através dos fatores de predisposição para a ocorrência dos processos ou ações, não contemplando o seu período de retorno ou a probabilidade de ocorrência.*
- *Elementos Expostos - Conjunto de elementos expostos de importância vital e estratégica, fundamentais para a resposta à emergência (rede hospitalar e de saúde, rede escolar, quartéis de bombeiros e instalações de outros agentes de proteção civil e autoridades civis e militares) e de suporte básico às populações (origens e redes principais de abastecimento de água, rede elétrica, centrais e retransmissores de telecomunicações).*

Lourenço (2003) refere-se a uma hierarquia de gravidade de ocorrências, que inclui o *acidente*, acontecimento repentino causado pelo Homem ou natureza e com impacto limitado no tempo e no espaço; e o *desastre* que se refere a acontecimentos de maior escala, causados pelo Homem ou natureza e que afetam o sistema social, económico e natural. Segundo a UNISDR (2004) um *desastre* corresponde a evento disruptivo que causa perdas generalizadas (humanas, materiais, económicas) que ultrapassam a capacidade dos meios de resposta da própria comunidade.

Oliver (2011) refere-se a *desastre* como situação de emergência, envolvendo diversas pessoas, em que os serviços locais de auxílio têm dificuldade em dar resposta imediata, e a *catástrofe* como situação mais grave em que a escala do evento dificulta a resposta, mesmo com ajuda externa. Ayala-Carcedo & Cantos (2002) ordenam os eventos em sentido inverso, ou seja, o desastre é o “*grado superior*” de uma catástrofe e que obriga a ajuda externa.

Segundo a Lei de Bases da Proteção Civil, Lei n.º 27/2006, de 3 de julho,

- “*Acidente grave é um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente*”.

- “*Catástrofe é o acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido sócio-económico em áreas ou na totalidade do território nacional*”.
- “*Calamidade pode ser declarada quando (...) é reconhecida a necessidade de adotar medidas de carácter excecional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos*”.

Independentemente da intensidade do fenómeno e das suas consequências, a classificação dos riscos faz-se usualmente com base na sua génese. Nesse sentido, Lourenço (2003) refere uma tipologia de risco que considera os riscos naturais – quando a origem do fenómeno é natural (Geofísicos, Hidrológicos, Geomorfológicos, Climático-Meteorológicos); riscos antrópicos – quando é a ação humana, intencional ou não, que provoca o fenómeno (inclui os tecnológicos, sociais e biológicos); e riscos mistos – quando existe uma combinação de causas de origem natural e antrópica. (i.e. incêndio florestal, erosão hídrica, desertificação).

Zêzere *et al* (2006) distingue entre riscos naturais, relacionados com o funcionamento de sistemas naturais, e riscos tecnológicos decorrentes da atividade humana. A crescente complexidade dos fenómenos e interação entre a componente natural e humana levou a considerar também os riscos ambientais (i.e. desertificação, poluição e incêndios). Rebelo (2003) admite também uma distinção, com base no grau de complexidade na origem e desenvolvimento do(s) fenómeno(s), entre riscos simples (sismos) e riscos complexos (incêndio florestal).

Segundo a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) os riscos podem dividir-se em:

- “*riscos Naturais, os que resultam do funcionamento dos sistemas naturais (e.g., sismos, movimentos de massa em vertentes, erosão do litoral, cheias e inundações);*
- *riscos Tecnológicos, os que resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana (e.g., cheias e inundações por rutura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas, emergências radiológicas);*
- *riscos Mistos, os que resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (e.g., incêndios florestais, contaminação de cursos de água e aquíferos, degradação e contaminação dos solos)*” (Julião *et al*, 2009).

Independentemente da origem e características dos fenómenos, para que se fale em *risco* é necessário que se considere a componente humana, ou seja, a *vulnerabilidade* do indivíduo ou sociedade perante o impacto de um fenómeno destrutivo. A vulnerabilidade consiste, por isso, nas características de uma pessoa ou grupo, relativas à capacidade para prever, gerir, resistir e voltar à normalidade, após o impacto causado por um risco (Blaikie, 1994 em Lourenço 2003).

Para Rebelo (2003) “*a noção de risco sem vulnerabilidade nem sequer é considerada por grande parte dos autores*”. Para este autor, existe sempre, por menor que seja, consequência para a

sociedade e, assim sendo, a vulnerabilidade é intrínseca à noção de risco. Para Castro (2005), o risco refere-se a um “*acontecimento que pode realizar-se ou não. Contudo, a existência de um risco só se constitui quando há a valorização de algum bem, material ou imaterial, pois não há risco sem a noção de que se pode perder alguma coisa*”.

Segundo a UNISDR (2004) a vulnerabilidade corresponde às condições determinadas por fatores físicos, sociais, económicos e ambientais que condicionam a susceptibilidade de uma comunidade perante um fenómeno destrutivo. Segundo a ANPC a Vulnerabilidade é o “*grau de perda de um elemento ou conjunto de elementos expostos, em resultado da ocorrência de um processo (ou ação) natural, tecnológico ou misto de determinada severidade*”. A Severidade é a “*capacidade do processo ou ação para danos em função da sua magnitude, intensidade, grau, velocidade ou outro parâmetro que melhor expresse o seu potencial destruidor*” (Julião *et al*, 2009).

A vulnerabilidade, social ou individual, condiciona a forma como se fazem sentir os impactos negativos de um determinado evento. A vulnerabilidade representa um potencial de perda. Essa perda faz-se sentir de forma diversa em diferentes grupos sociais, em diferentes locais e contextos temporais pelo que a vulnerabilidade varia também segundo esses critérios (Cutter, 2001).

Maskrei (1984, em Gonçalves 2012) identifica um conjunto de fatores que afetam a vulnerabilidade de uma comunidade: a falta de informação e educação sobre os riscos existentes (vulnerabilidade cultural), falta de coesão e articulação das estruturas sociais (vulnerabilidade social), falta de recursos para se proteger (vulnerabilidade económica), a inadequação legal e das instituições (vulnerabilidade institucional).

A forma como a comunidade ou indivíduo se adapta e recupera de um evento negativo remete para o conceito de *resiliência*. O conceito de resiliência, que em Física se refere à propriedade dos materiais expostos a tensões resistirem e retomarem a forma anterior, passou a ser aplicado ao estudo dos riscos com significado análogo. Assim, refere-se à capacidade de uma comunidade recuperar após uma situação de crise recorrendo aos próprios meios e recursos (Mileti, 1999 em Gonçalves, 2012).

Para a UNISDR (2004) a resiliência é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade se adaptar e resistir aos eventos, organizando-se de forma a aprender com desastres do passado e implementar medidas de prevenção e redução do risco.

A *avaliação do risco*, segundo Lourenço (2003), pode ser considerada como o produto da frequência (F), ou probabilidade, de ocorrência de um fenómeno pela magnitude (M) ou o impacto desse fenómeno, caso ocorra, expresso por exemplo na perda de vidas e bens ($R=F*M$). Também a ANPC (Julião *et al* 2009) relaciona a probabilidade de ocorrência do fenómeno (P) com a estimativa das suas consequências (C), ou seja, $R = P*C$.

Zêzere (2005), usando uma terminologia distinta, considera o risco específico produto da perigosidade (P) pela vulnerabilidade (V). Refere-se ainda ao risco total, ou seja, a “*possibilidade da ocorrência de consequências gravosas (...) em resultado da ocorrência de um fenómeno natural ou induzido pela atividade antrópica*”, e que integra, além da perigosidade e vulnerabilidade, o valor dos elementos em risco. Assim, Zêzere *et al* (2006) refere que a “*avaliação quantitativa do risco é o produto da perigosidade (P) pela vulnerabilidade (V) e pelo valor dos elementos em risco (E)*”, ou seja, $R=P*V*E$. Também Tavares & Cunha (2008) consideram o risco como o produto de três fatores: *Perigosidade, Vulnerabilidade e Exposição*.

A análise do risco consiste na identificação e análise dos processos de risco com o objetivo de os gerir e reduzir ou prevenir (Ayala-Carcedo & Cantos, 2002). Zêzere & Garcia (2003) referem 3 etapas no estudo do risco: Análise, Avaliação e Gestão. A Análise é a fase em que se estima o risco a que elementos estão expostos. A Avaliação do risco corresponde à identificação de opções e alternativas de redução do risco a que estão expostos esses elementos. Define-se ainda o nível de risco aceitável e a sua comparação com o risco estimado. Por fim, a Gestão faz-se decidindo, implementando e avaliando ao longo do tempo políticas e/ou técnicas de mitigação.

Nos últimos anos, o desenvolvimento dos Sistemas de Informação Geográfica tem permitido a produção de cartografia automática, Cartas de Risco, que são atualmente um importante instrumento na análise, avaliação e gestão do risco.

Enquanto a análise do risco presume um elevado grau de objetividade, com base na análise da frequência (probabilidade) de um fenómeno e o seu custo potencial (gravidade), a *perceção* do risco é algo que integra a subjetividade e depende das experiências da população, do seu grau de conhecimento e informação. Assim, a perceção do risco acaba por ser uma construção pessoal e, em última análise, social (Queirós, 2007).

A relação entre turismo e os riscos naturais é enquadrada pela OMT (1998b) como devendo-se a diversos fatores:

- O turismo é um fenómeno à escala mundial e que envolve (quase) todos os territórios a nível global;
- A atividade turística desenvolve-se frequentemente em áreas com elevada probabilidade de ocorrência de desastres, nomeadamente áreas costeiras, junto a rios ou zonas montanhosas;
- Porque em caso de desastre eminente os turistas que não falam o idioma local estão particularmente vulneráveis, é necessário uma aposta na educação/informação nos locais de origem;
- Em caso de desastre num destino turístico, sobretudo afetando os turistas, o impacto sobre a economia desse destino pode ser profundo e duradouro.

Os desastres provocam, no que se refere ao turismo, custos diretos, nomeadamente a destruição de edifícios e infraestruturas, a paralisação de atividades económicas, a destruição de património natural e cultural imprescindível ao turismo, além, naturalmente, de mortos, feridos e desalojados.

Além disso, há a considerar um conjunto de efeitos indiretos, nomeadamente decorrentes do cancelamento de reservas e de, nas semanas, meses ou anos seguintes, os turistas evitarem esse destino. Os impactos a longo prazo são particularmente graves quando existe elevado número de vítimas e quando é feita uma grande cobertura mediática (Nothiger e Elsasser, 2004; UNISDR, 2008; Simpson e Gladin, 2008).

O sismo e *tsunami* no sudeste asiático a 26 de dezembro de 2004 causou uma enorme destruição e vitimou entre 230 mil e 310 mil pessoas, 9000 seriam turistas. Este evento constitui um bom exemplo de como uma área de enorme potencial turístico pode ser afetada por um desastre: às perdas provocadas pelo desastre em si e à penosa reconstrução durante anos, soma-se a lenta recuperação da atividade turística de que muitas áreas dependiam (Leoni, Radford & Schulman, 2011).

Os pequenos territórios insulares são particularmente sensíveis perante os desastres devido à reduzida dimensão, à localização e por dependerem frequentemente de um conjunto reduzido de atividades económicas. Nestes casos, além de os desastres afetarem partes significativas do seu território e de normalmente não terem os meios de resposta suficientes, dependendo de ajuda exterior, por vezes distante e demorada, há ainda a possibilidade de o impacto sobre a economia ser muito significativo (Rodrigues, 2005). No caso das ilhas cuja economia depende em grande medida do turismo, o impacto mediático decorrente de um desastre pode criar uma perceção de falta de segurança, que se soma à destruição ocorrida, e compromete seriamente a viabilidade do destino, afastando os turistas para outros destinos.

A RAM conta na sua história com um conjunto de eventos extremos, sobretudo aluviões, que a ocorrer novamente provocariam certamente consequências dramáticas para a comunidade e afetariam a imagem e a sustentabilidade do destino turístico. Com base no levantamento feito por Rodrigues (2005), destacam-se a inundação de 18 de novembro de 1724 em Machico (26 mortos e 80 casas destruídas); o aluvião de 9 de outubro 1803, o mais grave de que há registo que afetou principalmente o Funchal (600 a 1000 mortos); aluvião de 26 de outubro de 1815 em diversos pontos da ilha (terá sido o segundo mais grave de sempre mas não se conhece o número de mortos apesar de referências a grande destruição de casas, estradas, pontes e terrenos agrícolas); fluxo de detritos a 6 de março de 1929, em São Vicente (32 mortos e diversas casas destruídas); tsunami de 4 de março de 1930 no Cabo Girão (19 mortos) e o temporal de 29 de outubro de 1993 que afetou sobretudo o Funchal (8 mortos e destruição de 100 habitações e 220 automóveis).

No ano de 2010, as consequências do evento que ficou conhecido pela data em que ocorreu, “20 de fevereiro”, fizeram sentir-se não apenas pela destruição, mortos e feridos mas também por uma queda acentuada na procura turística¹⁵.

¹⁵ Dormidas caíram na RAM, em 2010, 9,2% enquanto a nível nacional cresceram 2,6% (DREM, 2013a)

A RAM possui uma grande dependência em relação ao mercado turístico alemão e britânico, e também uma comunidade de residentes naturais desses países. Acresce que, como veremos, a recomendação de amigos e familiares que conhecem o destino é um importante elemento no processo de escolha. De igual modo, a segurança é um fator importante na satisfação dos turistas (ECAM, 2010). Assim, não são apenas os desastres com grande cobertura mediática que prejudicam o turismo regional. Num destino dependente de um grupo restrito de mercados, em que a segurança é um fator atrativo e em que a escolha deste destino depende em grande medida da recomendação de amigos e familiares, mesmo acontecimentos de menor escala, que não captem o foco da comunicação social internacional, prejudicam a imagem do destino.

Cenário de Partida

1. Enquadramento Geográfico

Neste trabalho apresenta-se uma proposta de intervenção que visa o desenvolvimento do turismo com base em percursos pedestres. A escolha do concelho de São Vicente para o desenvolvimento desta proposta teve, por um lado, a ver com o fato de ser uma área rural do Norte da ilha, onde fará mais sentido a aposta em TERN, e por outro, porque dos três concelhos da costa Norte é aquele em que o conhecimento prévio era significativamente maior por aí residir há vários anos. Ainda assim, a proposta apresentada afigura-se como pertinente e exequível em qualquer espaço rural da Região Autónoma da Madeira.

O Arquipélago da Madeira, localizado entre os paralelos $30^{\circ} 01'N$ e $33^{\circ} 08'N$ e os meridianos $15^{\circ} 51'O$ e $17^{\circ} 16'O$, no Atlântico Norte, é constituído pela Madeira, a maior ilha do arquipélago com 785 km^2 , Porto Santo com 42 km^2 , Desertas (Deserta Grande, Bugio e Ilhéu Chão) com 14 km^2 , e Selvagens (Selvagem Grande e Selvagem Pequena) com 4 km^2 . O arquipélago localiza-se a Norte das Canárias, Sudeste dos Açores e a Sudoeste de Portugal Continental (950 km a SO de Lisboa).



Figura 1: Localização do Arquipélago da Madeira

A ilha da Madeira, localizada na placa africana numa área onde a crosta oceânica tem 140 milhões de anos, insere-se num aparelho vulcânico, com mais de 5 km de altura, dos quais apenas cerca de um terço está emerso. A ilha da Madeira possui, na sua maior extensão, um comprimento de 58 km, no sentido E-W, e uma largura máxima de 23 km. É uma ilha onde cerca de dois terços da sua

área tem declive superior a 25%, cerca de um quarto fica acima dos 1000 m de altitude e cujo ponto de maior altitude é o Pico Ruivo, com 1861m.

Vista do mar, a ilha apresenta-se com forma de um escudo achatado dissecado pela erosão litoral, sendo marcantes as arribas, frequentemente com centenas de metros de altitude, sobretudo na costa Norte onde a dinâmica erosiva é mais intensa. O relevo caracteriza-se por fortes pendentes e vales encaixados e profundos.

Do ponto de vista geomorfológico a ilha pode subdividir-se em três unidades: o Maciço Vulcânico Central que corresponde ao complexo vulcânico principal, no centro da ilha, o planalto do Paúl da Serra que se separa do Maciço Central pelos vales profundos de São Vicente e Ribeira Brava, e a Ponta de São Lourenço no extremo este da ilha, uma estreita península em forma de arco.

A generalidade das ribeiras madeirenses desenvolve-se para Norte ou para Sul, indo das zonas altas do interior para a periferia, em cursos estreitos com uma orientação perpendicular à linha da costa. Na costa Norte as linhas de água tem um trajeto mais declivoso do que na costa Sul.

Quanto às características climáticas, a temperatura média anual do ar varia entre os 9 e os 19°C, sendo as temperaturas inferiores a 0°C raras e limitadas a locais de grande altitude. Os ventos predominantes são do rumo Norte e Nordeste e a velocidade média máxima não ultrapassa os 30km/h. A precipitação média ponderada da ilha da Madeira, é de 1628mm, variando a média anual entre os 600 e os 2900mm.

Segundo o PRAM (SRA, 2002), o clima da Madeira é frio nas áreas de maior altitude e temperado nas de menor altitude; oceânico, relativamente à amplitude média da variação anual da temperatura do ar (inferior a 10°C); moderadamente chuvoso (precipitação anual média entre 500mm e 1000mm) na maior parte da vertente Sul, próximo do mar, e excessivamente chuvoso, nas áreas mais elevadas.

A ilha da Madeira possui uma vegetação diversificada, distinguindo-se, pela sua riqueza e área ocupada, a floresta Laurissilva. Quintal (1996) refere a existência de quatro andares fitoclimáticos. O primeiro, a formação xerófila, encontra-se no litoral até aos 200m de altitude na costa Norte e 300m na costa Sul, sendo características a Figueira-do-inferno, Malfurada, Ensaião e Massaroco. O segundo andar, a floresta de transição, localiza-se entre os 200 e 400 metros de altitude a Norte, 300 e 600 metros a Sul, e assinala a transição da vegetação xerófila para a floresta Laurissilva, sendo característica a mistura de espécies como Figueira-do-inferno, Ensaião, Globulária, Perpétua Branca, Loureiro, Barbusano, Urze das Vassouras e diversos tipos de Fetos.

A floresta Laurissilva situa-se entre os 600 e 1300m de altitude, nas áreas mais húmidas da ilha, e é rica em árvores como Loureiros, Barbusanos, Vinháticos, Tis e, abaixo da copa das grandes lauráceas, os Folhados, Faias das Ilhas, Leitugas, Estreleiras, Piorno, Goivo da Serra, Gerânios e

Massaroco. A floresta Laurissilva, além do valor paisagístico e importância na precipitação oculta, reúne também uma grande riqueza biológica e grande número de endemismos. É na ilha Madeira que se concentra a maior mancha desta floresta subtropical húmida outrora abundante na Macaronésia. Na Madeira, as maiores extensões situam-se no Norte, em São Vicente, Santana e Porto Moniz. Por fim, nas áreas de maior altitude, encontra-se a vegetação de altitude como Urze Molar, Urze das Vassouras, Uveira da Serra e, por vezes, Loureiros de pequeno porte.

A nível de fauna existe sobretudo uma grande diversidade de invertebrados. A fauna macroinvertebrada é composta por 240 espécies e ao nível de molúsculos existe um significativo número de espécies terrestres – 261. Na avifauna, menos diversificada, destacam-se o Pombo Trocaz, Bisbis, Freira-da-madeira, Tentilhão, Francelho, Fura-bardos e Manta. Nos mares destaca-se o Lobo-marinho (foca-monge).

A área florestal ocupa cerca de metade da superfície da ilha, em grande parte Floresta Laurissilva. A área agrícola ocupa cerca de 18%. Grande parte da ilha, cerca de dois terços, constitui o Parque Natural da Madeira, existindo ainda outras áreas protegidas (Anexo II e III).

A região autónoma possui onze concelhos, dez na ilha da Madeira e um na ilha do Porto Santo. Administrativamente, as Desertas integram Santa Cruz e as Selvagens o Funchal. O concelho de São Vicente situa-se no Norte da Ilha da Madeira, ocupa 78,70 km² de área e possui 3 freguesias: São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura. O município confina a leste com o município de Santana, a sul com Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, a oeste com Porto Moniz e a norte com oceano Atlântico.

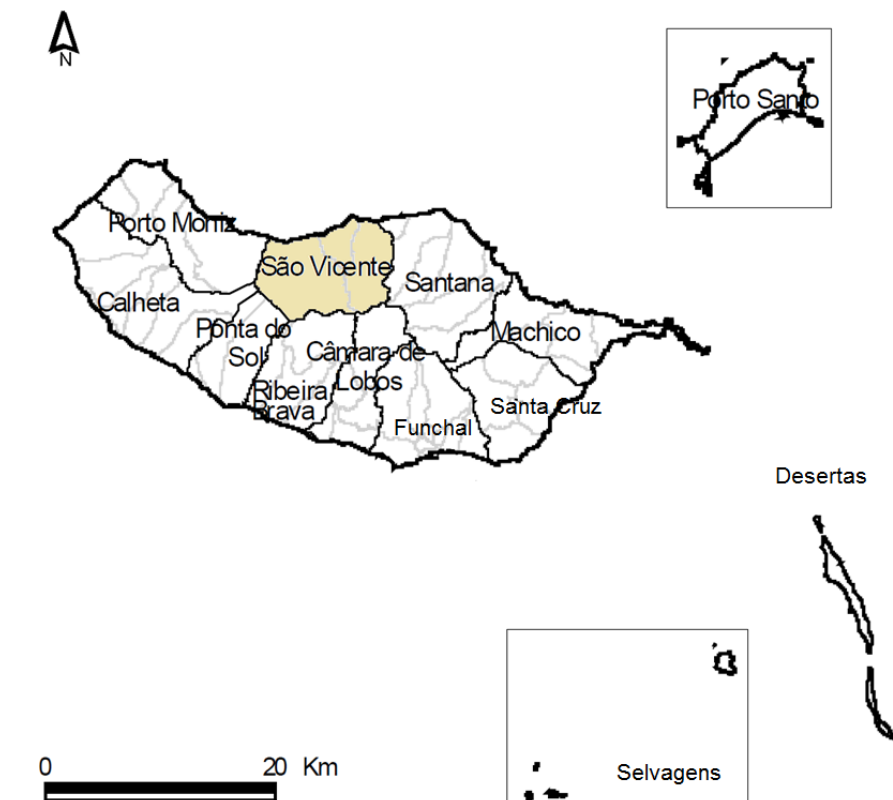


Figura 2: Arquipélago da Madeira

De acordo com os Censos 2011, na última década assistiu-se ao crescimento da população residente na RAM, bem como do número de famílias, de alojamentos e de edifícios. Os maiores crescimentos aconteceram na costa Sul da Madeira e Porto Santo e o maior decréscimo nos concelhos do Norte da Madeira.

Quadro 1: População residente na RAM e em São Vicente, em 2001 e 2011, e evolução 2001-2011

Zona Geográfica	Em 2001		Em 2011		População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Total		Total		Var. Total	Grupos etários			
	HM	H	HM	H		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
RAM	245011	115211	267785	126268	9,30	-6,16	-14,85	19,98	18,82
São Vicente	6198	2836	5723	2668	-7,66	-24,69	-26,03	-0,54	3,02

Dados: Censos 2011

A população residente aproxima-se das 270 mil pessoas, 2,5% da população do país, tendo crescido 9,3% entre 2001 e 2011. A população flutuante, originada sobretudo pelo turismo, deverá rondar as 20 mil pessoas/dia. A queda nos escalões etários mais baixos contrastou com aumento de adultos e idosos. Em São Vicente, assistiu-se a uma queda de 7,7% da população residente entre 2001 e 2011. Neste período perdeu cerca de um quarto das crianças e jovens aumentando o Índice de Envelhecimento da sua população.

Na RAM, entre 2001 e 2011 o número de famílias aumentou para 92823 e o número de alojamentos para 129158, integrados em 91961 edifícios. Em São Vicente, o número de famílias passou de 2176 para 2203, o número de alojamentos familiares cresceu significativamente de 3006 para 3945 e o número de edifícios cresceu de 2937 para 3871.

A população residente na RAM envelheceu na última década. A população idosa aumentou e representa, em 2011, 14,9% da população da Madeira, ainda assim abaixo da média nacional. A população de São Vicente é mais envelhecida que a média regional, com maior representatividade relativa de residentes com 65 ou mais anos.

Quadro 2: Distribuição da população residente por escalão etário, na RAM e em São Vicente, em 2011

Zona Geográfica	Grupos etários			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
RAM	16,4%	12,4%	56,3%	14,9%
São Vicente	14%	11,6%	51,7%	22,7%

Dados: Censos 2011

A RAM apresentava em 2011 uma densidade populacional de 334,3 habitantes por Km², cerca de três vezes superior à média do país, 114,5 habitantes/km². O Funchal, que concentrava 43% da população da região, possuía a mais elevada densidade populacional (1472 hab/km²). São Vicente, pelo contrário, possui um dos mais baixos valores a nível regional (72,6 hab/km²).

A RAM apresentava em 2011 uma Taxa de Atividade de 47,6%, sendo que nos homens era de 52,5% e nas mulheres de 43,3%. São Vicente apresentava não apenas uma Taxa de Atividade 10% inferior como também um maior diferencial entre a Taxa de Atividade de homens e mulheres.

A população empregada na RAM concentrava-se sobretudo no setor terciário (79,8%) sendo o setor primário residual. Em São Vicente era também dominante o setor terciário mas existia maior representatividade dos setores primário e secundário. Ainda assim, a economia regional e mercado de emprego, quer da RAM, quer de São Vicente, dependem essencialmente do comércio, serviços e atividades ligadas ao turismo.

Quadro 3: População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade, na RAM e em São Vicente, em 2011

Zona Geográfica	População economicamente ativa					Taxa de atividade (%)		
	Total	Empregada				Em 2011		
		Total	Primário	Secundário	Terciário	HM	H	M
		HM			Total			
RAM	127484	108808	3,4%	16,8%	79,8%	47,6%	52,5%	43,3%
São Vicente	2151	1900	5,3%	23,6%	71,1%	37,6%	44,3%	31,7%

Dados: Censos 2011

2. Importância do Turismo na RAM

2.1 A Economia Regional

“Para a economia da RAM, o turismo representa uma oportunidade de desenvolvimento da atividade económica e de criação de empregos, potenciando um conjunto de serviços, como o alojamento, a gastronomia, o comércio tradicional, o artesanato, a animação e construção, entre outros” (ACIF, 2008).

Nesta frase sintetiza-se, como veremos, muito do que é a importância do turismo para a RAM enquanto motor económico e criador de emprego. Uma vez que nas motivações dos turistas a paisagem e o contato com a natureza surgem como elementos fundamentais, tem ainda um elevado potencial para a preservação ambiental e valorização das áreas rurais.

Em 2011¹⁶, o PIB da RAM foi de 5112 milhões de euros, queda de 1,8% face a 2010, o que corresponde apenas a cerca de 3% do PIB Nacional. O peso do PIB Turístico da RAM no PIB Turístico do país é bem maior, cerca de 5% (DREM, 2013c).

A economia regional evoluiu muito nas últimas décadas. Em 15 anos, o PIB Regional (PIBR) *per capita* quase triplicou, passando de 7463 euros em 1995 para 21066 euros em 2010. Nesse mesmo período o PIB Nacional *per capita* aumentou ‘apenas’ 125% (DREM, 2013c; www.pordata.pt em 12/05/2013).

¹⁶ Não foi ainda, em julho de 2013, publicada a Conta Regional 2012 da RAM

Mais elucidativo, o PIBR *per capita* da RAM passou, nesse período, de 85% para 130% da média nacional passando de uma das regiões mais pobres do país para uma das mais ricas – pelo menos estatisticamente, apenas ultrapassado por Lisboa. Passou também de 61% para 104% da média da União Europeia a 27¹⁷ (DREM, 2013c).

A RAM não é, no entanto, imune à crise económica e financeira iniciada em 2008. Esta tem, aliás, afetado Portugal, a RAM e as economias em que se incluem os principais emissores de turistas para a RAM. O Relatório do Orçamento da RAM (SRPF, 2013) assinalava a *“influência da crise económica na atividade turística, materializada na evolução dos seus principais indicadores, (...) o ano de 2009 já tinha sido um ano de quebras em resultado da crise internacional”*.

A nível nacional, a crise conduziu ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, que levou o governo português a implementar um conjunto de medidas com a finalidade de consolidar as contas públicas, estabilizar o sistema financeiro e transformar estruturalmente a economia. Estas medidas tiveram como consequência a *“contração da atividade económica, sobretudo através da redução da procura interna, realçando-se as quebras no consumo das famílias”* (SRPF, 2013).

A quebra no consumo, que já existia e o PAEF agravou, reflete-se também no consumo turístico e implicou uma queda muito significativa da importância do mercado nacional no turismo da RAM – em 2009 representou 16,2% das dormidas e em 2012 apenas 10,4% (DREM, 2010; DREM, 2013a).

A própria RAM assinou, em janeiro de 2012, um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF-RAM) ficando sujeita a adicionais e restritivas medidas de ajustamento. A queda do PIBR, já caíra 2,3% entre 2010 e 2011, agravou-se pela forte contração do consumo das famílias e do Governo Regional e da estagnação do setor da construção civil e obras públicas, tornando o turismo ainda mais importante para recuperação da economia regional (DREM, 2013c).

O Banco de Portugal previa, ainda em 2012, um abrandamento da procura externa dirigida à economia portuguesa, das *“economias avançadas incluindo da área Euro determinada pela continuação da crise das dívidas soberanas e o efeito das medidas de consolidação orçamental”* (SRPF, 2013). Os principais mercados emissores de turistas para a RAM são, à exceção do Reino Unido, precisamente das economias da zona euro.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM (IDR), o efeito do Turismo na economia regional enfrenta o impacto da crise internacional e da crise no mercado interno nacional que provocam forte queda do consumo privado (IDR, 2013). Para o Governo Regional o turismo *“é um setor que assume uma relevância fulcral para a economia regional, porque se trata de um setor*

¹⁷ Deve ter-se em conta que este valor inclui o PIB referente à Zona Franca da Madeira, que introduz distorções nos valores em relação à ‘economia real’.

impulsionador de um amplo conjunto de atividades, quer a montante, quer a jusante da economia regional, coexistindo ainda transversalidade com os restantes setores. Desta forma, os efeitos multiplicadores que lhe estão associados conferem ao turismo uma relevância de primeira linha na economia regional” (SRPF, 2013).

2.2 Turismo

O Turismo é uma atividade económica de enorme importância não apenas para a RAM mas também a nível mundial (WTTC, 2013a). No entanto, os impactos económicos do turismo no PIB e no emprego – diretos, indiretos e induzidos, não são facilmente contabilizados.

O Sistema de Contas Nacionais (e Regionais) não permite isolar em detalhe todo o contributo do turismo para a economia, até porque o *“turismo é composto por uma heterogeneidade de produtos e produtores, o que não permite a sua avaliação direta e, por outro, algumas atividades são simultaneamente alvo de Consumo Turístico e Não Turístico, como por exemplo os transportes e a restauração”* (DREM, 2008c). Para contornar esta situação foi necessário desenvolver metodologias que permitissem isolar o contributo deste sector em particular. Destacam-se duas abordagens, a das Contas Satélite de Turismo (CST) e a abordagem mais abrangente dos impactos económicos do turismo do World Travel and Tourism Council (WTTC).

A elaboração da CST permite integrar contabilisticamente os produtos relacionados com o sector do Turismo de forma a perceber o seu peso na economia (DREM, 2008c). Esta metodologia tem sido desenvolvida por organizações como OMT, OCDE¹⁸ e EUROSTAT¹⁹ que apresentaram uma proposta metodológica em 2001, revista em 2008 (OMT, ONU & Eurostat, 2008).

Em 2002, o EUROSTAT publicou o Manual Europeu de Implantação da Conta Satélite de Turismo, cuja metodologia Portugal adotou, tendo-se elaborado, em parceria com o Turismo de Portugal, a Conta Satélite do Turismo de Portugal 2000 – 2005. Posteriormente foram divulgados dados até 2010. A RAM, com base na metodologia do INE publicou em 2008 a CST Regional, referente a 2001 (DREM, 2008c; OMT, ONU & Eurostat, 2008; TP, 2011; INE, 2003b).

No setor do turismo, consideram-se os produtos e as atividades específicas do turismo²⁰ (onde se incluem as atividades características e as conexas) e as atividades não específicas do turismo²¹, contabilizando-se ambos.

¹⁸ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

¹⁹ Gabinete de Estatísticas da União Europeia

²⁰ Os mais importantes nas deslocações feitas pelos indivíduos: transporte, alojamento, serviços de agências de viagem. Os produtos designam-se por específicos e englobam os produtos característicos (aqueles, que na maioria das regiões/países deixariam de existir ou o seu consumo reduzir-se-ia significativamente na ausência de atividade turística) e os conexas (aqueles que apesar de não serem típicos do turismo num contexto internacional, podem sê-lo num determinado país/região).

A metodologia do WTTC vai além das CST na medida em que contabiliza não apenas os impactos diretos, mas também os impactos indiretos e induzidos do turismo.

O contributo direto do turismo e viagens reflete o consumo interior numa determinada área, por residentes e não residentes, bem como o investimento do governo em serviços diretamente relacionados com os visitantes (WTTC, 2013a). A metodologia do WTTC (2013a) calcula também os impactos indiretos e induzidos. O contributo indireto inclui o contributo para o PIB e empregos decorrente do investimento em turismo (i.e. construção de hotéis ou encomendas de aviões); da despesa do estado em serviços como promoção turística, segurança, administração pública, apoios à aviação, segurança ou saneamento de *resorts*; do consumo de bens e serviços por setores relacionados diretamente com turistas (i.e. compras de alimentos ou limpeza em hotéis, combustíveis e catering de companhias de aviação, serviços de tecnologia prestados a agentes de viagens).

O contributo induzido inclui o contributo para o PIB e emprego decorrente do consumo feito por aqueles que estão direta ou indiretamente empregados pela indústria do turismo (i.e. na sua alimentação, no transporte para o emprego).

O WTTC calculou, para 2012, que o turismo tenha representado um contributo total de 9,3% do PIB mundial, estimando que continue a crescer 4,4% por ano até 2023. Quanto ao contributo direto, estimou-o em 2,9% (WTTC, 2013a).

Relativamente à contribuição total para o emprego, calculou que tenha, em 2012, representado 8,7% do emprego e que cresça até 9,9% em 2023. O contributo direto para o emprego terá sido de 3,4%. Calculou ainda que turismo tenha, em 2012, representado 5,4% das exportações e 4,7% do investimento a nível mundial (WTTC, 2013a)

A OMT calcula que o turismo tenha representado, em 2012, um contributo de 9% do PIB mundial, 1 em cada 11 empregos e 6% das exportações. Estima-se que em 2013 estes indicadores cresçam 3,2% no PIB, 1,7% no emprego e 4,2% nas exportações (OMT, 2013).

Em Portugal, ainda segundo o WTTC, o turismo representou em 2012 uma *contribuição total* de 15,9% do PIB, 18,5% do emprego existente, 17,8% das exportações nacionais e 13,3% do investimento realizado, com perspectivas de crescimento entre 1 a 2% ao ano, até 2023, nestes 4 indicadores (WTTC, 2013b).

Actividades características são aquelas actividades produtivas cuja produção principal foi identificada como sendo característica do turismo, que servem os visitantes e em que se verifica uma relação directa do fornecedor com o consumidor. Há, no entanto, algumas actividades, tal como “Restauração e Bebidas” e “Serviços de Transporte de Passageiros” que são consideradas características devido à importância da sua produção para os visitantes, apesar de não lhes ser primordialmente dirigida.

²¹ Os produtos não específicos correspondem a todos os outros produtos e serviços produzidos na economia que não estão directamente relacionados com o Turismo, mas que podem ser alvo de Consumo Turístico.

Estes dados mostram claramente a importância elevada do turismo na economia portuguesa: no PIB, no emprego criado e também como o mais importante sector exportador nacional.

Segundo a CST de Portugal, em 2010 o contributo direto do turismo representou 9,2% do PIB. Relativamente ao emprego, e contabilizando apenas os empregos nas atividades específicas características do turismo, atingiu os 8,2%, em 2008. Aferido em número de indivíduos, o Emprego nas Atividades Características do Turismo registou um crescimento médio anual de 2,1% entre 2000 e 2008. No mesmo período, o total do emprego na economia, aferido pelo número de indivíduos, apresentou um crescimento médio anual de apenas 0,3% (TP, 2011).

Ainda segundo a CST, o turismo é o maior sector exportador do país e em 2010 representou uma quota de 14% no Total das Exportações de Bens e Serviços (TP, 2011). Também para 2010, o WTTC estimou um contributo de 14,9% para as exportações (WTTC, 2013b).

Na RAM são recorrentes as referências ao turismo enquanto atividade estratégica para a economia regional. O Relatório do Orçamento da Região Autónoma da Madeira (2013) refere que *“dada a importância que o setor turístico possui na economia regional, quer em termos de emprego, quer na atividade económica, além dos efeitos multiplicadores que o turismo induz para o crescimento da economia, o Governo Regional continuará a apostar na promoção e na dinamização deste mercado”*. O estudo ‘Compromisso Madeira 2020’ refere-se ao turismo como *“um dos pilares da economia regional e um dos principais sectores geradores da riqueza”* (IDR, 2013).

O presidente do Governo Regional da Madeira, em declarações à comunicação social, referia-se a *“três vetores fundamentais da economia madeirense - Turismo, Zona Franca e construção civil”*²². Para José Manuel Rodrigues, deputado na Assembleia Legislativa Regional, *“por cada emprego que se cria diretamente no turismo, há cinco empregos indiretos. Isto quer dizer que o sector do turismo pode arrastar atrás de si o comércio, as pequenas indústrias, a agricultura e as pescas”*²³.

Numa sondagem aos residentes sobre o turismo na RAM, 79,7% das respostas referia que gostaria que a RAM tivesse ainda mais turistas e 99% defendia que o turismo é bom para a região (DREM, 2006). Estes dados mostram que também a população está consciente da importância do turismo.

Como já vimos, as CST usam-se para integrar contabilisticamente os produtos relacionados com o sector do Turismo de forma a perceber o seu peso na economia. A Direção Regional de Estatística divulgou, em 2008, a Conta Satélite de Turismo da RAM, segundo a qual, a dados de 2001, o turismo contribuía com 21,3% para o PIB da RAM – valor que a nível nacional não chegava a 10% (DREM, 2008c). Se este valor já é elevado, uma análise que atenda à especificidade do contexto regional permite compreender melhor o peso do sector turístico. O Centro Internacional de

²² www.publico.pt, 21 de maio de 2013.

²³ www.dnoticias.pt, 9 de maio de 2013.

Negócios da Madeira representava em 2002 cerca de 21% do PIB regional (INE, 2013). Por este motivo o PIB Regional contabilizado é artificialmente mais elevado do que a real produção económica regional em que o turismo pesa, em termos de contributo direto, cerca de um quarto.

A CST da RAM calculou em 14,3% o peso do emprego em atividades características do turismo – no continente valia, na mesma altura, apenas 7,2 %. Este valor seria ainda maior se a CST incluísse também os empregos em atividades conexas ou não específicas (INE, 2013).

O peso do emprego no setor do turismo é ainda mais significativo tendo em conta que, por exemplo, nesse ano, 20,1% do emprego pertencia ao sector público (DREM, 2013b). Nos últimos anos acentuou-se a dependência no mercado de emprego em relação ao turismo face à acentuada queda do emprego no setor da construção civil e aumento para cerca de 28% do peso do emprego na Administração Pública (IDR, 2013).

Quer no que se refere ao PIB, quer ao emprego, o peso específico do turismo na economia da região é elevado e cerca do dobro dos valores referentes ao todo nacional.

A metodologia utilizada nas CST não permite a comparação direta com dados apurados pela WTTC que contabiliza os ganhos não apenas dos impactos diretos mas também dos indiretos e induzidos. Além disso, o WTTC publica dados relativos a Portugal mas não desagrega a nível Regional.

Ainda assim, como vimos, segundo dados das CST da RAM e de Portugal, o turismo apresenta na região um contributo em termos de PIB e emprego que é cerca do dobro do nacional. O WTTC calculou para 2012, e segundo a sua metodologia, um contributo total para o PIB nacional de 15,9% e contributo total para o emprego de 18,5%. Se se mantiver a proporção, estaríamos perante valores de contributo total do turismo na ordem dos 30% do PIB e mais de 35% do emprego (WTTC, 2013b). O próprio Governo Regional estima que *“o Turismo origina impactos diretos e globais no PIB regional que se situam entre os 25% e 30%”* (IDR, 2013).

Num contexto de crise económica e debilidade do setor da construção civil, na RAM *“todos os fatores convergem para a elevação da dependência da economia regional em relação ao Turismo”* (IDR, 2013). O Governo Regional reconhece, assim, a *“relevância económica do Turismo na Região, designadamente como atividade motora da criação de valor e de emprego e com papel relevante no relançamento da economia regional no horizonte 2020”* defendendo-se a diversificação e qualificação da oferta turística regional, estímulo da procura nos mercados tradicionais e emergentes e fomento do desenvolvimento empresarial (IDR, 2013).

3. Caracterização do Setor Turístico

O turismo é a nível mundial um setor económico pujante e em crescimento. Entre 1950 e 2012 o número de chegadas turísticas internacionais passou de 25 milhões para 1035 milhões, estimando-se que até 2030 chegue a 1800 milhões (OMT, 2013).

Numa nota de imprensa de 26 de agosto de 2013 a OMT²⁴ anunciou que no primeiro semestre de 2013 o turismo cresceu 5% na variação homóloga e que *“o facto de o turismo internacional ter crescido acima das expectativas confirma que viajar é agora parte dos padrões de consumo de número crescente de pessoas tanto nas economias emergentes como nas avançadas”*.

O ano de 2009 marcou um ponto de quebra numa tendência, até aí, de crescimento contínuo de receitas. Após esse ano de queda, marcado pelos efeitos da crise económica e nos mercados financeiros, seguiram-se anos de recuperação e crescimento. A nível nacional, 2009 foi também um ano de queda e, desde então, apesar da recuperação há um comportamento bastante díspar entre mercado interno – em queda, e o mercado externo – em crescimento (TP, 2012a; TP, 2013a).

Portugal, em 2012, recebeu 13,8 milhões de hóspedes em unidades hoteleiras, 56% dos quais estrangeiros, o que representa uma variação de -1,1% relação a 2011. Ao longo da última década registou-se um crescimento de hóspedes mas em 2009 houve uma queda de 3,9%. Em 2010 e 2011 houve uma recuperação, atingindo-se em 2011 os valores mais altos de sempre no que se refere a hóspedes. O ano de 2012 registou, como vimos, uma ligeira diminuição (TP, 2013a; TP, 2013b).

Quanto às dormidas, ascenderam a 39,8 milhões, um crescimento de 0,8% em relação ano anterior, das quais 68,7% provenientes do estrangeiro. Depois de uma ligeira descida em 2008, agravada em 2009 (-7,1%), o número de dormidas voltou a aumentar nos anos seguintes, anulando as perdas, tendo 2012 sido o ano com mais dormidas de sempre. As dormidas do estrangeiro aumentaram 5% mas as dos residentes desceram 7,2%. Aliás, como acontece com o número de hóspedes, estes indicadores têm um comportamento díspar entre o mercado interno, em queda, e o mercado externo, em crescimento (TP, 2013a; TP, 2013b).

Apesar desta queda no mercado interno, registe-se que segundo as Estatísticas do Turismo relativas a 2012, 37,8% dos residentes em Portugal realizaram pelo menos uma deslocação em que tenham dormido fora da sua residência (INE, 2013).

O Reino Unido foi o principal mercado de hóspedes provenientes de mercados internacionais, com uma quota de 16,8% (aumento 3,8% desde 2011), seguido da Espanha com quota de 15,8% (diminuiu 11,5% desde 2011) e da Alemanha e França com 10,6% e 9,6% (cresceram 9,8% e 12,5% em relação a 2011) (TP, 2013b).

²⁴ <http://média.unwto.org/en> em 26 de agosto de 2013.

Relativamente à oferta, em média estiveram disponíveis, em 2012, 2028 estabelecimentos hoteleiros, com 131357 quartos e 296321 camas, correspondendo a acréscimos homólogos de 2,4% e 2,5%, respetivamente (INE, 2013).

Segundo o INE (2013a), em Portugal, em 2012, as receitas do turismo cresceram 5,6% em relação a 2011 atingindo os 8,6 mil milhões de euros. Este crescimento deu-se apesar de, segundo o Turismo de Portugal (TP, 2013b), nas unidades hoteleiras terem caído ligeiramente quer os proveitos totais (-2,4%), quer o RevPAR (-4,8%).

A taxa média de ocupação de camas em estabelecimentos hoteleiros foi de 41,3% o que representa decréscimo em relação ano anterior (-1,5pp) que foi, no entanto, acompanhado por um aumento da oferta. De facto, na última década, exceto em 2009 (-0,1%), a oferta de camas tem aumentado continuamente. Os anos de 2001 e 2007 foram anos de referência em termos de taxas médias de ocupação em Portugal (51,7% e 50,7%) (TP, 2012a; TP, 2013b).

O WTTC calcula, para Portugal, que em 2012 as viagens de turismo, quer de turismo recetor²⁵ quer de turismo interno²⁶ tenham representado 87,3% do contributo Direto para o PIB e os restantes 12,7% decorreram viagens de negócios (WTTC, 2013b). Se a nível mundial 70,7% do contributo direto para o PIB decorre de consumo interno, em Portugal, pelo contrário, 63,5% do contributo direto para o PIB é proveniente do turismo recetor. Estes dados mostram que Portugal enquanto destino turístico depende grandemente dos visitantes internacionais.

3.1 Caracterização do Setor do Turismo da RAM

A RAM representou, em 2012, 7,2% dos hóspedes em Portugal mas 13,9% das dormidas, o que se deve a possuir uma estada média mais elevada. O número de dormidas decresceu 1% mas de forma desigual – dormidas de estrangeiros aumentaram mas as dormidas do mercado nacional diminuíram (DREM, 2013a).

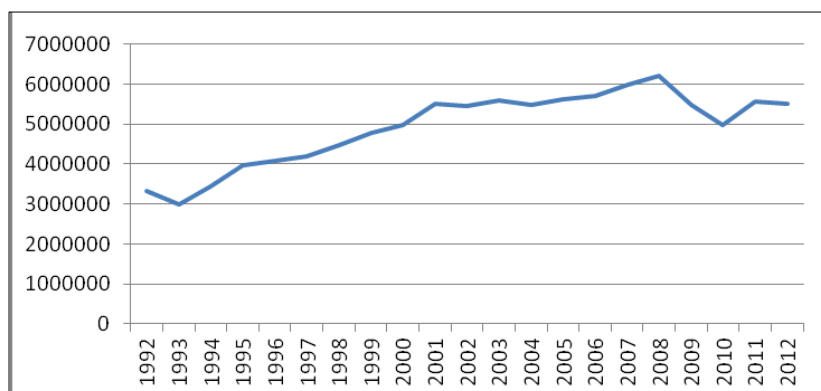


Figura 3: Evolução do número de dormidas na RAM, em estabelecimentos hoteleiros, entre 1992 e 2012 (DREM, 2013a; DREM, 2013b)

²⁵ Turismo Receptor refere-se às deslocações de caráter turístico provenientes de um país diferente do de residência.

²⁶ Turismo Doméstico ou Interno refere-se às deslocações de caráter turístico dentro do país de residência.

No conjunto dos meios de alojamento²⁷ da RAM, e de um total de cerca de 5,7 milhões de dormidas, os residentes em Portugal contribuíram com cerca de 618,2 mil dormidas, traduzindo-se num decréscimo homólogo de 19%, enquanto os estrangeiros não residentes originaram perto de 5,1 milhões de dormidas, correspondendo a um aumento de 3,6% (DREM, 2013a).

São de assinalar dois aspetos relevantes. Em primeiro lugar as dormidas provenientes do mercado nacional (que era o 3º emissor) caíram 21,5%, em estabelecimentos hoteleiros (-19% no total de meios de alojamento) depois de já terem recuado 16% em 2011. Pelo contrário, o mercado francês, em crescimento, passou a ser o 3º mais importante para a RAM (DREM, 2013a).

Relativamente a estabelecimentos hoteleiros, que concentram 91,5% do alojamento disponível, os turistas com residência em território nacional produziram 572 mil dormidas, 10,4% do total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros (representavam 16,2% em 2009²⁸), apresentando uma variação homóloga de -21,5% e concentraram-se sobretudo nos hotéis (62,4%), hotéis-apartamentos (24,2%) e pensões (6,6%) (DREM, 2013a).

Ainda relativamente às dormidas em estabelecimentos hoteleiros, os turistas não residentes atingiram mais de 4,9 milhões de dormidas, 89,6% do total, tendo crescido 2% em comparação com o ano anterior (DREM, 2013a).

Na RAM, 2008 foi o melhor ano de sempre no que se refere a dormidas em estabelecimentos hoteleiros, mais de 6 milhões, seguindo-se uma forte descida em 2009 (-11,5%) e também 2010 (-9,2%). O ano de 2010 foi, a nível nacional, um ano de crescimento do número de dormidas. O mesmo não sucedeu na RAM em que o ano ficou marcado pelas intempéries de 20 de fevereiro e consequente impacto negativo no turismo. De qualquer forma, o impacto desse evento terá sido relativamente pontual, uma vez que em 2011 o número de dormidas cresceu na RAM o dobro do crescimento a nível nacional. Em 2012 houve uma ligeira queda no número de dormidas (-1%) (DREM, 2013a; DREM, 2013b).

O Funchal concentra 69% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, seguido de Santa Cruz (14%) e Porto Santo (4,5%). São Vicente representa apenas 1,8% das dormidas (DREM, 2013a). Em relação a 2011, as dormidas baixaram 10,4% no Porto Santo, 2,7% em Santa Cruz e 0,6% no Funchal. Em São Vicente registou-se aumento de 2%. Pelo contrário, a Calheta registou um crescimento de 3,3% e Santana de 20% (DREM, 2013a).

Do total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, o mercado da Alemanha representou 23,9%, o Reino Unido 20,9%, a França 10,8% e Portugal 10,4%. Juntos, estes países somam 65,7% das

²⁷ Inclui os estabelecimentos hoteleiros, alojamento local, TER, colónias de férias e pousadas da juventude.

²⁸ Esta queda coincide com a queda do valor de dormidas no turismo de Portugal de turistas residentes em território nacional.

dormidas, pelo que o que turismo da RAM depende em grande medida das dormidas de apenas 4 mercados. A Alemanha, que cresceu quase 9,7%, e o Reino Unido (caiu 13,5% em relação a 2011) são os mercados mais importantes (DREM, 2013a). No que se refere, por exemplo, ao Turismo no espaço rural e ao caso de São Vicente, os dados não são, como veremos, coincidentes.

Uma análise às séries mais longas da DREM mostra que ao longo das duas últimas décadas houve um crescimento significativo não só do número de dormidas mas também do número de hóspedes entrados. Até finais da década de 1990 o número de hóspedes manteve-se abaixo dos 600 mil mas, desde então, tem crescido bastante atingido quase o dobro desse valor em 2008 – 1013281 hóspedes entrados. Desceu depois em 2009 e 2010 (-10,1% e -7,8% respetivamente) e recuperou ligeiramente em 2011 (5,3%) não tendo ainda retomado o nível anterior. Em 2012 registou-se uma diminuição de 4,9% (DREM, 2013a; DREM, 2013b).

A análise da evolução nos últimos 20 anos mostra a existência de duas fases bem distintas. A uma década de 1990 de crescimento acentuado de dormidas (quase duplicaram entre 1993 e 2001) e de hóspedes (mais do que duplicaram entre 1993 e 2000), seguiu-se na primeira década deste século uma estagnação no número de dormidas que se mantém em valores em torno dos 5,5 milhões apesar de subidas em 2007 e 2008 e quedas em 2009 e 2010. Também a evolução do número de hóspedes foi nesta década menos significativa mantendo-se pouco acima dos 800 mil, exceto entre 2006 e 2009.

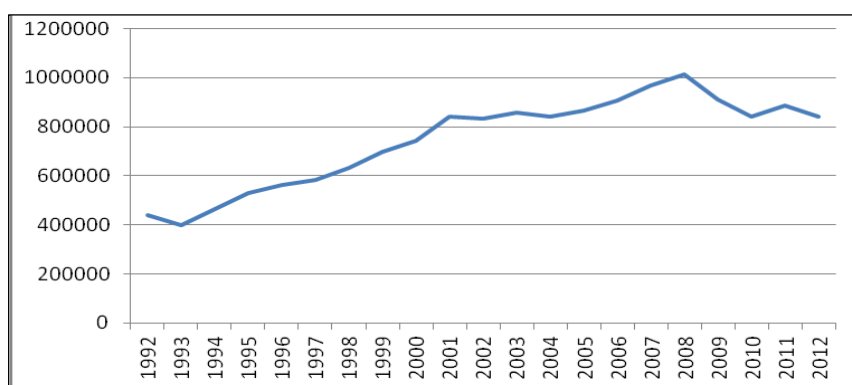


Figura 4: Evolução do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros da RAM, entre 1992 e 2012 (DREM, 2013a; DREM, 2013b)

Quando analisamos a importância dos principais 6 mercados emissores (em 2012 representaram 73,7% das dormidas) é notória uma distinção entre o que se refere ao número de hóspedes e de dormidas (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

Consideremos 2012 e os hóspedes entrados. Alemanha e Reino Unido têm estadas médias de 6,9 e 6,7 dias. Pelo contrário, a estada média para turistas do mercado nacional é de apenas 3 dias. No mercado de Espanha é de 5,1 e de França 5 dias.

Quadro 4: Hóspedes e Dormidas na RAM: peso por mercado emissor em 2012

	2011		2012		
	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Estada Média
Portugal	22,6%	13,1%	20,6%	10,4%	3 dias
Reino Unido	19,8%	23,9%	16,6%	20,9%	6,7 dias
Alemanha	16,9%	21,6%	18,2%	23,9%	6,9 dias
França	9,9%	8,8%	12,2%	10,8%	5 dias
Países Baixos	3,8%	4,1%	3,7%	4,1%	6 dias
Espanha	3,7%	3,4%	4,1%	3,6%	5,1 dias
Total	76,70%	74,90%	75,40%	73,70%	

Dados: DREM, 2012b; DREM, 2013a

Assim, apesar de o maior número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros ser residente em território nacional (20,6%) o seu peso nas dormidas é muito inferior, apenas metade (10,4%). Pelo contrário, o mercado alemão e britânico têm representatividade maior no número de dormidas do que propriamente no número de hóspedes.

Se nuns casos a estada média é longa e seria importante aumentar a captação destes turistas – alemães, britânicos, austríacos e finlandeses; noutros mercados, como o nacional, aumentar a estada média em um dia já teria um impacto relevante no número de dormidas e, consequentemente, nos proveitos de alojamento (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

Independentemente do perfil destes mercados, no que se refere a estada média, em conjunto, combinam-se e representam cerca de três quartos dos hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros da RAM. O turismo regional é ainda muito dependente de um número reduzido de mercados, particularmente alemão e britânico (45% das dormidas). O mercado alemão tem ainda algum vigor, assumindo-se em 2012 (já acontecera por pequena margem em 2007) como o mais importante destronando o do Reino Unido. Este, depois de ter representado cerca de 30% das dormidas em 2003, tem vindo a perder peso relativo quer no número de hóspedes, quer de dormidas (DREM, 2013a).

Por outro lado, a cada ano aumenta a diversificação de mercados. Em 2012, além do crescimento nos mercados francês (21%), espanhol (6,2%) destaca-se também o crescimento de mercados dinamarquês (17,8%), suíço (26,2%), norueguês (26,1%) e russo (15,8%) (DREM, 2013a).

A taxa de ocupação em estabelecimentos hoteleiros tem tido algumas oscilações, como indicava já a variação no número de dormidas, atingindo um máximo superior a 60% em 2008 descendo nos anos seguintes e recuperando em 2011 e 2012. As taxas de ocupação na RAM são consistentemente mais elevadas que a nível nacional, o que é coincidente com maiores estadas

médias, e, após a queda em 2010 – ano do temporal de 20 de fevereiro, têm subido nos dois últimos anos apesar de ainda estar longe dos valores de 2008.

A estada média no conjunto de meios de alojamento coletivo da Região Autónoma da Madeira aumentou ligeiramente de 5,3 noites em 2011 para 5,5 noites em 2012. Em 2009 e 2010 a estada média foi de 5,2 e 5,1 dias respetivamente. A estada média em 2012 variou entre 3,2 dias nos parques de campismo, 4,5 no TER e 5,5 dias nos estabelecimentos hoteleiros (DREM, 2012b; DREM, 2013a). Comparativamente, o INE (2013a) aponta a nível nacional para uma estada média em estabelecimentos hoteleiros de apenas 2,9 dias.

A estada média é na RAM mais elevada face a destinos concorrentes e às médias registadas em Portugal Continental graças a factores como a insularidade, as acessibilidades e a disponibilidade para férias mais longas por parte do seu público preferencial. Aliás, na RAM, é precisamente o turista do mercado nacional o que tem menor estada média (DREM, 2013a). Os turistas nacionais apresentam os valores mais baixos devido especialmente a uma procura de turismo de negócios e *short break*, relevante face às restantes origens (ACIF, 2008).

A sazonalidade do turismo na RAM não é tão pronunciada como no continente, e face a destinos ‘sol e mar’. Existe, ainda assim, uma maior concentração de dormidas entre os meses de março e abril, julho, agosto e setembro, em que se regista um acréscimo na afluência de novos hóspedes. Pelo contrário, nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro – apesar da importância do cartaz turístico Natal/Passagem de Ano há uma diminuição das dormidas (ACIF, 2008; DREM, 2013a). Assinale-se que a sazonalidade é menor em mercados como o alemão e britânico – que são precisamente os mercados de referência na RAM.

Verificou-se, em 2012, que os proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros da RAM ultrapassaram os 250 milhões de euros, ainda assim uma quebra de 1,1%. Apesar de apenas representar 7,2% dos hóspedes em Portugal, a RAM representa uma quota de 13,5% dos proveitos nas unidades hoteleiras o que se deve a uma oferta de qualidade que, como veremos, tem grande peso de alojamentos de 4 e 5 estrelas (DREM, 2013a).

Quadro 5: Proveitos Globais nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos, na RAM, em 2012

	Anos								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Proveitos RAM (Milhares Euros)	248708	248903	262700	281823,8	297847	255852	226738	252790	250254
Δ % Anual RAM	-	0,10%	5,50%	7,30%	1,10%	-14,10%	-11,40%	11,50%	-1,1%
Δ % Anual Portugal	-	1,90%	9,40%	11,60%	1,10%	-10,20%	2,50%	5,40%	-2,40%

Dados: TP, 2013a; DREM, 2013a

O ano de 2008 marcou um ponto alto ao nível de proveitos globais dos estabelecimentos hoteleiros da RAM mas seguiu-se uma queda acentuada em 2009 (-14,1%) e em 2010 (-11,4%). Esta última é significativa porque foi uma queda de mais de 10%, em contraciclo com crescimento nacional de 2,5% e terá estado relacionada com intempéries de 20 de fevereiro desse ano. Apesar da recuperação de 2011 (11,4%) em que duplicou o valor do crescimento a nível nacional, ainda não regressou aos valores de 2008. Depois da recuperação em 2011, seguiu-se ligeira queda em 2012, ainda assim menor que a ocorrida a nível nacional (TP, 2013a; DREM, 2013a)

Note-se que em 2009 e 2010 a percentagem de queda nos proveitos foi superior à queda no número de dormidas, o que é consentâneo com a baixa quer no gasto médio por turista em estabelecimento hoteleiro, quer do RevPAR. Não se tratou apenas de receber menos dormidas, mas também de o custo dos quartos e o consumo turístico médio terem baixado, o que contraria a aposta da RAM em mercados de elevado poder de compra (GR, 2002; DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a). Refira-se ainda que o gasto médio tem crescido nos últimos anos abaixo da taxa de inflação o que representa perdas reais nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros (ACIF, 2008).

Não deixa, no entanto, de ser assinalável a qualidade da oferta regional. Do total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros em 2012, 77,5% aconteceram em hotéis e hotéis-apartamento de 4 ou 5 estrelas. Mais expressivo ainda, das dormidas em hotéis, 92,1% aconteceram em hotéis de 4 e 5 estrelas (DREM, 2013a).

Em 2003 os valores de dormidas nestas tipologias de topo era ligeiramente inferior mas o RevPAR era mais elevado do que em 2012. A RAM possui uma oferta muito qualificada mas nos últimos anos, a crise tem sido combatida com a baixa nos preços. As 3 maiores descidas no RevPAR da última década correspondem, não por acaso, a anos das maiores quedas de dormidas (DREM, 2004; DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a)

Nos últimos 10 anos foi também em 2008 que o RevPAR teve o valor mais alto mas as quedas em 2009 e 2010 ainda não foram compensadas pelos aumentos nos dois últimos anos. Em 2012, o rendimento médio por quarto foi de 31,42 euros, 3,8% acima do verificado no ano anterior (30,27 euros).

O RevPAR varia bastante consoante o tipo de alojamento. A título de exemplo, nas estalagens atingem-se os 39,54€ e nos hotéis 35,30€. No extremo oposto, baixa para 10,92€ nos aldeamentos turísticos, 13,59€ nas pousadas, 19,47€ nas pensões – bem abaixo da média regional de 31,42€, mas este tipo de alojamento tem pouca importância no volume de dormidas. O RevPAR sofre também de alguma sazonalidade com picos coincidentes com o do número de dormidas (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

Quadro 6: Síntese de indicadores de turismo, na RAM, entre 2003 e 2012

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Proveitos totais (milhares)	245.196 €	243.684 €	248.846 €	262.358 €	281.810 €	297.847 €	255.852 €	226.738 €	252.790 €	250.026 €
Variação de proveitos totais	-0,60%	2,10%	5,40%	7,40%	5,70%	-14,10%	-11,40%	11,50%	-1,10%
Variação do nº de dormidas	-1,80%	2,50%	1,50%	4,70%	3,60%	-11,50%	-9,20%	11,50%	-1,00%
Gasto médio	249,70 €	253,18 €	241,73 €	232,23 €	243,80 €
Δ % Gasto Médio	1,4%	-4,5%	-3,9%	5,0%
RevPAR	32,72 €	30,94 €	30,86 €	32,60 €	35,57 €	36,76 €	30,62 €	26,98 €	30,27 €	31,42 €
Δ % RevPAR	-5,4%	-0,3%	5,6%	9,1%	3,3%	-16,7%	-11,9%	12,2%	3,8%

Dados: DREM, 2004; DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a

Na Madeira, em 2012, a oferta turística disponível no conjunto dos meios de alojamento recenseados era de 30292 camas, sendo 91,5% em estabelecimentos hoteleiros, 5,2% em alojamento local, 2% em turismo no espaço rural, 1,2% em colónias de férias e pousadas da juventude. A capacidade de alojamento no conjunto de meios de alojamento turístico cresceu 9,2% entre 2003 (28586) e 2009 (31213) mas diminuiu ligeiramente nos últimos anos (DREM, 2013a; DREM, 2013b).

Entre 2011 e 2012 o número de estabelecimentos hoteleiros (onde se incluem apenas os hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, estalagens, pousadas, aldeamentos turísticos e pensões) diminuiu de 195 para 161 (DREM, 2013a). É necessário, no entanto, ter em conta que tem estado a acontecer desde 2010 a reconversão de algumas unidades em “Quintas da Madeira”²⁹ e a conversão de empreendimentos em Alojamento Local, deixando estes de figurar no cadastro da Direção Regional de Turismo (DRT)³⁰. Uma vez que foram sobretudo pequenas unidades a fazer essa reconversão, apenas se ‘perderam’ 667 camas na hotelaria em 2012 (DREM, 2013a).

Em 2012, a média total de estabelecimentos hoteleiros em funcionamento foi de 161, com 27732 camas (média anual) distribuindo-se sobretudo por hotéis (55,7%) e hotéis-apartamentos (27,4%). Pensões e estalagens detinham 6,9% e 6,3% do total de camas, respetivamente (DREM, 2013a).

O município do Funchal concentrava, em 2012, 65,2% das camas, seguido de Santa Cruz e Porto Santo com 14,0% e 5,5% do total da capacidade de alojamento, respetivamente. São Vicente reunia 2,3% da capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros em 2012 (DREM, 2013a).

Se ao longo dos anos a capacidade total de alojamento tem tido algumas oscilações, já relativamente ao número de estabelecimentos de TER tem havido pequenas variações mantendo-se acima de 50 empreendimentos. A capacidade de alojamento nesta tipologia tem crescido, aumentando 30% entre 2003 e 2012 (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

²⁹ Decreto Legislativo Regional nº 12/2009/M de 6 de maio que adaptou à RAM o Decreto-Lei 39/2008 de 7 de março.

³⁰ O seu funcionamento é tutelado pelas Câmaras Municipais e não são contabilizados nas estatísticas da DREM/DRT.

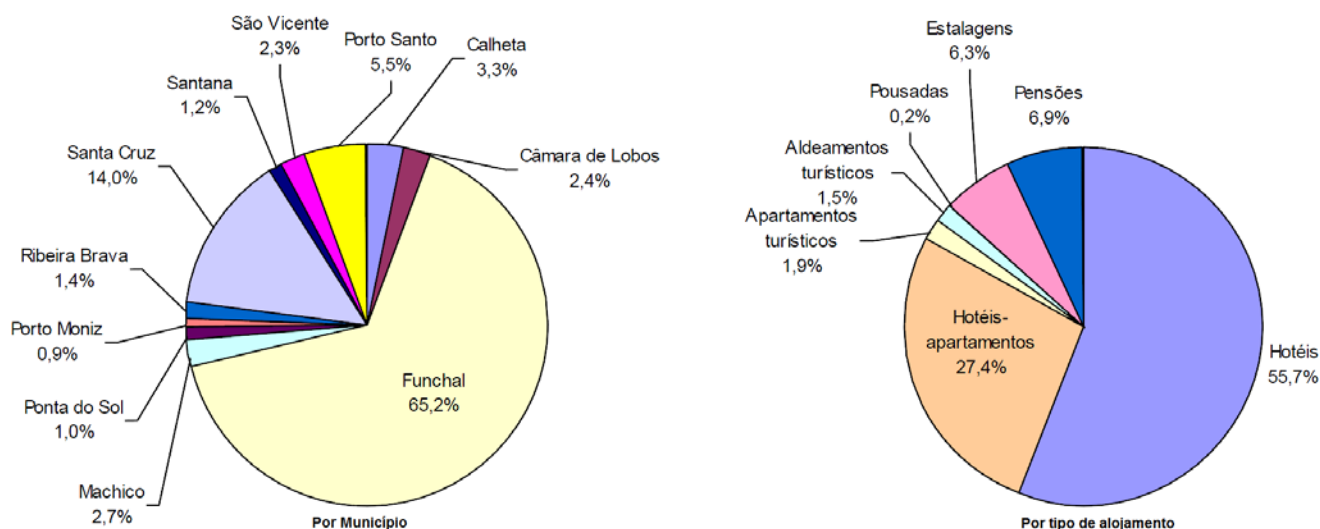


Figura 5: Capacidade de alojamento por município e tipo de alojamento, na RAM em 2012 (DREM, 2013a)

A oferta hoteleira da RAM caracteriza-se por 3 pontos importantes: a importância dos estabelecimentos hoteleiros (91,5%) e, dentro destes, os hotéis e hotéis-apartamento que representam o grosso do alojamento em estabelecimento hoteleiro (83,1%); a importância na oferta (e na procura traduzida em dormidas) do Funchal (65,2% das camas); a importância das tipologias 4 e 5 estrelas na oferta (e na procura traduzida em dormidas). As tipologias de 4 e 5 estrelas representam 89% do alojamento em hotéis e 72,8% nos hotéis-apartamento (DREM, 2013a).

Em 2012, o número médio de pessoas ao serviço na hotelaria foi de 5569, menos 4,1% que no ano anterior (DREM 2013a). Cerca de um terço dos funcionários dos estabelecimentos hoteleiros tem curso técnico ou profissional, em área ligada ao turismo, ou formação superior. Não é um valor muito alto – inferior ao indicado para os Açores, mas a oferta hoteleira da RAM assenta na qualidade de serviço em alojamento de 4 e 5 estrelas e, também devido à dimensão das unidades, existe frequentemente formação interna (DREM, 2006b).

O Centro Mundial de Excelência de Destinos (CED), instituição tutelada pela Organização Mundial de Turismo (OMT), avaliou em 2009 a Madeira como destino turístico equacionando 15 parâmetros, tendo a região sido distinguida com o grau de Excelência de Qualidade (CED, 2009).

Nesse estudo apresentou-se um conjunto de mais-valias da oferta da RAM:

- Constante renovação, requalificação e valorização da oferta turística;
- Criação de atrações turísticas valorizando tradições e recursos locais;
- Conservação do património arquitetónico, da biodiversidade e dos recursos naturais;
- Desenvolvimento cultural e abertura das populações locais;
- Contínua melhoria das acessibilidades rodoviárias, aéreas e marítimas;
- Rede rodoviária permitiu o aumento da mobilidade, desenvolvimento regional e atenuou assimetrias socioeconómicas;

- O Aeroporto Internacional da Madeira, a principal porta de entrada na Região, está ligado a 51 aeroportos e é uma infraestrutura moderna, segura e funcional;
- O Porto do Funchal responde às exigências e competitividade do mercado internacional de cruzeiros.

No que se refere à atividade turística no concelho de São Vicente, em 2012 as dormidas em estabelecimentos hoteleiros de São Vicente aumentaram 2% para 98769. Este crescimento de 2% contrasta com uma queda na RAM de 1%. As dormidas representaram, em 2012, apenas 1,8% do total da RAM. Ainda assim, tal representa um crescimento significativo, para o dobro, face aos 0,9% em 2002. Os hóspedes, 16742, passaram de 1,5% do total da RAM, em 2002 para 1,99% em 2012 – um crescimento menos acentuado (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

A evolução de dormidas em 2012 beneficiou do aumento da estada média e das taxas de ocupação que passaram de 36,6% em 2002 para 42,4% em 2012. Na RAM, no mesmo período, caiu de 56,4% para 54,4% (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

Quadro 7: Comparação de indicadores entre a RAM e São Vicente, entre 2007 e 2012

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Evolução de dormidas	RAM	4,70%	3,60%	-11,40%	-9,20%	11,50%	-1%
	S. Vicente	2%	23%	-20%	-7%	15%	2%
Taxa de ocupação	RAM	60,10%	60,40%	52,10%	47,90%	53,70%	54,40%
	S. Vicente	40%	50,30%	38,70%	36,40%	42,80%	42,4
RevPAR	RAM	35,57 €	36,76 €	30,62 €	26,98 €	30,27 €	31,42 €
	S. Vicente	21,13 €	26,11 €	18,10 €	17,21 €	20,90 €	24,08 €
	Diferença	-14,44 €	-10,65 €	-12,52 €	-9,77 €	-9,37 €	-7,34 €

Dados: DREM, 2012b; DREM, 2013a

O RevPAR em São Vicente (21,13 euros em 2007 e 24,08 euros em 2012) mantém-se abaixo dos valores da RAM (35,57 euros em 2007 e 31,42 euros em 2012) mas com uma diminuição do diferencial. O aumento do RevPAR em São Vicente, e a diminuição na RAM, entre 2007³¹ e 2012 resultou numa significativa redução para metade do diferencial entre São Vicente e RAM – caiu de 14,44 euros para 7,34 euros (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

Os dados relativos a proveitos totais revelam o mesmo padrão. São Vicente tem um peso reduzido no turismo regional, mas uma evolução positiva. As unidades hoteleiras de São Vicente representavam 0,68% dos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros da RAM em 2002 e mais do dobro, 1,4%, em 2012 (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a).

Sobre o peso dos diversos mercados nas dormidas em São Vicente, em 2012, de um total de 98769 dormidas, 82% tiveram origem em apenas 4 mercados: França (55,4%), Alemanha (11%), Portugal

³¹ Não há dados anteriores publicados para 2002

(10,6%) e Reino Unido (5,9%). Estes dados mostram claramente quais os mercados mais importantes para o concelho. Além disso, indicam que devem ter-se em conta as conclusões dos estudos de imagem e gasto turístico e dado especial destaque às preferências destes mercados, em particular do mercado francês (DREM, 2013a).

Quadro 8: Comparação de indicadores entre a RAM, Funchal e São Vicente, em 2002 e 2012

Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros					Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros				
	2002		2012			2002		2012	
R.A. Madeira	986504	100,00%	841963	100,00%	R.A. Madeira	5468706	100,00%	5507685	100,00%
Funchal	703161	71,30%	551664	65,52%	Funchal	4110792	75,20%	3798355	68,96%
São Vicente	14841	1,50%	16742	1,99%	São Vicente	49769	0,90%	98769	1,79%

Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros					Taxa de ocupação média		
	2002		2012		2002	2012	
R.A. Madeira	237129000	100,00%	250026015	100,00%	R.A. Madeira	56,4 %	54,4 %
Funchal	181582000	76,58%	177522207	71,00%	Funchal	61,2 %	57,5 %
São Vicente	1602000	0,68%	3510130	1,40%	São Vicente	30,6 %	42,4 %

Dados: DREM, 2003; DREM, 2013a

Os dados das Estatísticas do Turismo revelam que o concelho de São Vicente tem um papel manifestamente residual no sector turístico regional. O Funchal, representando 69% das dormidas e 71% dos proveitos, tem um peso “excessivo” na indústria turística da região não apenas por congregar mais alojamento e dormidas mas também por ter RevPAR mais alto. Ainda assim, em São Vicente, no que se refere ao sector hoteleiro – o número de hóspedes, o número de dormidas, taxa média de ocupação e os proveitos totais cresceram significativamente entre 2002 e 2012 e tiveram evolução mais favorável que a RAM.

3.2 Turismo no espaço rural e natural

Na última década assistiu-se a crescimento quer da oferta quer da procura de turismo no espaço rural (TER). A capacidade de camas em Portugal passou de 8553 em 2002 para 9708 em 2012 um crescimento de 13,5 %. O número de estabelecimentos passou de 622 em 2002 para 704 em 2012, um aumento de 13,2%. O TER, que em 2002 representava 1,99% do total de capacidade de alojamento, passou em 2011 a representar 2,71%. Ainda que pareça valor residual, em termos relativos, constituiu um aumento de 36,2% no peso relativo deste tipo de alojamento, mesmo considerando que as outras tipologias também aumentaram o número de camas (INE, 2003c; INE, 2013; TP, 2012b).

Do lado da procura, as dormidas aumentaram de 497504³² em 2002 para 705000 em 2012, um significativo crescimento de 41,7% numa década. Relembre-se que no mesmo período, na

³² As Estatísticas do Turismo 2002 do INE apresentam dormidas de TER agregadas a Turismo de Habitação.

totalidade dos estabelecimentos hoteleiros, as dormidas em Portugal cresceram ‘apenas’ 16%, de 34,2 milhões para 39,7 milhões. Ainda assim, as taxas de ocupação média em TER continuam a ser muito baixas, inferiores a 20% (INE, 2003c; INE, 2013).

As Estatísticas do Turismo do INE não identificam os valores relativos ao alojamento em turismo de natureza (TN). Ainda assim, o IESE (2008), estimava em 2007 a existência de apenas 20 unidades de TN, pelo que o seu peso no TERN é residual.

Na RAM, não existe nenhuma unidade de alojamento classificada como turismo de natureza, apesar de a legislação o prever. Quanto ao turismo no espaço rural, em 2012, a média de estabelecimentos em funcionamento foi de 52, sendo a capacidade de alojamento (média anual) de 613 camas. O pessoal ao serviço foi, em média, de 102 efetivos (DREM, 2013a).

Foram registados 12119 hóspedes em 2012, que realizaram 54812 dormidas³³, representando um acréscimo de 25,4% relativamente a 2011. Destas, 51793 dormidas (94,5%) pertenceram a não residentes em Portugal (uma variação homóloga de +30,1%), o que mostra que este é uma tipologia de turismo ainda mais dependente do mercado estrangeiro (DREM, 2013a).

Os turistas da Alemanha foram responsáveis por 36,8% do total de dormidas, seguindo-se Países Baixos, a França e o Reino Unido com quotas de 24,2%; 13,8% e 6,1%, respetivamente. Apenas 3 países, Alemanha, Países Baixos e França representam 74,8% das dormidas. Felizmente estes mercados cresceram significativamente, em relação a 2011, com aumentos de 27,2% no mercado alemão, 72,5% no mercado francês, 68,0% no mercado britânico e 18,7% no mercado proveniente dos Países Baixos (DREM, 2013a).

Os turistas nacionais produziram 3019 dormidas (menos 22,8% do que em 2011), ou seja, apenas 5,5% do total de dormidas. A queda do mercado português é já de 52% desde 2007 mas, nesse mesmo período, o mercado francês cresceu 247,8% (DREM, 2013a).

Os proveitos totais no turismo no espaço rural em 2012 ultrapassaram os 1,8 milhões de euros (+24,5% que no ano anterior), sendo que 88,7% foram proveitos de aposento e os restantes referentes a outros serviços prestados (DREM, 2013a).

Como em Portugal, na RAM o TER tem também um pequeno peso relativo e está abaixo das suas potencialidades, considerando por exemplo do lado da oferta o número de camas disponíveis e, do lado da procura, as dormidas e taxas médias de ocupação (DREM, 2013a).

A nível regional, o TER representa 1,4% dos hóspedes, 1% das dormidas (estada média inferior à estada média do alojamento regional) e apenas 0,7% dos proveitos (baixo RevPAR). A taxa de

³³ As estatísticas de turismo da RAM apresentam os dados de Turismo de Habitação agregados aos de TER.

ocupação em TER (24,4%) foi menos de metade da média para totalidade do turismo regional (54,4%) (DREM, 2013a).

A capacidade de alojamento em TER da RAM concentra-se sobretudo nos concelhos da Calheta (27%), Santa Cruz (18%) e Santana (16%), que concentram cerca de 2 terços da oferta. São Vicente tem 10% da oferta de alojamento disponível. Os concelhos de Machico, Porto Moniz e Ribeira Brava têm oferta residual. O Funchal, concelho com maior área urbana da RAM, tem também oferta limitada (DREM, dados não publicados).

Quadro 9: Estabelecimentos, Capacidade de Alojamento, Hóspedes Entrados, Hóspedes e Dormidas em TER, por município, na RAM, em 2012

Município	Estabelecimentos ⁽¹⁾	Capacidade de Alojamento ⁽¹⁾	Hóspedes Entrados	Hóspedes	Dormidas
Calheta	15	168	3 680	4 201	21 314
Câmara de Lobos	3	21	109	130	861
Funchal	3	29	421	469	2 222
Machico	2	18
Ponta do Sol	4	51	1 037	1 077	8 022
Porto Moniz	1	17
Ribeira Brava	2	15
Santa Cruz	8	109	1 771	1 925	8 060
Santana	7	100	1 861	1 990	6 625
São Vicente	5	58	1 507	1 507	4 165
Porto Santo	2	26
Total Geral	52	613	11 200	12 119	54 812

⁽¹⁾ Média anual.

... Valor Confidencial (- de 3 estabelecimentos)

Dados: DREM, dados não publicados

No que se refere à procura, mais de dois terços das dormidas concentraram-se em apenas três concelhos, dois concelhos adjacentes da costa sul da Madeira, Calheta (39%) e Ponta do Sol (15%) e ainda Santa Cruz (15%). Santana representou 12% das dormidas e São Vicente 8%. O concelho do Porto Moniz, que com Santana e São Vicente completa a *Costa da Laurissilva*³⁴, tem apenas um estabelecimento de TER (DREM, dados não publicados; DREM, 2013a).

Relativamente a São Vicente, ainda que os 10% de capacidade de alojamento e 8% das dormidas possam parecer uma quota pouco importante no conjunto de 11 concelhos da RAM, deve ter-se em mente que, para esses mesmos indicadores, capacidade de alojamento e dormidas, e no que se refere ao turismo em estabelecimento hoteleiro, os valores são de apenas 2,3% e 1,8% respetivamente - valores bem mais residuais. Uma vez que a DREM só recolhe estes dados sobre TER desagregados a nível concelhio desde 2012, não é possível fazer comparação com anos anteriores.

Como é natural, estes dados referem-se apenas a alojamento em estabelecimentos no espaço rural. O turismo realizado em áreas rurais e naturais não depende apenas deste alojamento uma vez que

³⁴ Branding utilizado pelos 3 concelhos da costa Norte da Madeira para promoção turística.

existem nas áreas rurais alojamentos não classificados como TER (estabelecimentos hoteleiros, como hotéis) e porque muitos dos turistas visitam as áreas rurais e naturais mas pernoitam noutros locais, por exemplo no Funchal (DREM, 2013a).

A nível regional, no último ano os estabelecimentos hoteleiros perderam 1% das dormidas. No TER, também em 2012, das dormidas cresceram 24,5%, depois de um aumento de 18,8% no ano anterior o que indicia a vitalidade e potencialidades deste tipo de turismo (DREM, 2013a).

Não se trata sequer de uma situação pontual. Ao longo dos últimos anos, se compararmos as taxas de variação de dormidas verificamos que, entre 2002 e 2012, as dormidas diminuíram 1% e os proveitos aumentaram 5% nos estabelecimentos hoteleiros. O comportamento do TER, no mesmo período, é significativamente mais positivo ao ter aumentado as dormidas em 32% e os proveitos em 71,3%. O crescimento foi acompanhado pelo significativo aumento da oferta de camas em TER (36%). Mantêm-se, no entanto, valores baixos de taxas de ocupação, 24,4% em 2012, e estada média, 4,5 dias (DREM, 2003; DREM, 2013a).

4. Perfil dos Turistas

Na definição de uma estratégia de desenvolvimento de um produto turístico importa, naturalmente, conhecer o perfil do consumidor. A paisagem e fruição dos espaços rurais e naturais é uma importante motivação turística. Além disso, mesmo nos casos em que não é a principal motivação da viagem, é frequentemente uma importante motivação secundária (Weaver, Faulkner, & Lawton, 1999; THR, 2006).

Na RAM, não só os aspetos relacionados com a paisagem e natureza surgem destacados como principal motivação das viagens, como também os passeios a pé, a atividade privilegiada para desfrutar desses elementos, são realizados por grande parte dos turistas (41%) – mesmo aqueles para quem a paisagem e natureza não era motivo principal, que retiram dessa atividade elevado índice de satisfação (ECAM, 2010).

Assim, interessa conhecer o perfil do turista da RAM bem como conhecer as especificidades dos turistas de TERN (Domp, 2002; Synovate, 2004; THR, 2006; IESE, 2008; ECAM, 2010).

Apresenta-se em primeiro lugar o perfil do turista da RAM, com base sobretudo no estudo mais recente (ECAM, 2010). São feitas referências aos principais mercados, destacando-se sobretudo, atendendo ao fato de a intervenção se centrar em São Vicente, aos mercados com maior peso nas dormidas neste concelho, o mercado francês (55,4%), alemão (11%) e português (10,6%).

A média de idades dos visitantes em férias ronda os 50 anos, sendo que os mercados inglês, holandês, escandinavo, francês e alemão apresentam uma estrutura etária mais envelhecida (idade

média entre 50 e 55 anos), enquanto nos Países de Leste, Portugal e Espanha os turistas são mais “jovens” (idade média entre 40 e 43 anos). Os visitantes da Madeira viajam maioritariamente acompanhados (87%), sobretudo pelos cônjuges.

A maioria dos visitantes é ativa. Se relativamente aos mercados de Portugal, Alemanha e Espanha os ativos representam respetivamente 80%, 73% e 74%, por outro lado, do Reino Unido apenas metade são ativos e de França 63%.

Os visitantes da Madeira declaram possuir rendimentos familiares mensais elevados, sobretudo alemães, holandeses, franceses e escandinavos. Os visitantes apresentam um elevado nível académico, observando-se que a percentagem de turistas com formação superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento) varia, de acordo com o mercado, entre 49% e 73%.

Para os visitantes em férias a principal atração foi o contato com a Natureza (34%), seguido de Sol & Mar (21%) e Cultura (13%). Naturalmente, a motivação varia consoante os mercados emissores. Os franceses, principal mercado de São Vicente, referem sobretudo a natureza e cultura. Os ingleses, alemães, holandeses, escandinavos e restantes europeus deslocam-se pelo contacto com a Natureza e Sol & Mar. Os Portugueses, além do contato com a natureza, aproveitam também para visitar familiares e amigos.

O contato com a Natureza enquanto motivação principal assume valores particularmente elevados nos mercados mais importantes para a RAM, e São Vicente, nomeadamente Alemanha (38%), Reino Unido (30%), França (27%), Holanda (40%) e Espanha (36%).

As atividades de lazer mais referidas são experimentar a Gastronomia (57%), passear de automóvel pela ilha (46%) e passeios a pé (41%). Com menor grau de referência surgem as visitas a museus e monumentos, as rotas turísticas, as idas a bares e discoteca e à praia.

Chamados a avaliar diversos indicadores, a paisagem e natureza foram precisamente os que obtiveram melhor avaliação, seguidos pela segurança, alojamento, hospitalidade e simpatia. A paisagem e natureza tiveram, aliás, a avaliação mais alta em todos os mercados, sem exceção.

Quanto aos meios de obtenção de informação sobre a Madeira, os mais consultados por quem procura marcar férias são a internet (36%), agências de viagens (34%), familiares e amigos (33%), guias e roteiros (31%). Nos diferentes mercados observam-se algumas diferenças em relação ao meio mais utilizado. Entre os alemães e franceses predomina a agência de viagens como meio preferido. Os holandeses, britânicos, espanhóis e escandinavos usam mais a internet.

A viagem à Madeira dos visitantes em férias foi adquirida preferencialmente pela internet (47%), seguida da agência de viagens (41%).

Existe uma grande fidelização nos turistas da RAM. No estudo mais recente (ECAM, 2010) apenas 58% estava na Madeira em férias pela primeira vez e 24% já tinha estado na Madeira anteriormente por 3 ou mais vezes. Os mercados com maior fidelização são o Reino Unido, Alemanha e França.

Quanto a aspetos que gostariam de ver melhorados, os visitantes referem, entre outros: mais segurança nas levadas; atualização de mapas; melhoria da informação aos turistas e disponibilização *on-line*; mais informação sobre o que fazer na ilha; aproveitamento turístico de outros pontos da ilha; maior oferta de TER; melhor limpeza das levadas e das montanhas; mais circuitos para caminhadas; preservação e promoção da natureza.

Relativamente ao perfil dos turistas de TERN, utilizou-se como referência o ‘Estudo de caracterização do turismo no espaço rural e do turismo de natureza em Portugal’ (IESE, 2008), as Estatísticas de Turismo (DREM, 2013a) e o estudo ‘10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza’ (THR, 2006).

O cliente-tipo de TERN é, no caso da RAM, proveniente de mercados estrangeiros (Alemanha, Países Baixos, França e Reino Unido), adulto e ativo, empregado e com habilitações superiores, pratica TERN em busca de contato com a natureza e para conhecer regiões rurais, com estada média baixa (4,5 dias) (IESE, 2008; DREM, 2013a).

A nível nacional, com 52,3% de hóspedes entre 25-44 anos e 33,4% entre os 45-64, temos sobretudo um turista em idade ativa, maioritariamente empregado (76,9%) e com formação ao nível do ensino superior (59,2%) ou secundária/pós-secundária (25%) (IESE, 2008).

As estadas médias tendem a ser inferiores às dos estabelecimentos hoteleiros mas, na RAM, são mais elevadas que na média nacional o que se deve a dois fatores: a insularidade e custos de viagem que não são tão favoráveis a viagens curtas, e, sobretudo, o perfil de cliente, estrangeiro, com elevado poder aquisitivo (DREM, 2013a).

As motivações da viagem remetem para a valorização dos espaços rurais / naturais e a descoberta destas regiões (53,6%) e busca de contato com a natureza (41%). A escolha do alojamento faz-se sobretudo com base em pesquisa na internet (49,2%) ou aconselhamento de outros (16%), considerando e ponderando fatores em que se destacam a localização do estabelecimento TERN (57,6%), o contato com a natureza (46,5%) e o tipo de edifício (IESE, 2008).

Relativamente aos serviços oferecidos aos turistas de TERN, pela própria unidade de alojamento ou entidade externa, destacam-se os percursos pedestres (68,4% dos estabelecimentos), percursos de bicicleta/moto/jipe (54,9%). Saliente-se ainda a organização de festas/reuniões (37,8%) e venda de produtos locais³⁵ (35,4%) (IESE, 2008).

³⁵ Artesanato, produtos agrícolas.

No que se refere às atividades na natureza, consideram-se dois mercados: o mercado de Natureza Soft em que “as *experiências baseiam-se na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.)*” e representam cerca de 80% do total de viagens de Natureza. O mercado de Natureza Hard em que “as *experiências relacionam-se com a prática de desportos na Natureza (rafting, kayaking, hiking, climbing, etc.) e/ou de atividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento (birdwatching, etc.)*” (THR, 2006).

Assinale-se ainda a elevada fidelização deste tipo de turista que se torna particularmente importante para as unidades de alojamento que sejam capazes de oferecer produto de qualidade. No estudo do IESE (2008) verificou-se que dois terços dos turistas já tinham visitado a região pelo menos uma vez (9% cinco ou mais visitas). Mais de metade (56,7%) dos inquiridos já tinha estado em alojamento TERN e mais de metade já tinha estado no estabelecimento onde foi inquirido. Esta situação decorre dos elevados níveis de satisfação (77,5% muito satisfeitos) e reflete-se na intenção de regressar (62,9%) e disponibilidade para recomendar o estabelecimento (92,8%) (IESE, 2008).

A maioria dos turistas organiza as suas próprias férias (84,6%) com base em pesquisas online escolhendo locais com base na localização rural ou áreas protegidas e que possibilite contato com a natureza. A forma de comercialização mais utilizada é o contato direto com o estabelecimento (80%), por vezes combinado com agências de viagem (balcão ou online) e centrais de reservas (IESE, 2008).

O estudo revelou que grande parte dos turistas escolhe o estabelecimento com base nos *sites* (49,2%) onde podem consultar descrição do espaço, da região, das atividades e ver fotos/vídeos. Quanto às estratégias de divulgação usadas destacam-se os *sites* de internet (80%) particularmente nas Regiões Autónomas, brochuras (70%) e guias turísticos (52,5%) (IESE, 2008).

5. Política e Estratégia para o Setor do Turismo

A importância do turismo para a região é reconhecida pelo Governo Regional enquanto “*atividade motora da criação de valor e de emprego e com papel relevante no relançamento da economia regional no horizonte 2020*” (IDR, 2013). Sendo uma atividade tão importante para a região, o turismo é considerado na elaboração de documentos fundamentais como por exemplo os Orçamentos da Região, Plano Regional de Política do Ambiente e o Plano de Ordenamento Turístico da RAM.

A análise destes documentos, de natureza distinta, permitiu apresentar as linhas gerais da estratégia regional para o setor do turismo. Uma vez que os documentos analisados se referem a diferentes áreas de interesse da administração pública, o turismo é abordado de uma forma multifacetada.

Também o Plano Estratégico do Turismo (TP, 2007) e a sua revisão, Plano Estratégico do Turismo: horizonte 2013-2015 (MEE, 2013), foram considerados uma vez que se referem ao turismo na RAM.

A política regional sobre turismo é, antes de mais, definida pelo Plano de Ordenamento Turístico da RAM (POTRAM), de 2002, e que não foi ainda revisto. Este propunha constituir-se como um instrumento de gestão territorial a adotar pelo sector turístico e previa a implementação de três eixos estratégicos (GR, 2002):

□ **Consolidação do produto dominante:**

O objetivo principal é a qualificação dos elementos diferenciadores da RAM nos seus principais produtos, ou seja, o desenvolvimento de alojamentos do tipo resort de qualidade elevada, focada na tipologia de 4 e 5 estrelas, a oferta complementar centrada na cidade do Funchal, nomeadamente ao nível dos passeios, jardins, compras, património e animação, assim como os passeios e excursões pela beleza natural e paisagem da ilha da Madeira.

□ **Desenvolvimento da segmentação turística:**

Este eixo tem como objetivo o foco no reforço da segmentação turística, para o desenvolvimento da oferta de novos produtos e criação de uma oferta diversificada e diferenciada.

□ **Desenvolvimento da formatação da rede de oferta complementar:**

Visa-se a criação de uma rede de ofertas tematizadas, por forma a dar resposta à necessidade de crescimento da oferta complementar, no sentido de alcançar novos segmentos de mercado e reforçar os já existentes. Este eixo exige também a requalificação da oferta existente, segundo a tipologia do produto.

Neste trabalho interessa-nos em particular o Eixo II - Desenvolvimento da segmentação turística. Segundo o POTRAM existem diversos produtos emergentes, relacionados com o mar e a paisagem, que reforçam a atratividade do destino - as levadas e veredas que permitam o desfrute ativo da paisagem e da natureza, as atividades desportivas e de lazer associadas ao mar, os congressos e negócios, entre outros.

No que se refere ao recurso paisagem, as propostas são *“melhorar e reordenar os circuitos pedestres - passeios em levadas e veredas, procurando hierarquizar a tipologia de consumo, em função dos segmentos de mercados a que se destinam”* e ainda o *“reforço da tematização no consumo das paisagens, com especial relevo para os espaços naturais protegidos, jardins e parques temáticos, valorizando os aspetos associados à biodiversidade e à origem e evolução geológica e geomorfológica do arquipélago”* (GR, 2002).

Assim, já há uma década o POTRAM apontava no sentido de uma aposta em novos segmentos de mercado de importância emergente, com base no mar e na natureza, e, neste último caso, através da aposta nos percursos pedestres e na tematização no consumo das paisagens. A proposta que aqui se

defenderá toma em consideração estes dois princípios: o desenvolvimento da rede de percursos pedestres, em São Vicente, apresentando-se uma proposta enquadrada nos temas “Caminhos Reais” e “Arraiais”, a que depois se acresce uma estratégia de sustentabilidade e de criação de valor.

O POTRAM definia, em 2002, um modelo territorial de diversificação temática da oferta que propunha para São Vicente, “Na rota das origens”, a aposta na vertente geológica – i.e. Grutas de São Vicente e Rota da Cal. Mesmo admitindo o valor destes elementos, faria porventura mais sentido uma aposta na paisagem, já que é esse o principal atrativo da RAM referido pelos visitantes. Aliás, as próprias autarquias do Norte da Madeira adotaram a paisagem rural e natural como base da sua promoção turística o que se traduziu, por exemplo, na criação da marca “Costa da Laurissilva” e no reconhecimento do concelho de Santana como Reserva da Biosfera.

O consumo da paisagem e as atividades realizadas nas áreas rurais e naturais podem, e devem, associar-se a outros elementos relacionados, por exemplo, com aspetos relacionados com a geologia e geomorfologia, património histórico e cultural, tradições e gastronomia.

Considerando a importância que, como já referido, o Governo Regional atribui ao turismo, também o Orçamento da Região (SRPF, 2013) lhe reserva uma particular atenção. O ORAM refere a situação menos positiva em que o turismo da RAM se encontra, *“fase de dificuldade, fruto das ocorrências circunstanciais que têm afetado este destino turístico e da concorrência de mercados emergentes à escala mundial”* e aponta o caminho da *“valorização do potencial turístico da Madeira, numa perspetiva integrada, sustentável e de consolidação das características de destino de qualidade e diferenciado no quadro da competitividade nacional e internacional”* (SRPF, 2013).

Defende-se o reforço de parcerias no âmbito da divulgação e promoção do destino e em particular do turismo ativo (em que se incluem atividades realizadas em espaço rural e natural como, por exemplo, pedestrianismo).

Também o Orçamento Regional de 2012 se referia ao *“enriquecimento do calendário anual de animação turística da Região, através do apoio a eventos desportivos, ligados à natureza, ao turismo ativo e ao turismo náutico, imprimindo-lhe uma maior cadência anual”* (SRPF, 2012). Em 2011 fazia-se referência à *“desconcentração da oferta, visando reduzir (em termos relativos) a concentração no Funchal e assegurar condições territorialmente equitativas para beneficiação das inerentes potencialidades económicas e sociais”* e ainda *“criação de um evento turístico ligado à natureza enaltecendo o Mar, a Montanha e a Laurissilva da Madeira”* (SRPF, 2011).

Como principais linhas de ação para a dinamização do turismo da RAM defende-se a promoção da imagem de destino de qualidade e excelência nos mercados tradicionais e consolidados e a aposta nas campanhas de comunicação e publicidade, dirigidas em particular à comunicação social, aos

operadores e aos mercados emergentes considerados estratégicos e com elevado potencial de crescimento (SRPF, 2013).

Defendem-se ainda outras iniciativas, que aqui se destacam, nomeadamente;

- a implementação de planos promocionais para dinamizar atividades que permitam diversificar a oferta e o público alvo, nomeadamente através de turismo ativo em áreas rurais e naturais;
- a modernização e atualização dos suportes informativos e promocionais, nomeadamente em multimédia;
- o desenvolvimento de aplicações móveis dirigidas aos turistas e a contínua consolidação da presença nas redes sociais e desenvolvimento de ações promocionais dirigidas a estes canais.

Aprovado em 2007, o Plano Estratégico do Turismo Nacional (PENT) previa para a RAM um crescimento de curto/médio prazo alavancado sobretudo pelos produtos *Touring*, Turismo de Natureza e Sol e Mar (no Porto Santo).

O turismo de natureza poderia beneficiar de recursos como a paisagem, levadas e veredas, aldeias típicas e a flora diversificada. Como principais ações a desenvolver nesta área destacam-se a melhoria da sinalética, melhoria das condições de segurança nas levadas e melhoria da informação disponível. Curiosamente, no estudo de opinião realizado na região em 2010, estes eram alguns dos aspetos a melhorar referidos (ECAM, 2010).

Mais tarde, e perante o não atingir das metas propostas, procedeu-se a uma revisão do PENT, surgindo o Plano Estratégico Nacional do Turismo Horizonte 2013-2015. Neste reafirmou-se a validade dos produtos anteriormente definidos para o turismo nacional mas introduziu-se maior segmentação do mercado, nomeadamente no turismo de natureza e defendeu-se a valorização dos “*recursos naturais, paisagísticos e culturais, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção das respetivas atividades*” (MEE, 2013).

A estratégia global definida para a RAM passa por dinamizar os mercados de crescimento e revitalizar os de consolidação, continuando a apostar na estruturação e desenvolvimento dos circuitos turísticos e do turismo de natureza para a abordagem aos mercados internacionais.

Perante a constatação de que um turista de natureza procura a tranquilidade o repouso e a autenticidade e realiza múltiplas atividades no destino, e antecipando um crescimento deste mercado nos próximos anos, defende-se a estruturação da oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, em particular para os segmentos de passeios, observação de aves e turismo equestre. Na vertente passeios a pé refere-se a necessidade de reforçar a comercialização do produto e de criar e disponibilizar conteúdos.

Assim, também o Plano Estratégico do Turismo e a sua revisão para horizonte 2013-2015 (MEE, 2013) defendem a aposta na oferta de turismo em espaços naturais e rurais, e do produto passeios a pé, com maior disponibilização de conteúdos informativos e de promoção.

O Plano Regional de Política do Ambiente (2000), refere um conjunto de recomendações relacionadas com o turismo nomeadamente: recuperação de veredas e caminhos abandonados, diversificando e aumentando a oferta percursos pedestres, proteção e promoção da paisagem agrícola, património construído rural e inventariação de formações geológicas, sempre no sentido de um desenvolvimento sustentável do turismo, em particular nas áreas rurais. Defende-se também a aplicação do princípio utilizador-pagador e a introdução de uma Taxa Eco aplicada aos visitantes.

Em 2013 o Instituto de Desenvolvimento Regional apresentou um documento com a estratégia para desenvolvimento regional no horizonte 2020. Neste aborda-se, naturalmente, o turismo “*um dos pilares da economia regional e um dos principais sectores geradores da riqueza*” (IDR, 2013).

Reconhece-se que o destino Madeira está na fase maturidade no ciclo de vida do produto/destino, estando consolidado a nível internacional, e que para evitar estagnação e declínio se devem captar novos segmentos de mercado incluindo “*TER e turismo de natureza, com privilégio para o território interior e Costa Norte*” ao contrário da concentração no Funchal (IDR, 2013).

O setor do turismo apresenta a nível regional alguns constrangimentos decorrentes da insularidade e condição ultraperiférica com efeito, por exemplo, nos custos do transporte o que condiciona atratividade do turismo (relação qualidade-preço). Existe também um peso excessivo do Funchal quer na oferta quer na procura e alguma degradação da qualidade visual da paisagem nomeadamente na periferia de áreas urbanas (IDR, 2013).

Existe, por outro lado, um conjunto de mais-valias da RAM como a paisagem humanizada fruto das atividades agrícolas e o desenvolvimento rural que muito contribuem para a preservação da paisagem e habitat natural do Arquipélago. Referem-se ainda recursos turísticos que reforçam a atratividade do destino (Biodiversidade, Mar e Paisagem - levadas e veredas, património natural e construído) bem como infraestruturas de suporte a novos produtos turísticos (IDR, 2013).

Este documento aponta então, também, no sentido da aposta no turismo em espaços rurais e naturais, “*com privilégio para o território interior e Costa Norte*”, bem como aproveitamento do património natural e cultural, das paisagens naturais e rurais.

Além disso, refere que o turismo na RAM tem uma “*cadeia de valor estreita por fraca integração de atividades a montante (fornecimento de produtos da agricultura, pesca) e complementares (cultura, património e paisagem etc.)*” (IDR, 2013).

Por isso, defende-se que o desenvolvimento turístico deve alavancar o setor primário da Região (agroalimentar e pescas) através da procura dos seus produtos, quer pela hotelaria, quer pela posterior procura externa motivada pelo consumo na região. Os apoios à modernização da produção vinícola e ao artesanato devem ter em conta a “*exposição à procura turística regional*” (IDR, 2013).

6. Síntese

Como os dados atrás analisados revelam, o turismo é um dos mais importantes setores económicos a nível mundial e nacional (WTTC, 2013a; WTTC, 2013b; OMT, 2013). Em Portugal assegura um contributo total de 15,9% do PIB, 18,5% do emprego existente, 17,8% das exportações nacionais e 13,3% do investimento realizado (WTTC, 2013b).

Na RAM a importância desta atividade é ainda mais evidente já que assegura um contributo direto para o PIBR superior a 20% e um contributo total que se deverá aproximar-se dos 30%, valor ainda mais significativo quando cerca de um quinto do PIBR se deve à Zona Franca. A isto soma-se quase 15% de emprego direto em atividades características do turismo (DREM, 2008c; IDR, 2013).

As autoridades regionais estão conscientes dessa importância. O estudo “Compromisso Madeira 2020” refere-se ao turismo como “*um dos pilares da economia regional e um dos principais sectores geradores da riqueza*” e “*atividade motora da criação de valor e de emprego e com papel relevante no relançamento da economia regional no horizonte 2020*” (IDR, 2013). Também a população reconhece a importância do turismo, considera-o bom para a região (99%) e gostaria que a RAM tivesse ainda mais turistas (80%) (DREM, 2006b).

O turismo tem aliás um efeito multiplicador na economia. No caso do TERN e dos percursos pedestres, estes constituem não apenas um produto em si mas permitem também enquadrar uma oferta mais vasta de atividades económicas como restauração e hotelaria e ainda valorizar e promover o património edificado, património cultural e tradições, gastronomia e artesanato – permitindo ao turista uma gratificante e mais completa experiência.

A utilização destes percursos deverá permitir a “*preservação dos recursos naturais em articulação com a promoção do emprego, do turismo e do desenvolvimento locais*” (Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M).

Além disso, o turismo na RAM tem uma “*cadeia de valor estreita por fraca integração de atividades a montante (fornecimento de produtos agricultura, pesca) e complementares (cultura, património e paisagem etc.)*” pelo que será importante integrar TERN com a produção agrícola e de produtos e atividades com valor tradicional (IDR, 2013). Assim, até a definição de apoios à

modernização da produção vinícola e ao artesanato deveria ter em conta a “*exposição à procura turística regional*” (IDR, 2013).

A RAM possui uma oferta muito qualificada, concentrada sobretudo, na cidade do Funchal que agrega a maioria quer da capacidade de alojamento, quer das dormidas. O concelho de São Vicente, pelo contrário, tem um peso residual no turismo regional mas a sua importância duplicou ao longo da última década graças a uma evolução mais favorável de diversos indicadores (DREM, 2008b; DREM, 2012b; DREM, 2013a). São Vicente recebe sobretudo turistas do mercado francês (55,4%), alemão (11%) e português (10,6%).

O TERN é um segmento turístico de grande potencial, com um crescimento várias vezes mais elevado que o turismo de massas. Na RAM possui ainda pouca expressão no total das dormidas mas tem, no entanto, tido uma evolução muito favorável. Em 2012 as dormidas em TER aumentaram 24,5% depois de já terem aumentado 18,8% em 2011 (DREM, 2013a).

Desde 2002, no TER, as dormidas aumentaram 32% e os proveitos 71,3% ao passo que, no mesmo período, os estabelecimentos hoteleiros perderam 1% das dormidas e os proveitos aumentaram apenas 5% (DREM, 2003; DREM, 2013a).

Os passeios a pé são praticados por quase metade dos turistas da RAM (41%) que atribuem a essa atividade um elevado grau de satisfação (Domp, 2002; ECAM, 2010). A nível nacional, mais de dois terços das unidades de TERN oferece este produto (IESE, 2008).

O pedestrianismo é uma atividade privilegiada para desfrutar da natureza e da paisagem, que são a principal motivação para visita à Madeira, sendo por isso um produto de particular interesse para o desenvolvimento sustentável do turismo (ECAM, 2010).

A política regional na área do turismo tem apontado alguns caminhos para o desenvolvimento da atividade turística. Reconhece-se que para evitar estagnação e declínio do destino Madeira se devem captar novos segmentos de mercado incluindo “*TER e turismo de natureza, com privilégio para o território interior e Costa Norte*” ao contrário da concentração no Funchal (IDR, 2013).

O POTRAM (GR, 2002) defende também a aposta em produtos relacionados com a paisagem, como as levadas e veredas que permitam o desfrute ativo da paisagem e da natureza, acautelando a segurança. Defende ainda, a segmentação e a tematização associada aos percursos pedestres “*com o objetivo de dar a conhecer as paisagens da ilha, numa outra perspetiva que não a das rotas tradicionais*”.

O Plano Regional de Política do Ambiente (2000) defende a necessidade de recuperação de veredas e caminhos abandonados, diversificando e aumentando a oferta de percursos pedestres, proteção e promoção da paisagem agrícola, património rural e inventariação de formações geológicas, sempre

no sentido de um desenvolvimento sustentável do turismo, em particular nas áreas rurais. Defende-se também a aplicação do princípio utilizador-pagador e a introdução de uma Taxa Eco aplicada aos visitantes.

O PENT refere a necessidade de melhoria da sinalética, melhoria das condições de segurança nas levadas e melhoria da informação disponível. Também o Relatório do Orçamento Regional de 2013 refere a modernização e atualização dos suportes informativos e promocionais, nomeadamente em multimédia, e o desenvolvimento de aplicações móveis dirigidas aos turistas e a contínua consolidação da presença nas redes sociais e desenvolvimento de ações promocionais dirigidas a estes canais.

Estas estratégias vão aliás ao encontro do perfil dos turistas deste segmento que organizam maioritariamente as suas férias (84,6%), sendo a internet o principal meio quer para a escolha do destino, com base nos *sites* onde podem consultar descrição do espaço, da região, das atividades e ver fotos/vídeos, quer para efetuar a compra e praticam o pedestrianismo sobretudo de forma autónoma (LEADER, 2001; ECAM, 2010).

Num estudo realizado recentemente (ECAM, 2010), de entre os aspetos que gostariam de ver melhorados, os visitantes referem precisamente criar mais segurança nos percursos; atualização de mapas; melhoria da informação aos turistas e disponibilização *on-line*; mais informação sobre o que fazer na ilha; aproveitamento turístico de outros pontos da ilha; maior oferta de TER; mais circuitos para caminhadas e a preservação da natureza.

Proposta de Intervenção

7. Implantação de percursos pedestres

Os percursos pedestres devem ser concebidos de forma a permitir “*suprir as necessidades recreativas de maneira a manter o ambiente estável e permitir ao visitante a devida segurança e conforto*” (Andrade, 2003). A Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP, 2001) propõe um modelo de implantação de percursos em três fases.

A primeira consiste no *anteprojeto* em que se devem indicar as razões que levaram à escolha do traçado e objetivos a atingir, fazer descrição sumária do percurso e representação cartográfica do mesmo.

Numa segunda fase deve proceder-se ao *reconhecimento* do percurso, dos pontos de interesse, de intervenções de recuperação a implementar, de locais de restauração e alojamento nas suas proximidades. Devem escolher-se caminhos públicos, tradicionais ou históricos e prever a realização de pequenos desvios para visitar pontos de interesse, ruínas ou monumentos. Deve verificar-se junto das autoridades se os instrumentos de ordenamento ou obras previstas poderão afetar o percurso. É importante fazer uma descrição do percurso, referindo os pontos de interesse, fatos históricos associados ou curiosidades culturais, fauna e flora. Devem ser cartografados, além do percurso, todos os pontos de interesse, alojamento e restauração bem como o projeto de sinalização.

Toda esta informação deve ser compilada num projeto a remeter à FCMP, no caso da RAM a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA), para verificação da conformidade com as regras em vigor.

A última fase consiste na efetiva *implementação* das intervenções de recuperação, na sinalização e marcações. Naturalmente, neste trabalho abordaremos apenas as fases de anteprojeto e reconhecimento.

Segundo Andrade (2003), o pedestrianismo combina a motivação recreativa, de lazer, com uma função educativa, de educação ambiental. Os percursos podem ser realizados de forma guiada – com guias especializados, ou de forma autoguiada em que os utilizadores utilizam percursos de forma autónoma, frequentemente recorrendo a guias e brochuras informativas. No caso da RAM existem diversas publicações com descrição de percursos, nem sempre de grande qualidade, e existem empresas que disponibilizam guias, certificados, que acompanham e orientam os visitantes. Neste trabalho concebeu-se e criou-se uma Aplicação móvel que permite facilitar e enriquecer as visitas autoguiadas e um Portal que facilita a informação prévia.

Existem diversas tipologias de percursos no que concerne à forma. Os percursos podem ser lineares, em que o início e o fim do percurso ligam dois locais distintos. Este tipo de percurso é o mais utilizado para ligar locais distantes, mas tem a desvantagem de obrigar a regressar pelo mesmo local ou então a existência de transporte de apoio que coloque os praticantes no local de início e a recolha no local de término. Muitos percursos, devido ao declive, têm um “sentido” preferencial de realização, geralmente a descer. É o caso do percurso que aqui se propõe que deverá ser realizado no sentido Entrosa-Senhor do Bom Jesus.

Os percursos circulares em que o ponto inicial e final coincidem evitam a necessidade de transporte de apoio ou de regressar pelo mesmo local. Além de permitir uma maior diversidade na paisagem observada também reduzem a pressão sobre o percurso. Em áreas mais reduzidas, para maximizar o espaço utilizam-se percursos em “oito”. Também é possível organizar os percursos em forma de “anéis” contíguos ou satélites o que permite uma grande variedade de combinações e alternativas diferentes, numa mesma área. Os percursos em labirinto são constituídos por diversos caminhos que se cruzam e também permitem realização de diferentes combinações de percurso.

Quanto à extensão, os percursos são classificados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal como de Pequena Rota, quando têm menos de 30 km e Grande Rota quando têm extensões maiores. Consideram-se ainda Percursos Locais quando se realizam em pelo menos metade da sua extensão em ambiente urbano. Na RAM, o Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M de 20 de março, prevê apenas a existência de percursos de Pequena Rota, todos com extensão inferior a 30 km.

Ao nível da sinalização e marcação dos percursos utiliza-se na RAM a mesma simbologia utilizada a nível nacional. O Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M de 20 de março define a simbologia a utilizar bem como os modelos de sinalização e dos painéis informativos. Explicita ainda classificações de três níveis para o Grau de Dificuldade, Grau de Perigosidade, Obstáculos e Avaliação Global.

O **grau de dificuldade** diz respeito ao esforço físico necessário para efetuar o percurso, sendo independente da perigosidade, perigo de vertigens ou estado do percurso.

«A1 - Plano» - percurso plano ou com inclinações suaves, à partida acessível a qualquer pessoa que apresente uma forma física dentro da normalidade.

«A2 - Ondulado» - percurso que apresenta subidas e ou descidas pouco acentuadas, exigindo um maior esforço físico, mas adequado a qualquer pessoa que mantenha uma atividade física regular.

«A3 - Acidentado» - percurso com declives acentuados, que, por vezes, se sucedem. Exige um grande esforço físico, só sendo aconselhado para pessoas em boa forma física.

O **grau de perigosidade** diz respeito aos riscos de acidente, fundamentalmente aqueles que se prendem com a existência de precipícios, irregularidade do piso ou piso escorregadio e queda de pedras ou escorregamentos. O grau de perigosidade é independente do grau de dificuldade.

«B 1 - Familiar» - percurso que não oferece grandes riscos e que, com as devidas cautelas, poderá ser efetuado por qualquer tipo de pessoa, incluindo crianças e adolescentes, quando acompanhados por adultos.

«B2 - Adultos» - percurso que oferece alguns riscos e que exige algum cuidado por parte do caminhante. Não deverá ser efetuado por crianças, mesmo quando acompanhadas por um adulto, nem por pessoas de idade ou com limitações físicas.

«B3 - Montanhistas» - percurso com elevada perigosidade e que só deverá ser efetuado por pessoas com um mínimo de prática e de conhecimentos de montanha.

Os **obstáculos** dizem respeito a barreiras ou constrangimentos que implicam a necessidade de usar equipamento específico, independentemente do grau de dificuldade e do grau de perigosidade.

«C1 - Túnel» - existência de túneis que obrigam, por razões de segurança, à utilização de lanternas.

«C2- Vertigens» - existência de locais suscetíveis de causar vertigens ao caminhante.

«C3 - Equipamento» - percurso exigente e que requer uso de equipamento adequado (botas, mochila, roupa térmica de emergência, telecomunicações e outros).

A **avaliação global** diz respeito à análise conjunta do grau de dificuldade, do grau de perigosidade e da existência de obstáculos:

«D1-Fácil» - diz respeito a um percurso facilmente exequível e que não obriga a um grande esforço físico nem oferece riscos acrescidos relativamente àqueles inerentes a este tipo de atividade.

«D2 - Moderado» - diz respeito a um percurso moderadamente exequível e que obriga a um esforço físico grande e ou oferece alguma perigosidade.

«D3 - Difícil» - percurso que só deverá ser efetuado por pessoas experientes, devidamente equipadas e em boa forma física. Diz respeito a um percurso que oferece elevadas dificuldades ao nível do esforço físico e ou que apresenta elevada perigosidade.

Quanto à sinalética, as marcações mais importantes são a sinalética auxiliar de orientação (setas), as Placas Informativas e as marcações de Caminho Certo, Caminho Errado, Para a Esquerda e Para a Direita. As setas de orientação são colocadas no início e em cruzamentos e bifurcações ao longo do percurso. Estas deverão identificar o percurso, direção e extensão a percorrer.

As placas informativas colocadas no início e fim dos percursos concentram um conjunto de informações, mapa e simbologia sobre a extensão e duração do percurso, grau de dificuldade e

perigosidade, obstáculos existentes e avaliação global do percurso. Fazem ainda referência a pontos de interesse, fauna e flora que se poderão observar durante o passeio.

A colocação desta sinalética destina-se a auxiliar os praticantes a orientar-se ao longo dos percursos. Segundo a FCMP (2006) a marcação tem de permitir que percurso seja percorrido “por qualquer pedestrianista, mesmo o mais inexperiente, sem recurso a técnicas ou equipamento de orientação”. O sinal Caminho Certo coloca-se a menos de 50 metros do início e ao longo de todo o percurso. O sinal de Caminho Errado coloca-se a menos de 30 metros da entrada de caminhos a evitar. Os sinais de mudança de direção colocam-se a menos de 30 metros antes de um cruzamento para indicar mudança de direção. A colocação da sinalética depende das características dos percursos mas a distância entre as marcas não deve ser superior a 250 metros.

7.1. Percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus

7.1.1 1ª Fase – Anteprojecto

A primeira tarefa num projeto de implantação de percurso pedestre passa, naturalmente, pela escolha do percurso. Essa escolha requereu o levantamento no terreno de vários percursos. No âmbito de um outro projeto, e tendo sido responsável pelo levantamento e cartografia da rede viária de São Vicente, havia já o conhecimento de diversos caminhos com potencial.

Destes, seleccionou-se depois o Caminho da Entrosa prolongado pela Lombadinha e pela Escaleira até Ponta Delgada, seguindo em parte troços do caminho real que já no século XVIII percorria o litoral Norte da ilha.

Como referido, existe no concelho um número elevado de caminhos pedestres com potencial turístico. A escolha do percurso Entrosa-Senhor do Bom Jesus resultou da aplicação de um conjunto de critérios. Desde logo a localização preferencial em Boaventura, a freguesia mais rural do concelho, com uma paisagem imponente e, ainda assim, com menor penetração do turismo.

Os maus acessos, a fraca sinalização, as rotas utilizadas pelos guias turísticos, bem como a fraca oferta de alojamento e restauração parecem afastar os turistas deste local. No entanto, considerando o perfil de turista TERN, esses elementos, traduzidos na rusticidade, na fraca humanização, na tranquilidade e um certo isolamento, na natureza imponente, poderão ser fatores determinantes para a qualidade deste destino (THR, 2006; IESE, 2008; ECAM, 2010).

O pedestrianismo tem o potencial de promover o desenvolvimento local dinamizando atividades económicas de pequena dimensão. Para tal, a *“oferta de pedestrianismo criada necessita combinar-se de uma forma mais integral com alojamentos, artesanato, gastronomia e produtos locais,*

pequenos museus etnográficos, achados arqueológicos, miradouros, paisagens, espaços naturais para produzir um verdadeiro desenvolvimento local” (Declaração da Madeira).

Além da localização, da ruralidade e da existência de uma forte imagem rural e natural da paisagem pretendia-se responder aos apelos à tematização dos percursos e “*seleção de percursos temáticos com o objetivo de dar a conhecer as paisagens da ilha, numa outra perspetiva que não a das rotas tradicionais*” (GR, 2002).

Os arraiais populares de cariz religioso são o mais marcante traço da cultura regional, a maior e mais frequentada manifestação da sua identidade. Em termos de rede de circulação pedonal, e atendendo a que as levadas são um produto já muito explorado e promovido, os antigos caminhos reais são um elemento marcante da história do longo e por vezes difícil desenvolvimento regional.



Figura 6: Mapa e pormenor de mapa de caminhos da Madeira (1817) - Arquivo Militar

Tendo em mente estes dois elementos, os caminhos reais e os arraiais religiosos, o percurso Entrosa - Senhor do Bom Jesus impôs-se com alguma naturalidade.

Os caminhos reais correspondem a vias de circulação na Madeira, anteriores ao século XVIII, que constituíam as ‘autoestradas’ do seu tempo. Um desses caminhos reais, mais tarde Estrada Real 23, percorria o norte da ilha, junto ao litoral, ligando São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura e atravessava para o Arco de S. Jorge. Uma variante desse caminho subia ao Lombo do Urzal e passava, pelas Torrinhãs, para o Curral das Freiras e Funchal no Sul da ilha.

Com o tempo foram-se construindo novas vias que, em muitos casos, se sobrepuseram ao traçado dos caminhos reais. Na área em apreço, o percurso selecionado, que corresponde em parte ao antigo caminho real, liga a freguesia da Ponta Delgada (Caminho Grande) à Escaleira (Caminho da Escaleira), subindo depois pela Beira do Aviso³⁶ até à Lombadinha já na Boaventura (Caminho da Beira do Aviso), e o Caminho do Meio (ou da Fonte) até à Barreira. Faz-se depois desvio pelo sítio da Igreja, na Boaventura, pelo caminho do Aviceiro, e chega-se à foz da Ribeira do Porco pelo antigo caminho que ligava a S. Cristóvão. Aí atravessa-se a ponte de pedra e sobe-se a Entrosa.

³⁶ Uma saliência no litoral permitia avistar os barcos quer provenientes do porto da Ribeira do Porco quer do varadouro da Vigia na Ponta Delgada numa altura em que o transporte de mercadorias e pessoas se fazia pelo litoral, em ‘vapor’.

A Entrosa, ou Engrosa³⁷, era um troço de estrada real que subia da Ribeira do Porco ao Arco de São Jorge “*em torcicolo na escarpa aprumada duma elevada rocha*” (Silva e Menezes, 1978). Possui grande beleza e é uma das paisagens do Norte da Madeira usada como imagem de postal.



Figura 7: Postal do início do século XX com paisagem da Entrosa (Madeira Quase Esquecida)

Com a marcação deste percurso pretendeu-se valorizar esta área do concelho, de grande beleza, quer graças aos valores paisagísticos naturais, quer rurais e construídos, e que está afastada das rotas habitualmente utilizadas pelos guias turísticos.

A expressão ‘*do mar à serra*’ ganha particular destaque neste percurso já que é feito ao longo da costa alcantilada e declivosa da Boaventura e Ponta Delgada. A serra ao cimo e o mar ao fundo são os dois elementos naturais que sobressaem do verde da floresta e do rendilhado das “fazendas” e “poios” agrícolas.

Os elementos culturais dão um enquadramento singular ao percurso. Desde logo o próprio caminho, em grande parte correspondendo ao antigo caminho real, que ao longo de cerca de 5 km liga o *modus faciendi* de outros tempos, com os poios equilibrando-se nas vertentes, as ruínas do engenho de cana-de-açúcar na foz da Ribeira do Porco na Boaventura, as ruínas da Casa da Vigia, antigo edifício da alfândega da Ponta Delgada, à religiosidade simbolizada pelas igrejas da Boaventura e, sobretudo, do Senhor do Bom Jesus da Ponta Delgada que acolhe a maior e mais antiga romagem religiosa da ilha.

Segundo o Elucidário Madeirense (Silva e Menezes, 1978), a celebração do Senhor do Bom Jesus do Ponta Delgada é o maior arraial e a mais antiga romagem da Madeira. Celebra-se no primeiro domingo do mês de setembro de cada ano havendo registos de já se realizar romagem em 1577 e de a Capela do Senhor do Bom Jesus ser anterior a 1507.

Assim, com este percurso pretendeu-se:

1. Valorizar os elementos naturais e culturais das freguesias da Boaventura e Ponta Delgada;

³⁷ Elucidário Madeirense (Silva e Menezes, 1978) refere ambas as grafias

2. Atrair turistas a uma área de grande beleza rural e natural mas pouco frequentada por turistas;
3. Criar valor ao produto turístico destas localidades com base no pedestrianismo e, simultaneamente, promover a atividade económica através do alojamento, restauração e da comercialização de produtos locais (gastronomia, produtos agrícolas);
4. Promover a educação e preservação ambiental e cultural;
5. Apostar em percursos pedestres com tematização relacionada com antigos caminhos reais e com romagens religiosas e arraiais.

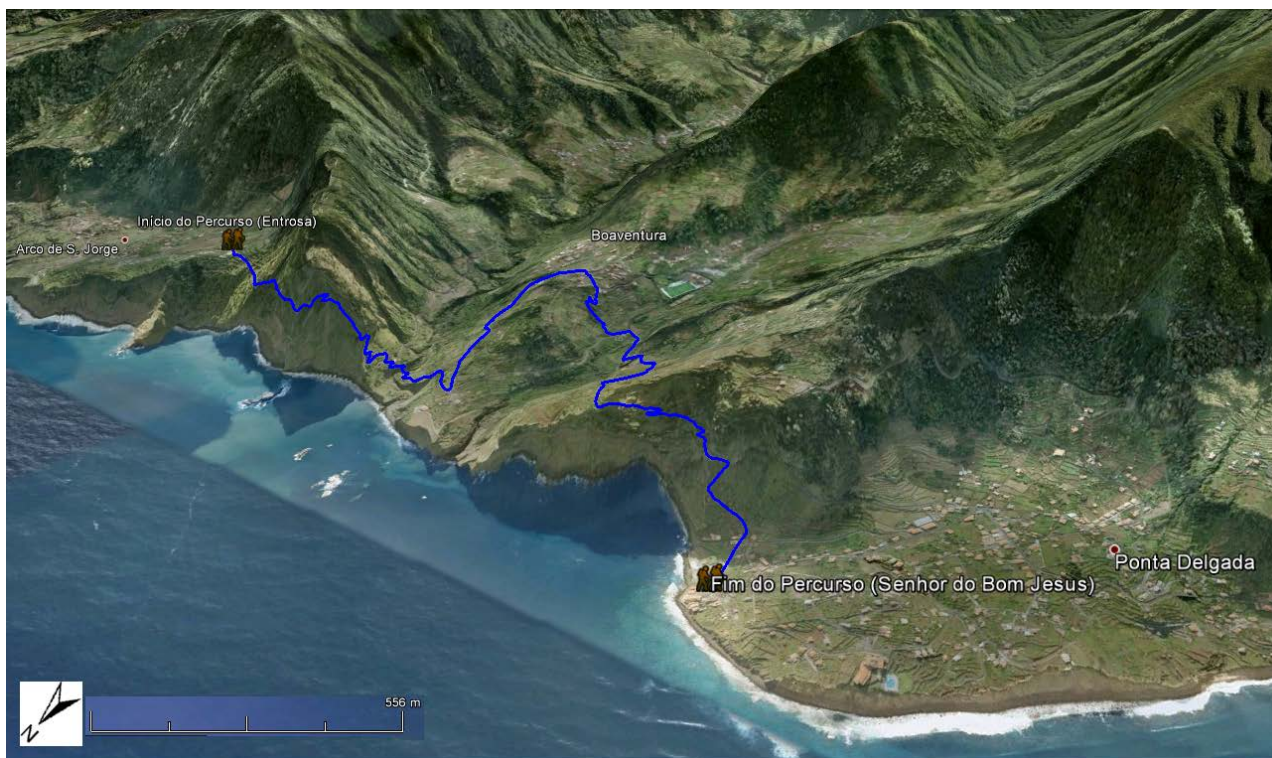


Figura 8: Vista 3D do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus



Figura 9: Perfil do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus

Ainda que possa ser feito nos dois sentidos, recomenda-se a direção Entrosa – Senhor do Bom Jesus, quer por causa da paisagem, quer por causa dos declives.

O percurso inicia-se ainda no Arco de S. Jorge, junto ao Restaurante Arco, num local com um pequeno largo para estacionamento onde cabem alguns carros. Segue pelo antigo caminho real e rapidamente o empedrado dá lugar à tradicional calçada madeirense “Passo de Boi”. O percurso, quase plano, permite observar e fotografar a floresta nas serras, flora típica, os terrenos agrícolas e o mar em baixo. Existe um pequeno miradouro com uma vista privilegiada da costa. Ao fundo avista-se quer a Boaventura, a Oeste, quer o Arco de S. Jorge a Este.

Na encosta da Entrosa inicia-se a descida, com algum declive. Em alguns pontos a calçada desapareceu e deu lugar a terra batida. Ao descer observa-se a magnífica paisagem com as vertentes verde-escuras da floresta sobre a Boaventura e a sua paisagem rural marcada por casas dispersas e pequenos poios e, em baixo, a foz da Ribeira do Porco e os ilhéus Preto e Vermelho. Ao fundo é possível antever a Ponta Delgada.

Chegados ao fim da descida encontra-se a Ribeira do Porco e a sua antiga ponte em pedra de talhe aparelhado, com arco abobadado, em alvenaria local, revestida parcialmente com argamassa grosseira. É possível, e recomendável, fazer um desvio por uma pequena vereda à direita, paralela e encostada à margem da ribeira e que dá acesso à foz da ribeira. Aí é possível observar as ruínas do antigo engenho de cana-de-açúcar, testemunho da atividade açucareira desenvolvida nesta freguesia entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. As ruínas do engenho e armazém anexo justificariam uma intervenção de preservação como núcleo museológico. Existe também um espaço plano onde é possível acampar sobranceiro ao mar. Descendo uns degraus é possível aceder a uma pequena praia de calhau para um mergulho no mar.

Retomando o percurso, atravessa-se a antiga ponte em pedra da Ribeira do Porco e sobe-se pelo antigo Caminho Real, em calçada tradicional e por entre espesso arvoredado, para o sítio de S. Cristóvão. Aí, junto a um pequeno largo existe pequena imagem evocativa do santo que dá nome a este sítio. A original capela de São Cristóvão, construída antes de 1578 e desaparecida em 1748, foi a mais antiga da freguesia.



Figura 10: Vistas da foz da Ribeira do Porco com ruínas do engenho de cana-de-açúcar (à esquerda) e ponte (à direita)

Abaixo, o restaurante de mesmo nome permite ao turista refrescar-se, lanchar ou tomar uma refeição. Junto a esse restaurante desfruta-se de magnífica vista sobre a Entrosa e sobre o percurso sinuoso que se acabou de descer. Esta vista é muito popular e utilizada já no início do século passado como imagem de postais.

Retomada a marcha, segue-se por um estreito caminho pedestre que segue paralelo a estrada entretanto construída. Sobe-se por esse antigo caminho, entre “fazendas” agrícolas, tomando-se

depois o caminho que sobe até ao centro da Boaventura. Aí destaca-se a igreja, (re)construída em 1835 e em particular o seu pórtico em pedra lavrada de cantaria e a pintura do teto. Existem alguns cafés, mercearia e uma farmácia, a poucos metros. Existe também uma unidade de alojamento, o Solar da Boaventura, moderno mas inserido num edifício antigo.

Atravessando o Caminho da Igreja, segue-se depois pelo Caminho do Aviceiro, em calçada tradicional em quase toda a extensão, que desce sinuoso por entre terrenos agrícolas e permite observar de perto práticas agrícolas tradicionais. Ao fundo, na Barreira, é necessário percorrer alguns metros pelo caminho entretanto ocupado pela Estrada Regional 101 e subir depois pelo caminho conhecido por Casa do Meio ou da Fonte. Este percurso, a subir, passa por entre terrenos agrícolas e permite fotografar agora a Boaventura vista de Oeste para Este.

Ao cimo, na Lombadinha, atravessa-se para o Caminho da Beira do Aviso (ou da Vigia). Este antigo caminho chamava-se assim por permitir observar ao longe, quer para Leste quer para Oeste, os barcos que se aproximavam. Além de passar por entre terrenos agrícolas, permite fotografar a paisagem imponente das encostas sobranceiras à Ribeira do Porco, a Entrosa por onde se desceu, o mar em baixo e S. Jorge ao fundo. Observam-se ainda os ilhéus Preto e Vermelho. Olhando para oeste, observa-se a Ponta Delgada, e ao longe entreve-se São Vicente, o Seixal e Porto Moniz. Existe na Beira do Aviso dois bancos (a recuperar) onde se poderá descansar ou contemplar a paisagem.



Figura 11: Vistas ao longo do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus

Ao fim de alguns metros o empedrado principia a descida entrando-se numa zona com bastante arvoredo. Umas pequenas escadas permitem descer para a estrada regional que se atravessa junto a um “furado” descendo depois pelo Caminho da Escaleira, em empedrado tradicional e que desce a vertente propiciando uma bela vista sobre Ponta Delgada, a igreja do Senhor do Bom Jesus e a praia e piscinas que se alcançam, terminando a descida em alguns minutos.

No fim do percurso, um pequeno desvio à direita permite observar o antigo porto da Ponta Delgada e as ruínas da Casa da Vigia, a sua “alfândega”. Este local é utilizado, sobretudo pelos residentes, para fazer praia. Retomando a estrada, é possível visitar a igreja do Senhor do Bom Jesus. Para

quem preferir, as piscinas oferecem a oportunidade de um mergulho refrescante. Existem neste local alguns restaurantes e cafés. A poucos metros o Hotel Monte Mar Palace é a principal unidade de alojamento nestas freguesias, existindo ainda os Apartamentos Turísticos – Casa da Capelinha e a Estalagem Corte do Norte. Não longe, fica a Casa do Ladrilho/Casa-Museu Doutor Horácio Bento de Gouveia o mais conhecido filho da terra.

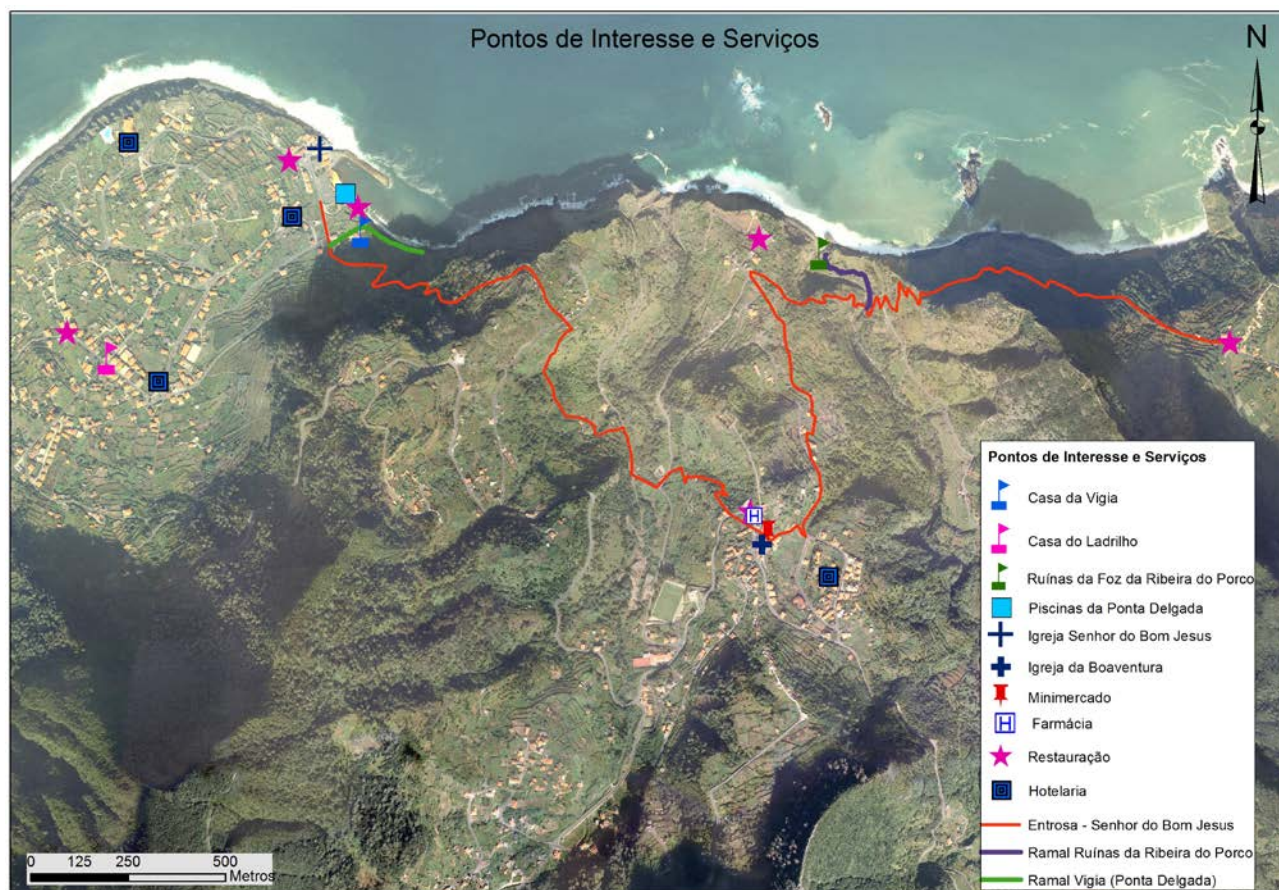


Figura 12: Percurso, ramais, pontos de interesse e serviços

7.1.2 2ª Fase – Reconhecimento

Como referido na descrição do percurso, este desenvolve-se em antigos caminhos públicos, em parte por antigo caminho real, com a sua tradicional calçada “passo de boi” ou empedrado, e ao longo deste é possível contemplar de perto elementos naturais e humanizados de elevado valor paisagístico, natural e cultural: as pedras carregadas de história do caminho real, os “poios”, o mar, a serra, a flora, as paisagens contempladas ao longe, as ruínas e as igrejas admiradas de perto, a praia para um mergulho.

Considerou-se não apenas esses pontos de interesse mas também a referência e cartografia de locais de restauração e alojamento, quer no sentido de aumentar a qualidade e comodidade da experiência do turista, quer de dinamizar a economia local. Fizeram-se alguns ‘desvios’ ao percurso original no sentido de aceder a locais como a igreja da Boaventura e a foz da Ribeira do Porco (ruínas do engenho de cana-de-açúcar e praia) ou, já na Ponta Delgada, o porto e ruínas da Casa da Vigia.

Durante a escolha e reconhecimento do percurso, este foi percorrido com o Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal e técnica da Direção Regional de Florestas para garantir de que se tratavam de vias públicas de tutela camarária e que a intervenção proposta respeitava as regras aplicadas aos percursos recomendados.

No sentido de acautelar a manutenção da paisagem e elementos de interesse será, mais adiante, referido um conjunto de orientações em termos de ordenamento do território mas que sumariamente aqui antecipamos: a classificação de conjuntos de interesse municipal e a sua preservação; a recuperação do percurso e a manutenção do traçado e do piso tradicional; e a limitação de intervenções que alterem a traça tradicional dos edifícios e caminhos ao longo e junto ao percurso. Foi durante o reconhecimento do percurso feito o levantamento da sinalização e da marcação necessária bem como painéis informativos, que posteriormente se representou cartograficamente.

Apresenta-se seguidamente uma tabela que sintetiza a principal informação relativa ao Percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus.

Quadro 10: Caracterização do percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus

Denominação	Caminho Entrosa – Senhor do Bom Jesus
Extensão	Cerca de 5km
Duração aprox.	Cerca de 3 horas
Grau de dificuldade³⁸	«A2 - Ondulado» - percurso que apresenta subidas e ou descidas pouco acentuadas, exigindo um maior esforço físico, mas adequado a qualquer pessoa que mantenha uma atividade física regular.
Grau de Perigosidade³⁸	«B 1 - Familiar» - percurso que não oferece grandes riscos e que, com as devidas cautelas, poderá ser efetuado por qualquer tipo de pessoa, incluindo crianças e adolescentes, quando acompanhados por adultos.
Obstáculos³⁸	«C2- Vertigens» - existência de locais suscetíveis de causar vertigens ao caminhante.
Avaliação Global³⁸	«D1 - Fácil» - diz respeito a um percurso facilmente exequível e que não obriga a um grande esforço físico nem oferece riscos acrescidos relativamente àqueles inerentes a este tipo de atividade.
Pontos de interesse	Engenho de Cana-de-açúcar (Boaventura) Ponte da Ribeira do Porco (Boaventura) Igreja da Boaventura (Boaventura) Casa da Vigia (Ponta Delgada) Piscinas da Ponta Delgada (Ponta Delgada) Igreja do Senhor do Bom Jesus (Ponta Delgada) Casa do Ladrilho / Casa-Museu Doutor Horácio Bento de Gouveia (Ponta Delgada)
Fauna e Flora	<i>Echium nervosum</i> (Massaroco) Arbusto ramificado que pode atingir os 2 metros de altura, de janeiro a agosto apresenta inflorescências imponentes, constituídas por flores azuis. <i>Mathiola maderensis</i> (Goivo da Rocha) Planta herbácea que vive em escarpas e solos áridos do litoral madeirense. Entre os meses de fevereiro e outubro apresenta belas flores violáceas. <i>Helichrysum melaleucum</i> (Perpétua)

³⁸ Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M de 20 de março

	<p>Pequeno arbusto que se encontra nas encostas rochosas do litoral norte da Madeira. Floresce de março a junho, apresentando flores purpúreo-negras ou negras.</p> <p><i>Aeonium glandulosum</i> (Ensaíão)</p> <p>Planta herbácea, caracterizada por folhas densas e carnudas dispostas sob a forma de uma roseta achatada. Produz pequenas folhas amarelas entre os meses de junho e outubro.</p> <p><i>Hedychium gardnerianum</i> (Bananilha, Rocas de Vénus)</p> <p>É uma planta uma infestante originária dos Himalaias e introduzida na Madeira pelo Homem. Atinge até 2,4 metros de altura, com grandes folhas de coloração verde brilhante e flores de cor amarelo claro, com longos estiletes vermelhos, agrupadas em densas inflorescências terminais em forma de espigas.</p> <p><i>Pittosporum undulatum</i> (Incenseiro)</p> <p>Árvore natural da Austrália introduzida na Madeira como espécie ornamental e se tornou infestante particularmente em S. Jorge e Boaventura.</p> <p><i>Buteo buteo harterti</i> (Manta)</p> <p>maior ave de rapina na Madeira, com asas arredondadas, vista com frequência a voar em círculos junto às escarpas.</p>
Restauração	<p>Restaurante Arco</p> <p>Restaurante São Cristóvão (Boaventura)</p> <p>Café e minimercado la Fé (Boaventura)</p> <p>Café Tijolo (Boaventura)</p> <p>Bar de apoio das Piscinas da Ponta Delgada</p> <p>Baixas Café (Ponta Delgada)</p> <p>Galeria Café (Ponta Delgada)</p>
Alojamento	<p>Solar de Boaventura - Hotel Rural (Boaventura)</p> <p>Casa da Capelinha - Apartamentos Turísticos (Ponta Delgada)</p> <p>Hotel Monte Mar Palace (Ponta Delgada)</p> <p>Estalagem Corte do Norte (Ponta Delgada)</p>
Serviços públicos	<p>Farmácia Boaventura – Boaventura (junto à igreja)</p> <p>Farmácia da Ponta Delgada – “Avenida”</p> <p>Autocarro – Rodoeste: Arco de São Jorge e Ponta Delgada</p>
Descrição Sumária	<p>O percurso inicia-se ainda no Arco de S. Jorge, descendo o traçado sinuoso do Caminho da Entrosa até à foz da Ribeira do Porco. Aí é possível percorrer um pequeno caminho até às ruínas de um engenho de cana-de-açúcar testemunho da atividade açucareira desenvolvida entre 1889 e 1936 ou dar um mergulho no mar. Atravessando a ponte da Ribeira do Porco continua a subir-se até sítio de São Cristóvão onde existe pequena imagem dedicada a este santo. Segue-se depois uma antiga vereda, paralela à estrada mas afastada desta, e sobe-se até igreja da Boaventura. Desce-se pelo Caminho do Aviceiro até Barreira, segue-se depois por Caminho da Casa do Meio até a Lombadinha. O percurso segue pelo Caminho da Beira do Aviso e depois desce pela Escalreira até Ponta Delgada. No fim do percurso, junto às piscinas de Ponta Delgada e da Igreja do Senhor do Bom Jesus, é também possível visitar antigo porto da Ponta Delgada e ruínas da Casa da Vigia, antiga alfândega.</p>

Quanto à recuperação do percurso, durante as caminhadas de reconhecimento foi realizado quer uma avaliação das intervenções necessárias para recuperar os caminhos, quer uma inventariação dos pontos críticos em termos de perigo. No que se refere à recuperação do caminho, propõe-se uma intervenção minimalista, acautelando a boa circulação, a comodidade e a segurança mas, ao mesmo tempo, preservando o mais possível a rusticidade do percurso.

As intervenções foram sistematizadas numa tabela síntese e referem-se sobretudo a limpeza e desmatagem do percurso, regularização do piso e remoção de pedras, colocação ou reparação de

varandins, reparação de muros e ainda a construção de dois pequenos miradouros, em estrado de madeira, com bancos. A referida tabela constitui o Anexo VIII deste trabalho.

Uma vez que ao longo do percurso alguns pontos não são facilmente identificáveis, particularmente por um turista, para pedir ajuda numa situação de emergência, para identificar um local a necessitar de intervenção ou outro tipo de situações, poderá considerar-se a colocação de pequenas marcações que indiquem pontos do percurso – um pouco há semelhança dos marcos quilométricos nas estradas, a cada 200 metros, por exemplo.

Refira-se ainda a sugestão, referida mais adiante, de que faria sentido colocar em locais de interesse, por exemplo nas igrejas, ruínas e pontes, placas evocativas e informativas multilingue.

Na conceção do percurso pedestre previu-se também a localização dos painéis informativos, nas extremidades do percurso, bem como da sinalização e marcação ao longo do mesmo. Assinalam-se ainda os ramais que permitem visitar quer o engenho de cana-de-açúcar na Boaventura, quer a Vigia na Ponta Delgada.

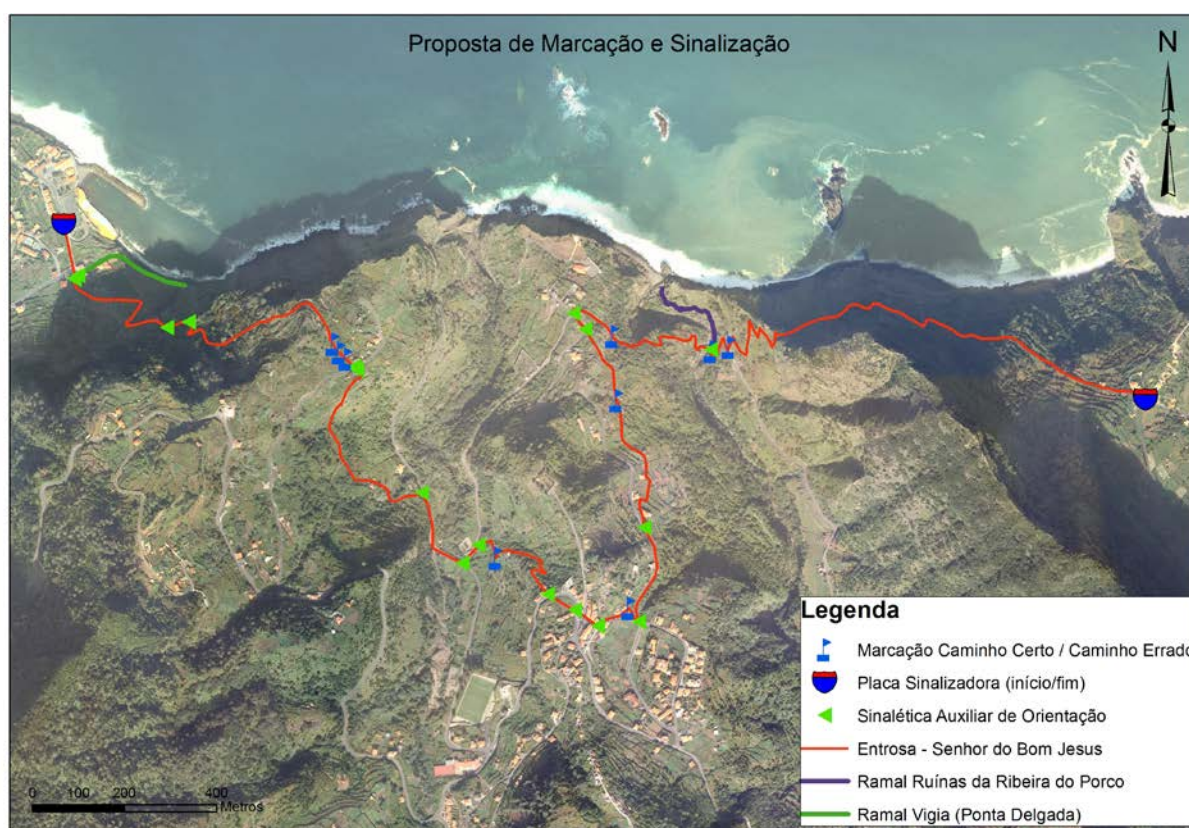


Figura 13: Proposta de marcação e sinalização no percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus

Relativamente à inventariação de pontos críticos com base no reconhecimento de evidências realizado em saídas de campo em três momentos distintos, referem-se sobretudo a locais sujeitos a movimento de massa, principalmente queda de blocos ou desabamentos, a desabamento de caminhos ou pontos onde o piso é escorregadio.

Ao longo dos últimos anos têm acontecido diversos casos de acidentes em percursos pedestres afetando turistas pelo que esta questão não deve ser negligenciada. Apesar de os dados a este

respeito não estarem devidamente isolados e inventariados, é possível com base nos registos do Serviço Regional de Proteção Civil identificar situações de acidente nestes percursos e que se relacionam sobretudo com quedas de consequências de gravidade variável - de pequenos ferimentos até morte, situações de entorses, paragem cardiorrespiratória ou turistas que se perdem. Nos últimos 3 anos, por exemplo, estes acidentes deram origem a 20 intervenções de socorro em 2010, 11 em 2011 e 26 em 2012 (SRPC).

Apresenta-se aqui uma grelha síntese dos pontos identificados e, em anexo, a sua localização. Estes pontos, além de motivarem intervenções na recuperação do percurso, são assinalados como áreas de atenção/alerta na aplicação Nwalks de forma a sensibilizar e alertar caminhantes.

Quadro 11: Levantamento de Evidências de Pontos Críticos (ver anexo IX)

Ponto Crítico (PC)	Descrição	Foto
PC 1	Existência de rocha fraturada e vestígios de queda de pequenos blocos. Não compromete a passagem nem justifica intervenção mas será assinalada como ponto a ter em atenção na App NWalks.	Ver Anexo n.º IX
PC 2	Existência de rocha fraturada e vestígios de queda de pequenos blocos. Não compromete a passagem mas será necessário reparar varandim. É um ponto a ter em atenção na App NWalks.	
PC 3	Evidências de um desabamento com alguma dimensão. O varandim está danificado e o percurso estreitado. Percurso foi entretanto limpo mas será necessário repor alguns metros de varandim. Vertente apresenta rocha fraturada e algum solo solto pelo que exige atenção e cuidado ao passar.	
PC 4	Evidências de um desabamento com alguma dimensão. O varandim está danificado e o percurso estreitado. Percurso foi entretanto limpo mas será necessário repor alguns metros de varandim. Vertente apresenta rocha fraturada e algum solo solto pelo que exige atenção e cuidado ao passar.	
PC 5	Pequena queda de blocos, entretanto já limpa.	
PC 6	Pequeno desabamento. O caminho entretanto foi limpo e permite a passagem mas continua material depositado junto à vertente.	
PC 7	Evidência de queda de blocos de grande dimensão. Varandim ficou destruído ao longo de vários metros. Material depositado já está coberto por vegetação que indica que não é recente. Alguns troços do caminho terão de ser escavados e alargados e retiradas rochas depositadas.	
PC 8	Desabamento de pequena dimensão e colapso da muralha de suporte sobranceira à ribeira. Será necessário repor a muralha.	
PC 9	Colapso de muro em pedra emparelhada, forçado por raízes de árvores, sobre o caminho e ocupando parte dele com rocha e terra. O restante muro terá também de ser reparado	
PC 10	A descida do Caminho do Aviceiro possui piso algo escorregadio, sobretudo se húmido ou molhado, o que justifica o alerta.	
PC 11	No fim do Caminho da Beira do Aviso, onde se atravessa a Estrada Regional, o piso molhado devido à escorrência de água na vertente torna o piso escorregadio. Será necessário repor o varandim no final do caminho, em degraus.	

PC 12	A erosão provocada pelo mar levou a colapso de parte do piso estrada de acesso à Vigia (ramal alternativo ao percurso principal)	
--------------	--	--

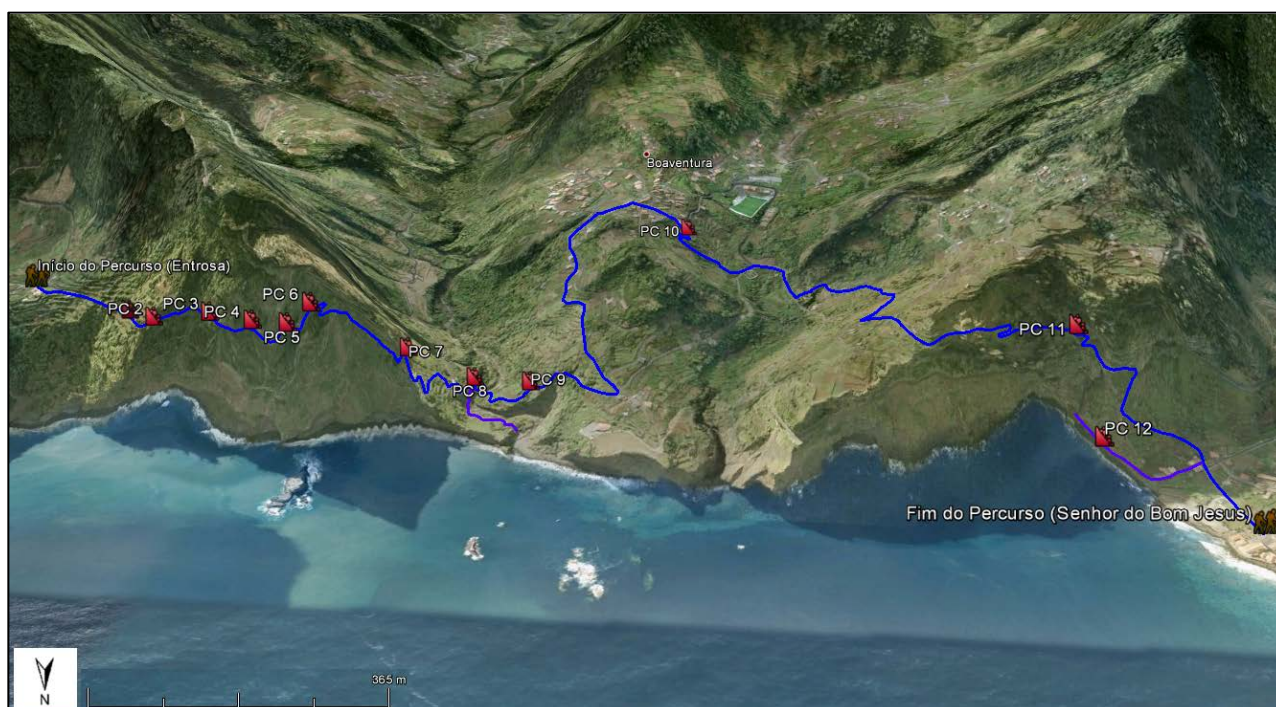


Figura 14: Vista 3D de Pontos Críticos

Complementarmente à inventariação de pontos críticos e à sua identificação e localização, quer na aplicação móvel quer no portal a construir, seria também pertinente que nos próprios locais se implementasse um sistema de sinalética que alertasse os turistas dos perigos mais relevantes em cada local. Essa sinalética deveria ser colocada com base em levantamento de evidências ao longo do percurso e atualizada periodicamente atendendo à evolução das condições do percurso.

A esse respeito, e com fins meramente indicativos, sugere-se aqui um exemplo de pictogramas a utilizar para, respetivamente, perigo de vertigens, perigo de queda de pedras, locais sem varandim e piso escorregadio.



Figura 15: Pictogramas para sinalética

8. Aplicação e Portal Nature Walks – NWalks

Os *sites* da internet são hoje em dia o principal meio de pesquisa de informação e de compra para o turista da RAM e em particular para turistas de TERN (IESE, 2008; ECAM, 2010).

Neles encontram informação sobre as regiões, sobre as unidades de alojamento, atividades, tradições e cultura. Através deles efetuam contatos com os agentes económicos, reservam e adquirem as passagens aéreas, o alojamento, ou bilhetes para uma excursão. O próprio pagamento se faz, frequentemente, via internet. A internet, as aplicações móveis e as redes sociais têm nos últimos anos assumido um enorme relevo em várias facetas da vida social e das atividades económicas. O turismo, enquanto fenómeno social e enquanto atividade económica não é exceção.

As redes sociais como o Facebook ou Twitter, além de servirem para promover os agentes económicos através do marketing social, são também um espaço de partilha de experiências, de opiniões e da satisfação com os locais visitados. O marketing do turismo é atualmente eminentemente relacional, ou seja, valoriza-se o contato entre as pessoas (turistas, agentes, comunidades), a troca de opiniões, o feedback. Por isso, depende bastante da internet e das redes sociais (Silva, 2013).

Os *smartphones* e as aplicações móveis, sobretudo usando sistemas *open source* como o Android, possibilitaram conjugar os serviços da internet com a comodidade da portabilidade. A aposta neste tipo de recursos, que permitem chegar a um público alargado a baixo custo, é particularmente importante para destinos e empresas de pequena dimensão a quem falte massa crítica para investir em grandes campanhas de promoção. Com um custo relativamente baixo, ao criar um *site*, uma página no Facebook ou uma App é possível aproximar os agentes turísticos do consumidor, publicitar e vender o produto e sobretudo, presumindo que se tem um produto de qualidade, beneficiar do feedback do turista e da sua recomendação.

A criação de valor no produto turístico associado aos percursos pedestres não poderia deixar de atender a esta tendência de valorização e utilização das tecnologias da informação e comunicação.

8.1 Aplicação Nature Walks – NWalks

Uma das propostas centrais de criação de valor para este produto, os percursos pedestres em áreas rurais e naturais, passou pela conceção e construção de uma aplicação móvel (App) denominada Nature Walks (NWalks). Com esta App pretendeu-se dar resposta à utilização autónoma dos percursos facultando aos turistas uma ferramenta georreferenciada que indicasse o percurso a seguir, assinalando os pontos de interesse e os pontos de perigo, indicasse localização de serviços de alojamento e restauração e permitisse dar o alerta em caso de situações de emergência, entre outras funcionalidades.

Uma pesquisa no portal de Apps de Portugal (<http://appsportugal.com>) revelou, entre mais de 1000 Apps para Android e iPhone, dois exemplos de Apps especificamente para percursos pedestres com informação sobre percursos, como lá chegar, pontos de interesse e fotos. Nenhuma possuía os aspetos mais inovadores desta proposta: as funcionalidades de alerta de pontos de perigo, funcionalidade SOS, a informação detalhada sobre restauração e alojamento e outras atividades.

O primeiro passo no desenvolvimento da aplicação foi a definição de requisitos e a criação de um diagrama de forma a descrever a aplicação a ser implementada. Com base nos requisitos definidos foi criado protótipo de baixa fidelidade de forma a conceber aspeto gráfico da aplicação.

Após a conceção, passou-se a implementação da aplicação Android através do uso do Android SDK (Software Development Kit). Foi usada a API (Application Programming Interface) do Google Maps para representar os mapas na aplicação, uma vez que é gratuita e de fácil implementação. Foi necessário obter uma API Key para poder usar a API.

Os dados necessários para a aplicação foram armazenados numa base de dados local com o uso de ficheiros XML, de modo a que estes estejam disponíveis ao utilizador sem necessitar de qualquer ligação a Internet. Esta apenas será necessária para as atualizações ou acesso a ficheiros tais como galeria de imagens adicionais ou para obter a localização atual do utilizador.

A interface gráfica da aplicação é constituída por vários *layouts* em XML. A aplicação em si foi implementada em código JAVA. Cada atividade/função é constituída por um ficheiro JAVA e um ou mais Layouts (XML).

Foram definidas as seguintes funcionalidades para a App:

Quadro 12: Funcionalidades da Aplicação Nwalks

Funcionalidades		Descrição
Minha localização (no mapa)		Mostra posição atual do utilizador com base na API do Google.
Percursos Pedestres	Lista	Apresenta uma lista de percursos com informações básicas: nome, local, distância, tempo médio e dificuldade.
	Filtros	Permite selecionar percursos filtrando por: local, grau de dificuldade, distância e duração.
	Ver no Mapa e Percorrer	Permite ver mapa da Madeira com localização dos Percursos Ao selecionar para percorrer um percurso é apresentada a posição atual do utilizador nesse percurso. São apresentados ao longo do percurso <i>ícones</i> e informação referentes a: <ul style="list-style-type: none"> • Hotelaria (nome, foto, pequena descrição, localização) • Restauração (nome, foto, pequena descrição, localização) • Serviços como farmácias (nome, foto, pequena descrição, localização) • Locais de Perigo/Atenção (descrição e cuidados a ter)
	Como chegar	Apresenta informações de como chegar a partir do autocarro ou de carro.
	Informação	Permite visualizar informação detalhada sobre o percurso nomeadamente: nome, descrição, fotos, extensão, duração etc.

	Conhecer melhor	Permite ouvir gravação de voz/vídeo sobre edifícios, monumentos ou pontos de interesse.
Alojamento	Lista	Apresenta uma lista de unidades de alojamento com informações básicas: nome, morada, preço e número de quartos etc. Permite ver localização da unidade de alojamento num mapa.
	Ver no mapa	Apresenta a localização do alojamento no mapa.
	Informação	Apresenta informação mais extensa sobre a unidade selecionada.
	Pré-reserva	Permite enviar mensagem de pré-reserva.
Restauração	Lista	Apresenta uma lista de restaurantes com informações básicas: nome, morada, <i>rating</i> e tipo de comida.
	Ver no mapa	Permite visualizar no mapa a localização do restaurante.
	Informação	Permite ver informação mais detalhada do restaurante.
	Pré-reserva	Permite enviar mensagem de pré-reserva.
Locais de Interesse	Lista	Apresenta uma lista de locais de interesse com informação básica.
	Selecionar	Apresenta informação mais extensa sobre local de interesse: descrição, horário, preço, fotos.
	Conhecer melhor	Permite ouvir gravação de voz/vídeo sobre edifícios, monumentos ou pontos de interesse.
Atividades	Lista	Apresenta uma lista de atividades ordenadas pela data de ocorrência com informações básicas de descrição e localização.
	Selecionar	Apresenta informação mais extensa sobre a atividade selecionada.
	Conhecer melhor	Permite ouvir gravação de voz/vídeo.
Alertas		Envia uma mensagem pré-definida e/ou observação escrita pelo utilizador, para entidade gestora (autarquia) indicando existência de situações de alerta (queda de pedras, rutura das levadas, queda de varandim etc).
SOS		Permita efetuar uma ligação com o serviço de emergência.

O modelo de negócios proposto consiste em fornecer a App gratuitamente aos utilizadores e disponibilizar informação dos agentes económicos, por valor simbólico, no sentido de promover quer a qualidade e comodidade da experiência dos turistas ao percorrer percursos, quer publicitar a restauração, hotelaria e outros serviços.

Complementarmente, para os restaurantes e unidades de alojamento que o pretendam, existirá o pagamento de pequena verba que suporte a construção e manutenção da App. O que aqui se propõe é que determinado restaurante ou unidade de alojamento ou outro local beneficiem de destaque adicional na App (aparecer primeiro nas pesquisas, mais informação, mais fotografias etc) em troca de pagamento de uma pequena taxa.

O retorno deve decorrer sobretudo do aumento da satisfação do turista – e tenha-se presente que a recomendação por familiares e conhecidos é um importante fator de escolha neste segmento, bem como da fidelização que também é elevada no TERN (IESE, 2008). Não se trata de ter lucro com a gestão da App, considerando que se propõe que seja assumida por entidade pública, a autarquia, mas sim financiar os custos com a criação e manutenção da mesma.

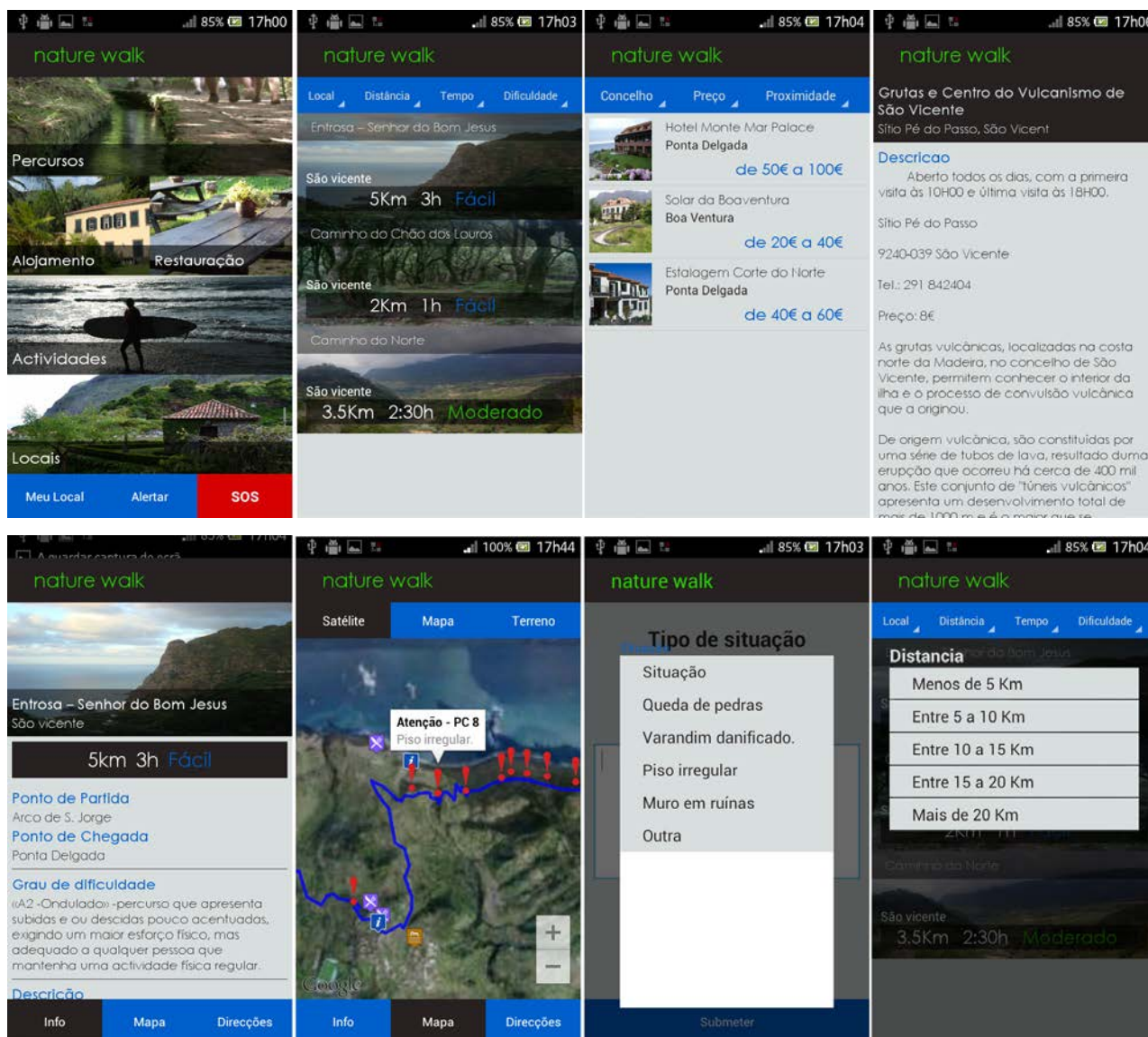


Figura 16: Imagens da Aplicação Nwalks

8.2 Portal Nature Walks

Considerando a já referida importância da internet no setor do turismo, procedeu-se também à construção de um Portal reunindo informação diversa, quer relativamente aos percursos (descrição, mapas, fotos, recomendações de conduta), quer pontos de interesse a visitar no concelho, serviços de alojamento e restauração, bem como atividades e festividades.

No fundo, dentro da lógica de funcionamento dos portais, pretende-se oferecer um conjunto de informação relevante para caminhanter e complementar com outros elementos a visitar no concelho, festividades e atividades, e integrar com atividades económicas nomeadamente hotelaria e alojamento, concentrando toda a informação num só local facilitando a pesquisa e a escolha por parte do turista. Atendendo ao público-alvo, será um portal multilingue.

Não sendo já nova a construção de portais de alojamento/restauração, considerou-se imprescindível a sua construção sobretudo porque a internet é o principal meio de pesquisa de informação e de

compra para o turista da RAM e, em particular, para turistas de TERN (IESE, 2008; ECAM, 2010). Além disso, acrescentou-se valor dotando o Portal de informação sobre os percursos, sobre atividades e locais a visitar no concelho, recomendações de conduta para caminhantes bem como a integração com a App Nwalks que daqui se pode descarregar e atualizar. Deste portal o utilizador poderá depois navegar para o *site* de entidades que o possuam.

A implementação deste portal começou pela definição de requisitos e funcionalidades e pela elaboração de protótipos de baixa fidelidade. A construção utilizou as linguagens HTML, PHP com o recurso a Javascript e CSS para criar o *design* gráfico do portal. Estas tecnologias são gratuitas e *standart* possibilitando uma implementação simples e um acesso generalizado por quem tenha um qualquer dispositivo com acesso à internet seja um PC, um portátil ou um *smartphone*.

Foi criada uma base de dados em MySQL, para armazenar a informação referentes aos percursos e outros elementos (restaurantes, alojamento, serviços públicos, etc.). Foi utilizada a API do Google Maps para a visualização dos mapas, alterando-se o código aberto de modo a corresponder aos requisitos da aplicação Web, nomeadamente o aparecimento de marcadores informativos e os pontos de interesse.

O posicionamento do percurso foi recolhido com recurso a GPS, através de ponto com coordenadas geográficas posteriormente alojados na base de dados. O mesmo se passa em relação aos marcadores. O *site* e seus dados foram alojados num servidor online, serviço adquirido à empresa ProAlojamento, registando-se um domínio próprio.

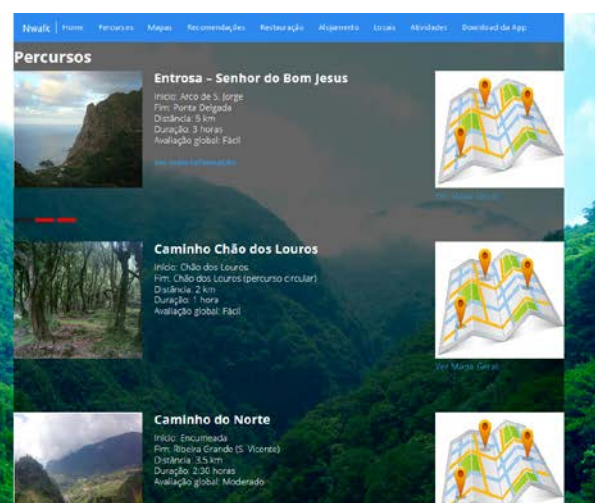
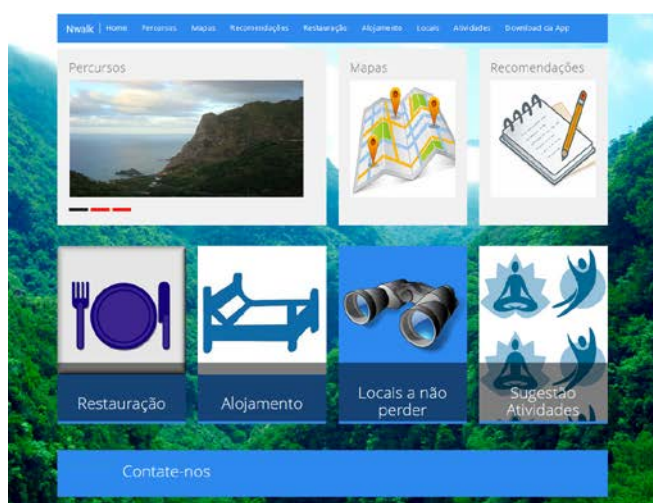
Quadro 13: Funcionalidades do Portal Nature Walks

Funcionalidades		Descrição
Percursos Pedestres	Lista	Apresenta uma lista de percursos com informações básicas: nome, local, distancia, tempo médio e dificuldade.
	Filtros	<i>Permite selecionar percursos filtrando por: local, grau de dificuldade, distância e duração.</i>
	Informação	Permite visualizar informação detalhada sobre o percurso nomeadamente: nome, descrição, fotos, extensão, duração, como chegar a partir do autocarro ou de carro etc.
	Ver no Mapa e Percorrer	Permite ver o mapa da Madeira com localização do Percurso. São apresentados ao longo do percurso <i>ícones</i> e informação referentes a: <ul style="list-style-type: none"> • Hotelaria (nome, foto, pequena descrição, localização) • Restauração (nome, foto, pequena descrição, localização) • Serviços como farmácias (nome, foto, pequena descrição, localização) • Transportes públicos (pequena descrição, localização) • Locais de Perigo/Atenção (descrição e cuidados a ter)
Mapa		Mostra a localização dos diversos percursos num mapa (API Google)
Alojamento	Lista	Apresenta uma lista de unidades de alojamento com informações básicas: nome, morada, preço e número de quartos etc. Permite ver localização das unidades de alojamento num mapa.
	Ver no mapa	Apresenta a localização da unidade de alojamento no mapa.

	Informação	Apresenta informação mais extensa sobre a unidade selecionada, bem como fotos.
	Pré-reserva	Permite enviar mensagem de pré-reserva.
Restauração	Lista	Apresenta uma lista de restaurantes com informações básicas: nome, morada, <i>rating</i> e tipo de comida. Permite ver localização de todos os restaurantes num mapa.
	Ver no mapa	Permite visualizar no mapa a localização de um restaurante.
	Informação	Permite ver informação mais detalhada do restaurante, bem como fotos.
	Pré-reserva	Permite enviar mensagem de pré-reserva.
Locais de Interesse	Lista	Apresenta uma lista de locais de interesse com informação básica.
	Selecionar	Apresenta informação mais extensa sobre local de interesse: descrição, horário, preço, fotos, vídeo.
Atividades	Lista	Apresenta uma lista de atividades ordenadas pela data de ocorrência com informações básicas de descrição e localização.
	Selecionar	Apresenta informação mais extensa sobre a atividade selecionada.
Recomendações		Apresenta recomendações de conduta e de segurança para praticantes de percursos pedestres.
Direcionar para <i>sites</i> próprios		Direciona para <i>sites</i> próprios das entidades públicas ou agentes económicos.
Descarregar App		Permite descarregar a App NWalks.

À semelhança do que se propõe para a App, o modelo de negócio proposto para o Portal consiste em fornecer acesso gratuito aos utilizadores e disponibilizar informação dos agentes económicos, por valor simbólico ou mesmo gratuito, no sentido de promover a comodidade da experiência dos turistas ao procurar percursos, estabelecimentos de restauração, hotelaria e outros serviços.

Complementarmente, para os restaurantes e unidades de alojamento que o pretendam, existirá o pagamento de pequena verba que suporte a construção e manutenção do Portal. Assim, determinado restaurante ou unidade de alojamento ou outro local poderá beneficiar de destaque adicional no Portal (aparecer primeiro nas pesquisas, mais informação, mais fotografias etc.) em troca de pagamento de uma pequena taxa. Não se trata de ter lucro com a gestão do Portal, considerando que se propõe que seja assumida por entidade pública, a autarquia, mas sim financiar os custos com a criação e manutenção do mesmo.



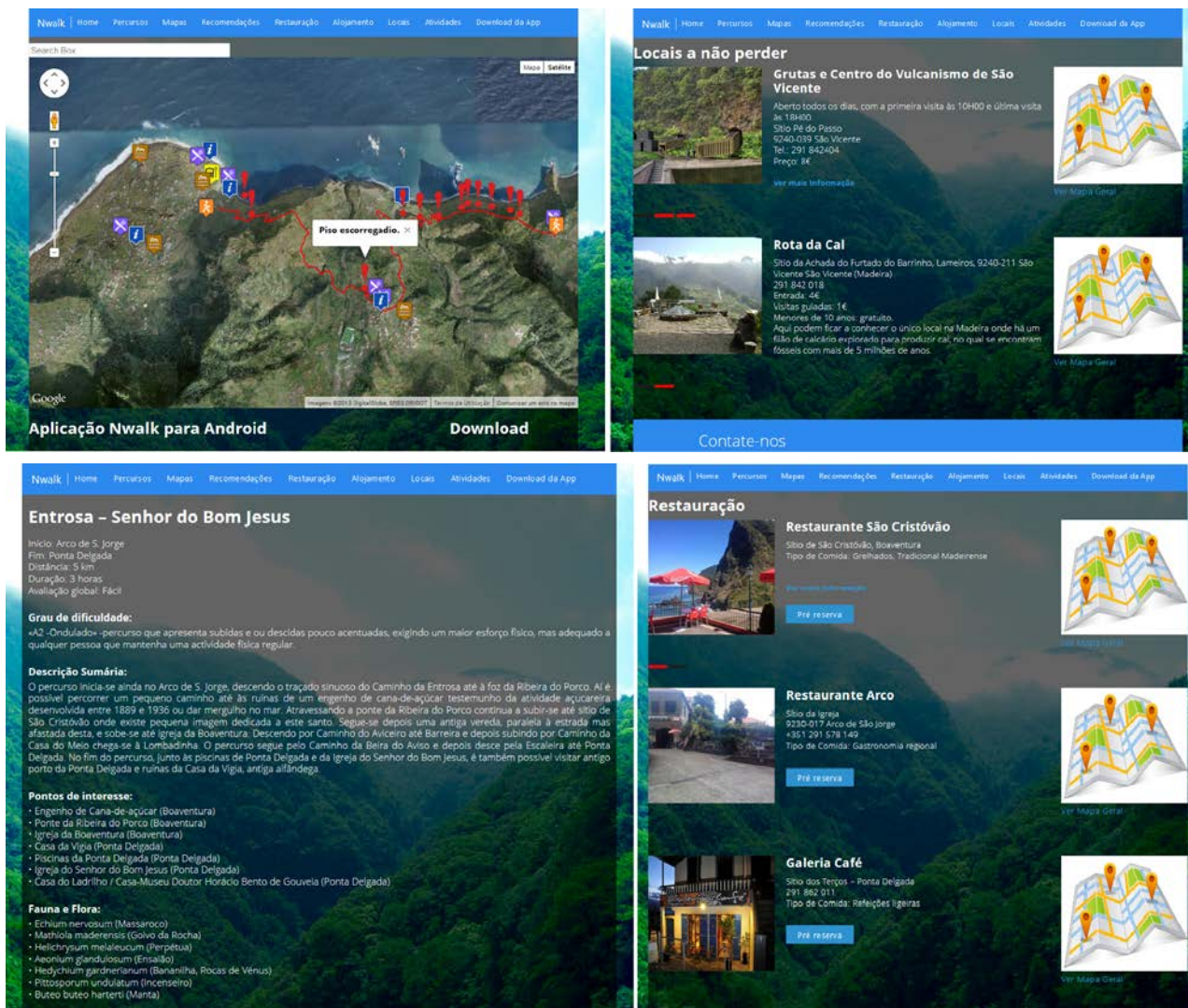


Figura 17: Imagens do Portal Nature Walks

O retorno deve decorrer sobretudo do aumento da satisfação do turista e da comodidade nos processos de pesquisa, escolha e compra. Complementarmente, a criação e dinamização de uma página de Facebook é uma forma simples e gratuita de apostar na componente relacional do marketing turístico: chegar aos turistas, familiares e amigos, receber feedback, criar promoções e eventos, divulgar a região, os serviços do restaurante ou unidade de alojamento e atividades para os turistas.

9. Sustentabilidade Económica

Ao nível da sustentabilidade económica do turismo TERN associado ao pedestrianismo, propõem-se medidas de dois âmbitos. Por um lado a sustentabilidade da aposta no pedestrianismo por parte da administração pública. Por outro lado a sustentabilidade na perspetiva da comunidade.

Como já referido, a construção quer da App quer do Portal tem subjacente um modelo de negócio que permita suportar os custos de criação e manutenção dos mesmos. No entanto, o mais importante no pedestrianismo será precisamente a qualidade do percurso pedestre. Como já vimos, para o percurso pedestre aqui tratado existe um conjunto de intervenções a realizar para o tornar

mais adequado e seguro. Além disso, depois, ao longo do tempo será necessária manutenção. Estas intervenções têm naturalmente custos.

Neste sentido, propõe-se a adoção de uma lógica de utilizador-pagador, já referida como adequada a questões ambientais e de turismo por exemplo pela CCE (1997; 2003). O Plano Regional de Política do Ambiente (2000) refere que o *“turismo é uma atividade que depende fortemente da qualidade do ambiente pelo que deveria também contribuir diretamente para a sua manutenção. A aplicação do princípio do utilizador-pagador (...) seria uma via importante para angaria receitas”* destinadas *“exclusivamente à gestão ambiental em áreas intrinsecamente relacionadas com a atividade turística”*.

Assim, a título de exemplo, considerando que a RAM recebe mais de 5 milhões de dormidas/ano, com um RevPAR médio de 31,42 euros, a introdução de uma Taxa Eco, mesmo num valor residual de por exemplo 0,20 euros por dormida permitiria arrecadar pelo menos um milhão de euros anual.

Este tipo de taxa não é, no entanto, consensual a nível regional, sendo criticado pelos agentes económicos do setor do turismo, sobretudo agentes de viagens e hoteleiros, e nunca foi adotada pelo Governo Regional. Caso se pretendesse fazer recair parte do custo sobre os residentes, no âmbito da recuperação dos percursos, que os residentes na RAM também utilizam, ou para suportar parte dos custos com Proteção Civil, por exemplo, poderia aplicar-se taxa semelhante associada à fatura da água ou do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Refira-se ainda que os custos relacionados com a recuperação dos percursos pedestres podem ser sujeitos a financiamento da União Europeia. De facto, o PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira, prevê fundos para a *“Beneficiação e Recuperação de Percursos”* (Medida 3.4), apoiando *“sob a forma de subsídio não reembolsável, no valor máximo de 100% das despesas elegíveis”*³⁹. Uma vez que o atual QREN termina a sua vigência em 2013 será necessário aguardar para verificar se o próximo, a partir de 2014, contempla também este tipo de medidas.

Quanto à sustentabilidade vista na perspetiva da comunidade, além da promoção da restauração, hotelaria e outros locais de interesse, que criam riqueza e emprego, faria também sentido que uma entidade pública, a autarquia, promovesse a criação de uma rede de produção e distribuição de produtos locais, nomeadamente produtos agrícolas e artesanais (i.e. licores, broas de mel) e que os fizesse chegar às unidades de restauração e hotelaria locais.

Existem diversos obstáculos à operacionalização deste tipo de medidas, nomeadamente a sazonalidade da produção, a reduzida quantidade produzida, o envelhecimento dos produtores/agricultores, a necessidade de certificação de produtores e produtos. Ainda assim,

³⁹ Portaria n.º 61/2010 de 30 de agosto de 2010

atendendo à reduzida dimensão da comunidade, e aos níveis ainda reduzidos de oferta e de procura no turismo TERN, seria importante a promoção da produção e distribuição destes produtos. Para os pequenos produtores proporcionaria um rendimento complementar e para os agentes económicos representaria um acréscimo de valor na medida em que ofereceriam produtos naturais, locais, a um turista que valoriza a autenticidade, rusticidade e a sustentabilidade ambiental.

10. Ordenamento do Território

As áreas percorridas pelo percurso proposto não se inserem dentro do Parque Natural da Madeira pelo que o Plano Diretor Municipal de São Vicente⁴⁰ (PDM 2002) será o instrumento de ordenamento mais indicado para enquadrar a salvaguarda deste percurso pedestre e elementos de interesse associados.

O PDM de São Vicente foi aprovado em 2002 não tendo ainda sido revisto. O PDM define na Planta de Ordenamento diversas tipologias de espaços. O percurso proposto insere-se numa envolvente com:

- Espaços Urbanos – Espaço Urbano Antigo e Espaço Urbano de Expansão;
- Espaços Agroflorestais – Floresta Mista, Matos, Espaços Agrícolas e Espaços Residenciais em Meio Rural;
- Espaços Naturais – Espaços Naturais de Uso Muito Condicionado (Arribas e Escarpas, Prados Naturais) e Espaços de Uso Condicionado (Áreas de Proteção de Linhas de Água).

A Planta de Condicionantes revela que o percurso se sobrepõe sobretudo a Arribas e Escarpas, Áreas Agrícolas e Prados Naturais.

No caso dos Espaços Naturais, nas áreas de uso condicionado e muito condicionado (Arribas e Escarpas; Áreas de Proteção de Linhas de Água e Prados Naturais) a intervenção é muito limitada e *“só podem existir atividades de conservação da natureza e, em percursos bem delimitados, usos de lazer e de recreio”* e *“instalações de apoio florestal e gestão ambiental, e à circulação nos eixos viários regionais sendo interdita a edificabilidade privada”* (PDM, 2002). Nas áreas agrícolas, *“apenas são permitidas por iniciativa de particulares, obras de reconstrução ou restauro”* (PDM, 2002).

O percurso atravessa, portanto, áreas cuja Planta de Condicionantes já protege bastante. Este facto é muito positivo no sentido de se manter a envolvente rústica e rural quer do percurso, quer da comunidade, que são tanto do agrado do turista de TERN.

⁴⁰ Resolução do Governo Regional da Madeira n.º 3/2002/M de 25 de julho. Publicado no Diário da República n.º 215, I-B Série de 17 de setembro de 2002

O percurso passa pontualmente por áreas com maior intervenção humana, nomeadamente o centro da Boaventura e a Lombadinha. As áreas urbanas antigas e de expansão correspondem ao núcleo urbano do Sítio da Igreja, Boaventura. Nas áreas de Espaço Urbano Antigo o PDM prevê limitação de demolição de edifícios (excepto sem interesse arquitetónico ou em ruína) e um conjunto de limitações a novas construções defendendo que deve a *“linguagem arquitetónica integrar-se no conjunto”*. Nas áreas de Espaço Urbano de Expansão existem também limitações à construção defendendo *“morfologias edificadas definidas pelo tipo dominante na envolvente”*. Quanto à Lombadinha, Espaço Residencial em Meio Rural, as limitações são ainda maiores e exige-se a *“salvaguarda das características panorâmicas das vias”*.

Para valorizar o percurso considerou-se pertinente elencar um conjunto de sugestões no sentido de reforçar a preservação dos elementos ambientais (culturais e naturais) que lhe conferem valor enquanto produto turístico. Estas sugestões prendem-se nomeadamente com a preservação das características do próprio caminho, o enquadramento paisagístico ao longo deste caminho, a preservação ambiental e da paisagem, a preservação e valorização de pontos de interesse.

A respeito da preservação das características do caminho propõe-se, particularmente nas extensões mais tradicionais, de antigo caminho real, a classificação do percurso como de interesse municipal, dotando-o assim de mecanismo de proteção e assegurando a manutenção do piso e traçado original.

A zona de proteção assim criada deverá limitar as intervenções e construções que cruzem ou se realizem ao longo do percurso, no sentido de salvaguardar o seu traçado e as características históricas, rurais e rústicas. Paralelamente deveria ser classificado como conjunto de interesse municipal o núcleo do antigo engenho de cana-de-açúcar e ponte na foz da Ribeira do Porco bem como a Casa da Vigia na Ponta Delgada. Assim, ao classificar como conjunto de interesse municipal o percurso e imóveis referidos, convertendo-os em núcleos museológicos protegidos, salvaguardam-se os elementos culturais, que somados aos valores naturais, enriquecem o produto turístico.

Aliás, o PDM já referia em 2002 a importância de se vir a classificar como de interesse municipal o *“Núcleo do antigo Engenho da foz da Ribeira do Porco”*. Não refere explicitamente o percurso, o caminho real, a ponte ou a Casa da Vigia mas considera de interesse patrimonial *“caminhos tradicionais”, “construções relacionadas com o aproveitamento da água” e “conjuntos edificados com valor cénico, e que configuram a imagem da memória coletiva das populações”*. Nestes facilmente se integrariam os elementos construídos em apreço.

A classificação municipal, de acordo com PDM e legislação do património cultural⁴¹, permite que “quando não exista publicada zona de proteção especial para os Imóveis Classificados é fixada uma zona de proteção com 50 metros de raio à volta do elemento classificado” e “não é permitido executar quaisquer obras de demolição, instalação, construção ou reconstrução, em edifícios ou terrenos, sem o parecer favorável da entidade com competência na matéria” (PDM, 2002).

O PDM já define, e deverá naturalmente manter, condicionantes aos usos de solo nas freguesias da Boaventura e Ponta Delgada, e em particular nas áreas atravessadas pelo percurso, que salvaguardam a ruralidade, os usos e paisagens agrícolas.

Seria ainda conveniente assinalar com placas informativas multilingue os elementos de interesse, cultural e natural de forma a valorizar estes elementos, promover a educação ambiental e cultural e permitir aos turistas conhecer pequenos retratos da vivência rural que se vão perdendo da memória.

Em termos de risco natural, a cartografia de risco criada em 2012 no âmbito do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil revela que o percurso atravessa espaços em que se destacam os riscos de movimento de massa, “*Susceptibilidade Moderada*”, na vertente da Entrosa e na vertente sobre a Ponta Delgada. Também na vertente sobre a Ponta Delgada, junto à Vigia e Escaleira, refere-se “*Perigosidade Elevada*” de incêndio florestal.

A cartografia de risco realizada no âmbito da revisão do PDM, em 2011, refere sobretudo susceptibilidade elevada a escorregamentos e queda de blocos nas vertentes da Entrosa e na vertente que desce para a Ponta Delgada.

No entanto, ainda que esta cartografia forneça referências importantes, a sua escala de análise não é a apropriada para avaliar a perigosidade ao longo do percurso. Uma vez que era necessário uma análise mais detalhada, quer das áreas em que as evidências no local demonstram que se justifica a sinalização de alerta, quer das áreas a necessitar de intervenção de recuperação, realizou-se o levantamento de evidências de pontos críticos já referido aquando da descrição do percurso. Estes pontos estão sobretudo relacionados com movimento de massa, principalmente queda de blocos ou desabamentos, desmoronamento de caminhos e muros e pontos onde o piso é escorregadio, e motivaram proposta de intervenção referida nas medidas de recuperação.

Considerou-se ainda pertinente que a App Nwaks e Portal tenham esses pontos assinalados alertando assim utilizadores. Em caso de emergência, a App permite também contactar a Proteção Civil (112).

Note-se que o território da RAM, e em particular as áreas de vertente, são muito propensas a fenómenos de perigosidade natural não sendo possível evitá-los completamente. Aliás, uma

⁴¹ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro e Decreto-Lei n.º 309/2009 - de 23 de outubro

intervenção estrutural, pesada, sobre os percursos pedestres poderia até reduzir a exposição mas desvirtuaria a paisagem, as veredas e as levadas. O turismo em áreas naturais e rurais, sobretudo em áreas declivosas, tem inevitavelmente um nível de risco aceitável diferente, por exemplo, do *touring* cultural no centro do Funchal.

11. Promoção da Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade do turismo, como vimos anteriormente, depende não apenas da viabilidade económica mas também da preservação de valores naturais e culturais que garanta a qualidade e atratividade do destino. Assim, além da sustentabilidade económica considera-se também a sustentabilidade ambiental ou, decompondo-a, a sustentabilidade natural/ecológica e a sustentabilidade sociocultural.

Já aqui se abordaram questões relacionadas quer com a sustentabilidade económica, quer com a sustentabilidade ambiental através do ordenamento do território. No entanto, e reiterando que é precisamente a preservação dos valores ambientais, sejam naturais, culturais ou construídos, que aumenta a atratividade e viabilidade de um destino turístico, particularmente no segmento TERN, existem outras iniciativas que permitiriam reforçar a sustentabilidade ambiental, e, por arrasto, a sustentabilidade económica.

De facto, como já ao longo do Capítulo II se referiu, o turista atual, particularmente no segmento TERN, privilegia a qualidade, a sustentabilidade, a autenticidade, a singularidade e o respeito pelo ambiente e integra estes critérios no seu processo de escolha (Cunha, 2006; Ribeiro, 2003; Pinto, 2004; Heras, 2004; CCE, 2007).

Esta tendência é algo que os agentes económicos reconhecem e os faz procurar reconhecimento nessas áreas. Aliás, estabelecimentos de alojamento e restauração procuram cada vez mais obter certificações ambientais. A título de exemplo, a Associação Portuguesa de Certificação (APCER) define na ERS 3001 – TER, com base na ISO 9001⁴², em conjunto de requisitos de serviço de qualidade em Turismo no Espaço Rural. No *site* da Rede Europeia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável⁴³ referem-se dezenas de certificados e prémios de carácter ambiental.

O concelho de São Vicente, e em particular a freguesia da Boaventura, possui uma paisagem e ruralidade marcante e uma natureza imponente. Não faltam atrativos para os turistas do segmento TERN. Falta-lhe, porventura, reconhecimento, divulgação e, lamentavelmente, turistas. A classificação do concelho, ou pelo menos da freguesia da Boaventura como Reserva da Biosfera

⁴² Norma da International Organization for Standardization para a qualidade

⁴³ <http://www.ecotrans.org>

traria por certo visibilidade e um carácter distintivo, aumentaria o reconhecimento e facilitaria a promoção deste destino, aumentando a sua capacidade de atração.

Essa classificação implicaria um investimento, desde logo de tempo e dedicação por parte das autoridades. Traria também acrescida responsabilidade e reforçados instrumentos de proteção e ordenamento do território que contribuiriam para a sustentabilidade ambiental (natural e cultural). O aumento da atração de turistas do segmento TERN contribuiria para a sustentabilidade económica.

Em 2012 o concelho de Santana viu ser-lhe atribuído o galardão de Reserva da Biosfera precisamente com base na sua ruralidade que convive harmoniosamente com a natureza. Num ano, as dormidas no concelho aumentaram 20% ao mesmo tempo que baixavam na generalidade dos concelhos da RAM (DREM, 2013a). Um ano não define uma tendência e poderá ter havido algum efeito de ‘novidade’. Ainda assim um crescimento desta natureza não é, certamente, negligenciável.

No mesmo sentido, a singularidade da floresta Laurissilva rica em endemismos, a paisagem e a vivência rural, bem como outros elementos de natureza geológica como os túneis lávicos (Grutas de São Vicente) e os depósitos de calcários recifais nos Lameiros (Rota da Cal) constituem elementos que poderiam suportar a constituição de um Geoparque no concelho. Se esse projeto fosse realizado em conjunto pelos três concelhos da Costa Norte, a riqueza de elementos naturais e culturais seria ainda maior.

Os percursos, pedestres ou automóveis, são uma aposta crescente e geralmente de carácter genérico, sem uma tematização ou motivo de visitação concreto. No entanto, a existência de elevado número de elementos de valor natural ou cultural permite que se desenhem circuitos ou mesmo rotas temáticas. A integração desses elementos na oferta aumenta o reconhecimento e atratividade do destino (TP, 2007).

Neste trabalho tem sido abordada essa integração com base num percurso pedestre. No entanto, um Geoparque, complementarmente, poderia assumir-se como instrumento agregador e, além disso, de ordenamento e proteção do território. O ordenamento do território aliado à conservação e à preservação do ambiente contribui para o desenvolvimento sustentável e em última análise valoriza e distingue um território enquanto destino turístico. Além disso, as medidas de proteção e ordenamento associadas ao Geoparque deveriam acautelar a existência de áreas de maior risco natural.

Existem em Portugal três destes Geoparques – Geoparque de Arouca, Geopark Naturtejo e Geoparque Açores, que assim promovem o seu património geológico, geomorfológico, fauna e flora mas também *“património arquitetónico, cultural, etnográfico e imaterial de inegável valor”*

(<http://www.azoresgeopark.com> em 10/09/2013). Nestes locais “as atividades geoturísticas desenrolam-se paralelamente a uma vasta e original oferta de produtos turísticos de qualidade, que vão da gastronomia ao património histórico e dos eventos desportivos às festividades religiosas tradicionais” (<http://www.naturtejo.com> em 8/06/2013).

Uma vez que é esta abordagem integrada aos elementos naturais e culturais como suporte da sustentabilidade ambiental e económica que se defende neste trabalho, a constituição de um Geoparque, como a aposta em percursos pedestres, poderá representar um fator importante para o desenvolvimento do TERN. Além disso, integrando a educação ambiental e a preservação promove-se o desenvolvimento sustentável da comunidade.

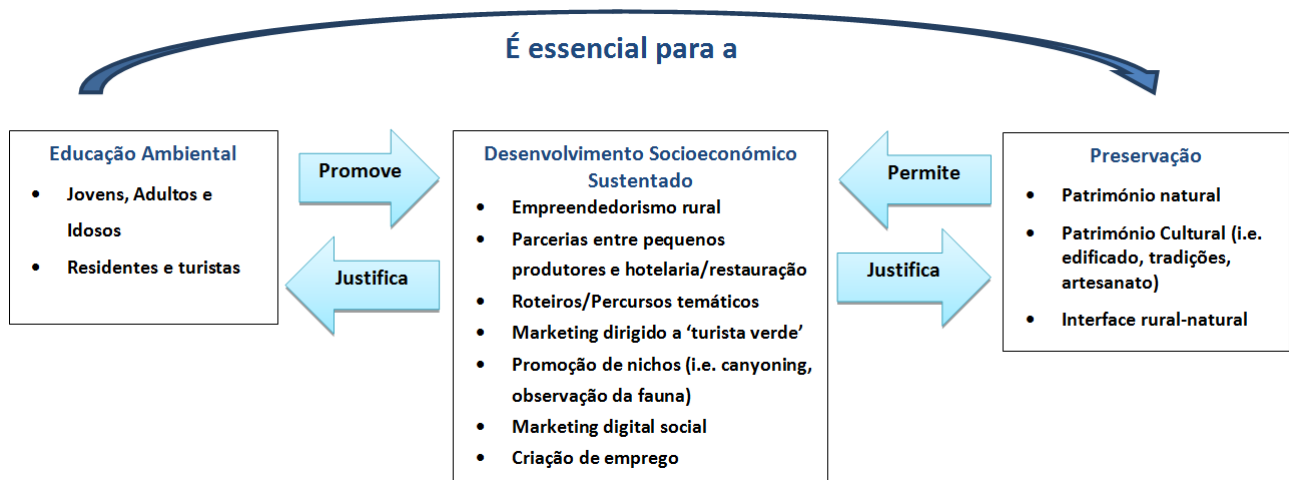


Figura 18: Os 3 Pilares de um Geoparque

Capítulo IV - Conclusão

1. Discussão de resultados

As questões de partida para este trabalho prendiam-se essencialmente com a perceção de que o turismo é a base da economia regional e de que, apesar de os principais valores referidos pelos turistas como “motivação” da viagem serem de ordem natural, é o produto “Funchal” que reúne o grosso da oferta e procura turística regional enquanto o turismo associado a áreas rurais e naturais (TERN) tem, pelo menos estatisticamente, um peso residual.

Além disso, pretendeu-se refletir sobre a aposta no TERN e delinear uma proposta de intervenção com base nos percursos pedestres, principal atividade praticada neste segmento de turismo e realizada por quase metade de todos os turistas que visitam a RAM.

A análise realizada a um conjunto vasto de documentos e estatísticas deixa claro que sim, efetivamente o turismo é um principal pilar da economia regional e uma atividade estratégica para o desenvolvimento económico-social da RAM. De facto, avaliado em contributo (direto e total) para o PIB, emprego, exportações e investimento, o turismo é uma atividade económica de extrema importância.

Na RAM, como vimos, o peso relativo do turismo é muito significativo e chega a ser o dobro do registado a nível nacional. Aliás, diversos documentos estratégicos emanados pela administração pública regional insistem, como vimos, na importância do turismo enquanto pilar estratégico do desenvolvimento regional e pedra angular do seu desenvolvimento na próxima década.

Quanto à importância do Funchal no turismo revelou-se também por demais evidente. O Funchal concentra cerca de dois terços da oferta de alojamento e mais ainda no que se refere a dormidas e proveitos.

Questionou-se ainda se o produto turístico dominante está consolidado mas não tem crescido significativamente. A análise da evolução nos últimos 20 anos mostra a existência de duas fases bem distintas. A uma primeira fase na década de 1990 de crescimento acentuado de dormidas, que quase duplicaram entre 1993 e 2001, e de hóspedes, que mais do que duplicaram entre 1993 e 2000, seguiu-se na primeira década deste século uma estagnação no número de dormidas que se mantém em valores em torno dos 5,5 milhões apesar de subidas em 2007 e 2008 e quedas em 2009 e 2010. Também a evolução do número de hóspedes foi nesta década menos significativa mantendo-se pouco acima dos 800 mil, exceto entre 2006 e 2009.

No caso do turismo em espaços rurais e naturais, a contabilização estatística é feita com base na tipologia de alojamento e, segundo esta, não existem na RAM unidades de alojamento em turismo de natureza e as unidades de alojamento de turismo no espaço rural representam peso residual no que se refere quer a dormidas, quer a oferta de alojamento.

Ainda assim, se nos desprendermos deste critério estatístico e considerarmos quer as motivações dos turistas, quer as atividades por eles realizadas, verificamos que para os visitantes em férias a principal atração foi o contato com a natureza e que chamados a avaliar diversos indicadores, a paisagem e natureza foram precisamente os que obtiveram melhor avaliação, aliás, a avaliação mais alta em todos os mercados, sem exceção.

Além disso, os passeios a pé, a atividade privilegiada para desfrutar desses elementos, são realizados por grande parte dos turistas (41%) – mesmo aqueles para quem a paisagem e natureza não eram motivo principal e que retiram dessa atividade elevado índice de satisfação.

Dependendo assim o turismo tanto da paisagem e do ambiente existe uma maior preocupação com a sustentabilidade e com a conservação do ambiente de que beneficia quer o produto turístico, quer a própria região e a sua população.

Deve ainda ter-se em mente que muitos dos turistas que visitam a Madeira com motivações e prática de atividades características do TERN ficam alojados em unidades hoteleiras – incluindo nas próprias áreas rurais, não classificadas como TER, e não são por isso contabilizados. Mesmo que nos foquemos apenas no que é classificado estatisticamente como TER, desde 2002 as dormidas aumentaram 32% e os proveitos 71,3% ao passo que no mesmo período os estabelecimentos hoteleiros perderam 1% das dormidas e os proveitos aumentaram apenas 5%.

Confirma-se, portanto, que os segmentos turísticos relacionados com os espaços rurais e naturais e atividades como o pedestrianismo estão em crescimento acentuado e permitem uma maior sustentabilidade do turismo. Os vários documentos analisados no ponto referente a ‘Política e Estratégia para o Setor do Turismo’ concordam também na necessidade de diversificar o produto turístico investindo no turismo em áreas rurais e naturais, particularmente na costa Norte, e nos percursos pedestres.

Pretendeu ainda avaliar-se se São Vicente possui um património ambiental, natural e cultural, que lhe confere potencial para uma aposta bem-sucedida nesses segmentos de turismo e se a aposta no turismo em espaços rurais e naturais e percursos pedestres pode, e deve, integrar o ordenamento do território, a gestão do risco, a sustentabilidade natural, cultural e económica bem como as tecnologias da informação e comunicação na criação de valor.

Efetivamente, São Vicente possui elementos naturais e edificados de elevado valor cultural e paisagístico, uma paisagem imponente e marcadamente rural bem como uma vivência cheia de história e estórias. A proposta de intervenção delineada pretendeu demonstrar, através de um percurso pedestre, que é possível a ligação entre os elementos naturais e os culturais oferecendo ao turista, alojado ou não em TER, um produto rico e uma experiência de qualidade.

Foi também possível integrar na proposta elementos de gestão do risco, nomeadamente através da intervenção no percurso e funcionalidades da App Nwalks, do ordenamento do território, através das sugestões ao nível do PDM e classificação de imóveis de interesse, bem como a sustentabilidade em diferentes âmbitos. As tecnologias da informação e comunicação, através da App, Portal e redes sociais contribuem para a sustentabilidade económica do produto promovendo as atividades económicas do concelho, particularmente hotelaria e restauração. Também as propostas em termos de financiamento europeu ou através de Taxa Eco e o modelo de negócios quer da App quer do Portal contribuem para essa sustentabilidade. Adicionalmente, propõe-se o investimento em projetos de valorização e distinção ambiental nomeadamente a constituição do Geoparque e candidatura a Reserva da Biosfera pelo duplo benefício destas iniciativas: criam valor acrescentado, distinção e promovem o produto turístico e, além disso, reforçam o ordenamento do território e, com ele, a gestão de áreas de risco.

Bibliografia

- Abranja, N. & Almeida, I. (2009). Turismo e Sustentabilidade. *Cogitur: Journal of Tourism Studies*, 15-31.
- Abreu, U. (2007). *Riscos Naturais no Ordenamento do Território: aplicação ao município de Câmara de Lobos*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- ACIF. (2008). *Low cost carriers: high success, high impact? Cenários prospectivos de desenvolvimento turístico da RAM*. Funchal: Associação Comercial e Industrial do Funchal.
- Andrade, R. (2012). Rio + 20: um exercício possível. *Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense(UFSC)*, 13-23.
- Andrade, W. (2003). Implantação e manejo de trilhas. In S. M. (org), *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planeamento responsável* (pp. 247-260). Brasília: WWF Brasil.
- AREAM. (2000). *Plano Regional da Política do Ambiente*. Obtido em 1 de fevereiro de 2013, de Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM: <http://www.arem.pt>
- Ataíde, J. (1932). Algumas notas sobre turismo em Portugal. In Santos, L. (1934). *Turismo, 1933-34, 1935-36: anuário* (2ª ed.). Lisboa: Tipografia do Comércio.
- Avelar, L. (2002). *Dicionário de Montanha e Escalada*. Obtido em 1 de março de 2013, de http://luis-avelar.planetaclix.pt/dicionario/dicio_p.htm.
- Ayala-carcedo, F., & Cantos, J. (2002). *Riesgos naturales*. Barcelona: Ariel Ciencia.
- Baptista, F. (2006). O Rural depois da Agricultura. In M. Fonseca, *Desenvolvimento e território: Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Bateira, C. (2001). *Movimentos de Vertente no NW de Portugal, Susceptibilidade Geomorfológica e Sistemas de Informação Geográfica*. Porto: Universidade do Porto.
- Batouxas, M., & Viegas, J. (1998). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Baud, P., Bourgeat, S., & Bras, C. (1999). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Plátano Editora.
- Baud-Bovy, M., & Lawson, F. (1998). *Tourism and Recreation Handbook of Planning and Design*. Princeton: Architectural Press.
- Baum, T., & Lundtorp, S. (2001). *Seasonality in Tourism*. Oxford: Pergamon.
- Beck, U. (1992). *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage.
- Beni, M. (1997). *Análise Estrutural do Turismo* (10ª ed.). São Paulo: SENAC.
- Braga, T. (2006). *Pedestrianismo e Percursos Pedestres: Manual de formação*. Ponta Delgada: Amigos dos Açores.
- Butler, R. (1999). Sustainable Tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 7-25.
- Câmara Municipal de São Vicente. (2002). *Plano Diretor Municipal*. Ratificado pela Resolução do Governo Regional da Madeira n.º 3/2002/M de 25 de Julho, Diário da República n.º 215, I-B Série de 17 de Setembro de 2002.
- Careto, H., & Lima, S. (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 1*. Lisboa: GEOTA.

- Castro, C. (2005). *Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas*. Anuário do Instituto de Geociências, 11-30.
- Cavaco, C. (1993). Da integração na PAC ao turismo cinegético. *INFORGEO*, 6, 37-53.
- CCE. (1995). *O papel da União em matéria de turismo - Livro Verde*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- CCE. (2000). *Para um turismo rural de qualidade — Gestão integrada da qualidade (GIQ) dos destinos turísticos rurais*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CCE. (2001). *Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- CCE. (2002). *Sustainable tourism based on natural and cultural heritage*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- CCE. (2003). *Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- CCE. (2007). *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- CED. (2009). *System of Measures for Excellence in Destinations – Madeira*. Monreal: World Centre of Excellence for Destinations.
- Conselho da Europa. (1983). *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. DGOTU.
- Cooper, C., Flechter, J., Wanhill, S., Gilbert, D., & Shepherd, R. (1998). *Turismo: Princípios e Práticas*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Cooper, C., Flechter, J., Wanhill, S., Gilbert, D., & Shepherd, R. (2001). *Turismo: Princípios e Práticas* (2ª ed.). S. Paulo: Artmed Editora.
- Cunha, L. (2003). *Perspetivas e Tendências do Turismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cunha, L. (2007). *Introdução ao Turismo* (3ª ed.). Lisboa: Editorial Verbo.
- Cunha, L. (2010). A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. *CPES - Atas de Conferências Nacionais*. Centro de Pesquisa e Estudos Sociais.
- Cutter, S. (2001). *American Hazardscapes: the regionalization of hazards and disasters*. Washington: Joseph Henry Press.
- Domp. (2002). *Estudo do Turismo da Madeira*. Funchal: DOMP.
- DREM. (2002). *Estatísticas do Turismo 2001*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2003). *Estatísticas do Turismo 2002*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2006). *Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia 2000-2005*. Funchal: Direção Regional de Estatística.
- DREM. (2008a). *Estatísticas do Turismo 2007*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2008b). *Estatísticas do Turismo 2003-2008*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2008c). *Contas Satélite do Turismo da Macaronésia*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.

- DREM. (2010). *Estatísticas do Turismo 2009*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2012a). *Estatísticas do Turismo 2011*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2012b). *Estatísticas do Turismo 2007-2011*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2013a). *Estatísticas do Turismo 2012*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- DREM. (2013b). *Série Retrospectiva de Estatísticas do Turismo 1976-2012*. Funchal: Direção Regional de Estatística.
- DREM. (2013c). *Contas Regionais 1995-2010 e 2011P*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- Dumazedier, J. (1988). *Révolution culturelle du temps libre et pratiques touristiques*. Aix-en-Provence : Université de droit, d'économie et des sciences, Centre des hautes études touristiques.
- ECAM. (2010). *Estudo do gasto turístico*. Funchal: ECAM.
- FCMP. (2001). *Percursos Pedestres - Normas Para Implantação e Marcação*. Federação de Campismo e Montanha de Portugal.
- FCMP. (2006). *Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres*. Federação de Campismo e Montanha de Portugal.
- Ferreira, L. (2004). *Planeamento Estratégico em Turismo – O caso da Albufeira de Castelo de Bode*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Ferreira, L. (2009). Impactos do Turismo nos Destinos Turísticos. *Percursos & Ideias Revista Científica do ISCET*.
- Figueiredo, E. (1999). Ambiente Rural: A Utopia dos Urbanos. In C. Cavaco, *Desenvolvimento Rural: Desafio e utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Figueiredo, E. (2003). Quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar: algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In O. Simões, & A. Cristóvão, *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Figueiredo, E. (2011). *O Rural Plural: Olhar o presente, imaginar o futuro*. Alentejo: 100LUZ.
- Firmino, M. (2007). *Turismo: Organização e Gestão*. Lisboa: Escolar Editora.
- Foster, D. (1992). *Viagens e Turismo*. Mem Martins: EDIÇÕES CETOP.
- Fraga, A. (2005). *Manual para o investidor em Turismo de Natureza*. Bensafrim: Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.
- Fuster, L. (1967). *Teoría y Técnica del Turismo*. Madrid: Editora Nacional.
- Gonçalves, C. (2012). Desastres Naturais - Algumas considerações: Vulnerabilidade, Risco e Resiliência. *Revista Territorium*.
- GR. (2002). *Plano de Ordenamento Turístico da RAM* (Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M, 29 de Agosto). Obtido em 1 de fevereiro de 2013, de <http://www.visitmadeira.pt>
- Graburn, N. (1989). Tourism: The Sacred Journey. In Smith, V. (1989). *Hosts and guests: The anthropology of tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Heras, M. (2004). *Manual del Turismo Sostenible. Como Conseguir un Turismo Social, Económico y Ambientalmente Responsable*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

- IDR. (2013). *Diagnóstico prospetivo Regional - Compromisso Madeira 2020*. Funchal: Instituto de Desenvolvimento Regional .
- IESE. (2008). *Estudo de Caraterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- INE. (2003a). *Estudo sobre o PIB regional da Região Autónoma da Madeira*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2003b). *Estudo de Implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal: Programa Operacional da Economia*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2003c). *Estatísticas do Turismo 2002*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2012a). *Estatísticas do Turismo 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2012b). *Censos 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2013). *Estatísticas do Turismo 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Irving, M., Bursztyn, I., Sancho, A., & Melo, G. (2005). Revisitando significados em sustentabilidade no planeamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 1-7.
- Joaquim, G. (1994). *Turismo e ambiente: complementaridade e responsabilidade*. Lisboa: ISCTE.
- Julião, R. (coord.). (2009). *Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (sig) de base municipal* . Lisboa: Autoridade Nacional de Protecção Civil.
- Körössy, N. (2008). Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8, 56-68.
- LEADER. (2001). A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais. Bruxelas: Observatório Europeu LEADER.
- Leal, C. (2001). *O Turismo Rural e a União Europeia: Uma realidade em expansão*. Coimbra: Almedina.
- Leoni, B., Radford, T., & Schulman, M. (2011). *Disaster through a different lens*. United Nations Office for Disaster Risk Reduction.
- Lew, A., Hall, C., & Williams, A. (2004). *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lickorish, L., & Jenkins, C. (2000). *Introdução ao Turismo*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Lopes, A. (2003). *Percursos Pedestres no Parque Natural do Vale do Guadiana: contribuição para a sua implementação no âmbito do turismo de natureza*. Évora: Universidade de Évora.
- Lourenço, L. (2003). Análise de riscos e gestão de crises. O exemplo dos incêndios florestais. *Revista Territorium*, 89-100.
- Matos, A. (2003). *Boaventura*. Funchal: Diocese do Funchal.
- Matos, A. (2003). *Ponta Delgada*. Funchal: Diocese do Funchal.
- Meadows, D. L., Meadows, D. H., Randers, J., & Behrens, W. W. (1972). *Limits to Growth*. Nova York: Universe Books.
- MEE. (2013). *Plano Estratégico do Turismo: horizonte 2013-2015*. Lisboa: Ministério da Economia e Emprego.
- Mendes, D. (2008). *Perfil Toponímico de Ponta Delgada*. São Vicente: Edição de Autor.

- Middleton, V. (1996). *Marketing in Travel and Tourism* (2ª ed.). Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Moniz, A. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Moreira, F. (1994). *O turismo em espaço rural: Enquadramento e expressão geográfica em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Neves, H. et al. (1997). *Laurissilva da Madeira*. Lisboa: Ministério do Ambiente.
- Nöthiger, C., & Elsasser, H. (2004). Natural Hazards and Tourism: New Findings on the European Alps. *Mountain Research and Development*, 24-27.
- OCDE. (1994). *Creating rural indicators for shaping territorial policies*. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- Oliveira, E. (2006). *Estratégias para a Dinamização do Turismo Rural e Ambiental no Concelho da Póvoa de Lanhoso*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Oliveira, E. (2007). *Caderno Técnico de Percursos Pedestres*. Vila Nova de Cerveira: Escola de Desportos de Montanha.
- Oliver, C. (2011). *Catastrophic Disaster Planning and Response*. Boca Raton: CRC Press.
- OMT & ONU. (1994). *Recommendations on Tourism Statistics*. Nova York: Organização Mundial do Turismo.
- OMT & UNEP. (2005). *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*. Paris: United Nations Environmental Programme.
- OMT & UNEP. (2012). *Tourism in the Green Economy - Background Report*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- OMT, ONU, & EUROSTAT. (2008). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. Luxemburgo, Madrid, Nova Iorque, Paris: United Nations Publication.
- OMT. (1993). *Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- OMT. (1995). *Concepts, Definitions, and Classifications for Tourism Statistics - Technical Manual*. Nova York: Organização Mundial do Turismo.
- OMT. (1998a). *Agenda para Planificadores Locais: Turismo Sostenible y Gestión Municipal*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- OMT. (1998b). *World Tourism Organization Handbook on Natural Disaster Reduction in Tourist Areas*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- OMT. (2001). *Introdução ao turismo* - Tradução Dolores Martins Rodriguez Corner. São Paulo: Roca.
- OMT. (2002). *The British Ecotourism Market*. Obtido em 1 de abril de 2013, de OMT (UNWTO): <http://sdt.unwto.org/en/content/ecotourism-and-protected-areas>
- OMT. (2013). *Tourism Highlights*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- ONU, Commission Economique pour le Europe. (1988). *La planification de l'Espace pour les loisirs et le tourisme dans les pays de la region de la CEE*. Nations Unies.
- ONU. (1987). *Our Common Future*. Nova York: Organização das Nações Unidas.

- ONU. (2002). *Report of the World Summit on Sustainable Development*. Joanesburgo: Organização das Nações Unidas.
- ONU. (2005). *Avaliação ecossistêmica do milénio*. Nova York: Organização das Nações Unidas.
- ONU. (2012). *The Future We Want*. Nova York: Organização das Nações Unidas.
- Page, S., & Getz, D. (1997). *The business of rural tourism: International perspectives*. London: International Thomson Business Press.
- Partidário, M. (2003). Turismo em Espaços Rurais e Naturais – Uma oportunidade Sustentável. *Actas do I Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Escola Superior Agrária de Coimbra e Sociedade de Estudos Rurais.
- Pereira, M. (2009). Cultura de Planeamento e Governação: Contributos para a coesão territorial. Lisboa: e-Geo – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional.
- Pintassilgo, J., & Teixeira, M. (1997). *Turismo: Horizontes alternativos*. Lisboa: Edições Calibri.
- Pinto, A. (2004). *Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas*. Viseu: Palimage Editores.
- Queirós, M., Vaz, T., & Palma, P. (2007). Uma reflexão a propósito do risco. *VI Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa: APG & UNL.
- Quintal, R. (1996). *Laurissilva - Floresta da Madeira*. Funchal: Editorial Correio da Madeira.
- Quintal, R. (2001). *Levadas e Veredas da Madeira* (3ª ed.). Funchal: Francisco Ribeiro & Filhos.
- Quintal, R., & Vieira, M. (1985). *Ilha da Madeira - Esboço de Geografia Física*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- Rebello, F. (2003). *Riscos Naturais e Ação Antrópica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, J. (2005). *S. Vicente - subsídios para a história do concelho*. São Vicente: Câmara Municipal de S. Vicente.
- Ribeiro, M., & Ramalho, M. (2007). *Uma visita geológica ao Arquipélago da Madeira*. Funchal: Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia da RAM.
- Ribeiro, O. (2003). *Memórias de Um Geógrafo*. Edições João Sá da Costa.
- Rodrigues, A. (2005). *Trilhos pedestres e turismo: uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Rodrigues, D. (2005). *Análise de risco de movimentos de vertente e ordenamento do território na Madeira - Aplicação ao caso de Machico*. Funchal: Universidade da Madeira.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e Planeamento Sustentável*. São Paulo: Papirus Editora.
- Santos, A. (2011). *O turismo e a perceção dos seus impactos pela comunidade local*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Santos, N. (2006). Geomonumentos: competição territorial e desenvolvimento. *Cadernos de Geografia*, 123-126.
- Secretaria Regional do Ambiente. (2008). *Declaração da Madeira*. Obtido em 1 de abril de 2013, de SRA: www.sra.pt

- Silva, F. (2008). *Sistemas de Informação Geográfica na Internet Aplicados ao Turismo de Natureza*. Lisboa: ISEGI.
- Silva, F. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Silva, F., & Menezes, C. (1978). *Elucidário Madeirense* (4ª ed.). Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Simões, J., & Ferreira, C. (2009). *Turismo de Nicho: Motivações, produtos, territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Simões, O., & Cristóvão, A. (2003). *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Simpson, M., & Gladin, E. (2008). *Good Practices: Natural Hazard Risk Management in the Caribbean Tourism Sector*. Barbados: Caribbean Regional Sustainable Tourism Development Programme.
- SRA. (2002). *Plano Regional da Água da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.
- SRPF. (2011). *Relatório do Orçamento da Região Autónoma da Madeira*. Obtido em 1 de fevereiro de 2013, de Secretaria Regional do Plano e Finanças: www.srpf.gov-madeira.pt
- SRPF. (2012). *Relatório do Orçamento da Região Autónoma da Madeira*. Obtido em 1 de fevereiro de 2013, de Secretaria Regional do Plano e Finanças: www.srpf.gov-madeira.pt
- SRPF. (2013). *Relatório do Orçamento da Região Autónoma da Madeira*. Obtido em 1 de março de 2013, de Secretaria Regional do Plano e Finanças: www.srpf.gov-madeira.pt
- Synovate. (2004). *Estudo Sobre o Gasto Turístico na Madeira*. Funchal: Synovate.
- Tavares, A., & Cunha, L. (2008). Perigosidade natural na gestão territorial. O caso do Município de Coimbra. *A Terra: Conflito e Ordem*, 89-100.
- THR. (2006). *10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Lisboa: Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.
- Tovar, Z., & Carvalho, P. (2011). Percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal. *Turismo & Sociedade*, 305-322.
- TP. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP. (2011). *O Turismo na Economia - Evolução do contributo do Turismo para a economia portuguesa 2000-2010*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP. (2012a). *Turismo de Portugal, Quadros estatísticos*. Obtido em 1 de abril de 2013, de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt>
- TP. (2012b). *Quadros Estatísticos TER*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP. (2013a). *Turismo de Portugal, Quadros estatísticos*. Obtido em 1 de abril de 2013, de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt>
- TP. (2013b). *Os Resultados do turismo 2012*. Obtido em 1 de abril de 2013, de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt>
- Trigo, L. (2009). *Turismo Básico* (8ª ed.). São Paulo: SENAC.

- UNEP. (2011). *Towards a green economy: Pathways to sustainable development and poverty eradication*. United Nations Environment Programme.
- UNISDR. (2004). *Living With Risk*. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.
- UNISDR. (2008). *Disaster Risk Management For Coastal Tourism Destinations Responding To Climate Change*. Paris: United Nations Environment Programme.
- Weaver, D., Faulkner, B., & Lawton, L. (1999). *Nature-based tourism in Australia and beyond: A preliminary investigation*. Griffith : Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism.
- WTTC. (2013a). *Travel & Tourism Economic Impact 2013 World*. Londres: World Travel & Tourism Council.
- WTTC. (2013b). *Travel & Tourism Economic Impact 2013 Portugal*. Londres: World Travel & Tourism Council.
- Zêzere, L. (2005). *Dinâmica de vertentes e riscos geomorfológicos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Zêzere, L., & Garcia, R. (2003). Avaliação de Riscos Geomorfológicos: Conceitos, Terminologia e Métodos de Análise. *III Seminário Recursos Geológicos, Ambiente e Ordenamento do Território, Livro de Actas*, (pp. 299-308). Vila Real.
- Zêzere, L., Pereira, A., & Morgado, P. (2006). *Perigos Naturais e Tecnológicos no Território de Portugal Continental*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Sites:

- www.pnm.pt em 15 maio de 2013
- www.fcmporugal.com em 1 de junho de 2013
- www.pordata.pt em 12/05/2013
- www.azoresgeopark.com em 10/09/2013
- www.naturtejo.com em 8/06/2013
- www.geoparquearouca.com/ em 8/06/2013

Legislação

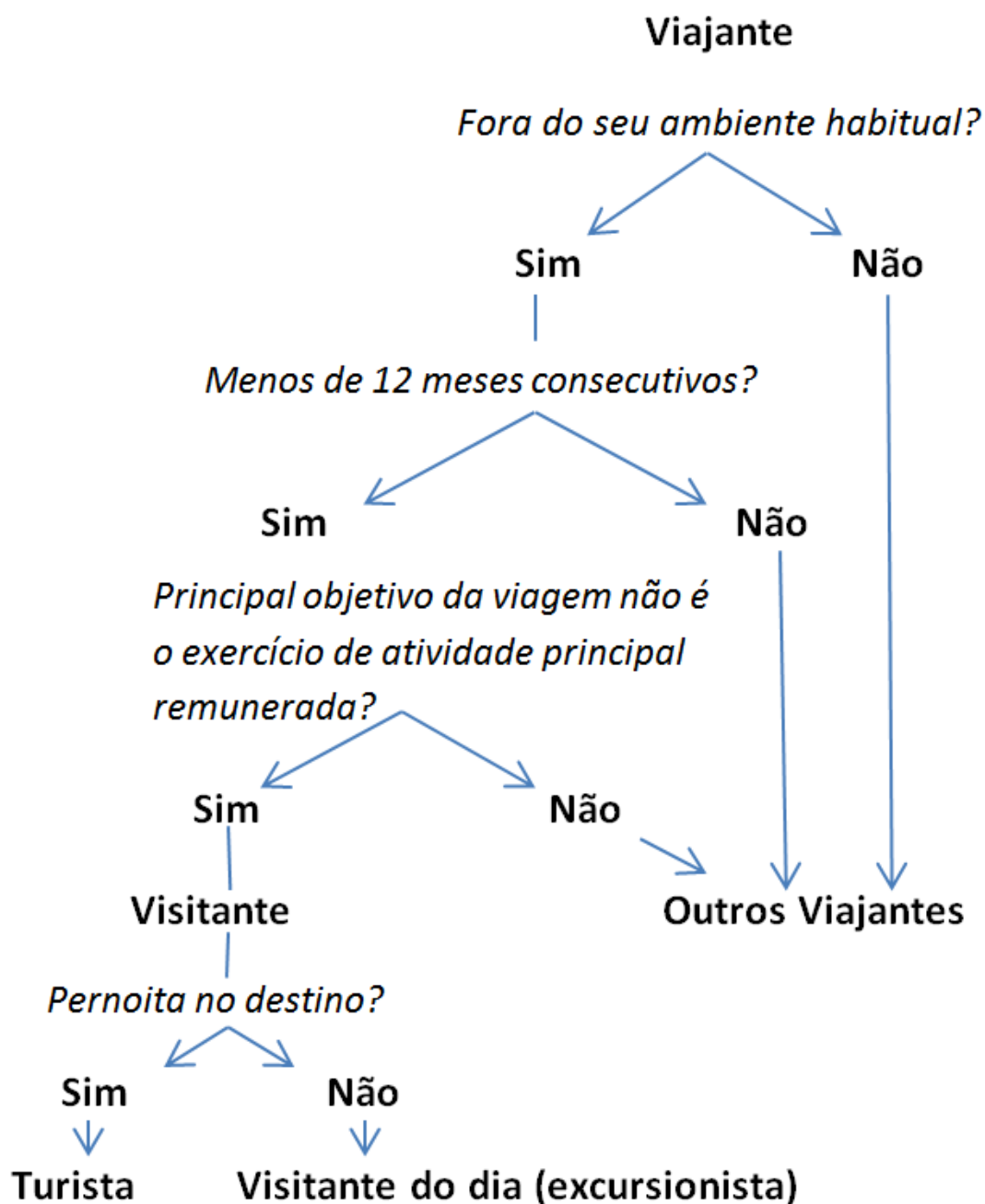
- Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M de 6 de maio
- Decreto Legislativo Regional n.º 12/95/M, de 24 de junho
- Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M de 29 de agosto
- Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M de 20 de março
- Decreto Legislativo Regional n.º 8-A/2001/M, de 20 de abril
- Decreto Legislativo Regional n.º 9/1997/M, de 18 de Julho
- Decreto Regulamentar n.º 2/1999 de 17 de fevereiro
- Decreto-lei n.º 380/99, de 22 setembro
- Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março
- Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 47/1999, de 16 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março
- Decreto-Lei nº 39/2008 de 07 de março.
- Decreto-Lei nº 54/2002, de 11 de março
- Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro
- Lei n.º 60/2007 de 4 de setembro
- Lei nº 11/87, de 7 de abril
- Lei nº 48/98, de 11 de agosto

Lei nº 54/2007, de 31 de agosto
Portaria n.º 1465/2004, de 17 de dezembro
Portaria n.º 61/2010 de 30 de agosto de 2010

Anexos

Anexo I

Tipos de Viajantes segundo OMT (1995)



Anexo II

Lista de Áreas Protegidas da RAM (www.pnm.pt em 15 maio de 2013)

Classificação Regional

ÁREA	TIPO CLASSIFICAÇÃO
Parque Natural da Madeira	Inclui áreas com diferentes tipos de proteção
Reserva Natural Parcial do Garajau	Reserva marinha
Reserva Natural da Rocha do Navio	Reserva marinha
Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo	Área Protegida (inclui a Área Classificada de ZEC)
Reserva Natural das Ilhas Desertas	Reserva Natural (sobrepõe a área classificada de ZEC e ZPE)
Reserva Natural das Ilhas Selvagens	Reserva Natural (sobrepõe a área classificada de ZEC e ZPE)

Classificação da Rede Natura 2000 (Europeu)

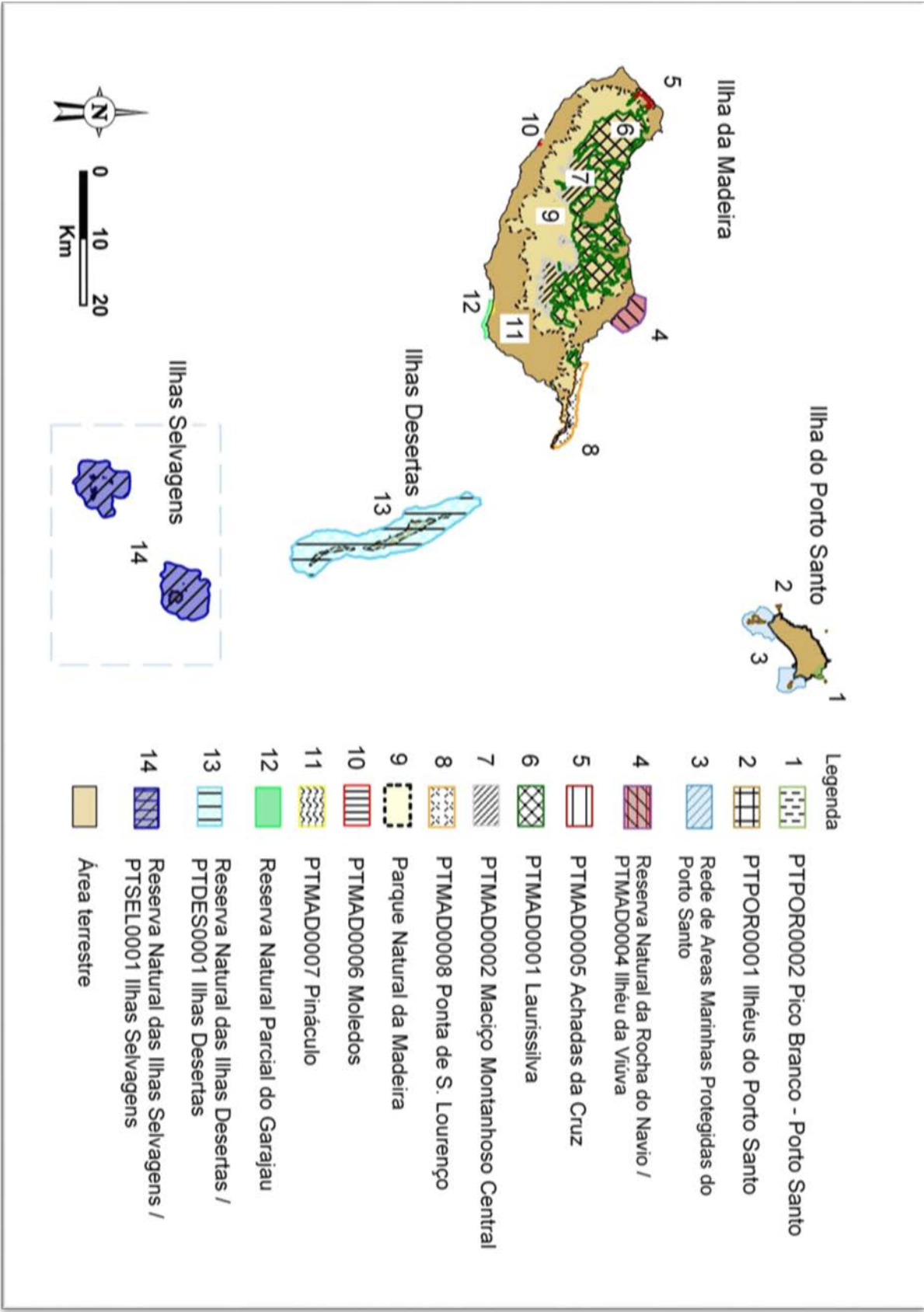
ÁREA	TIPO CLASSIFICAÇÃO
Maciço Montanhoso Central	Área Classificada de ZEC e ZPE apenas a zona ocidental, totalmente incluída no PNM
Laurissilva	Área Classificada de ZEC e ZPE, maioritariamente incluída no PNM
Ponta de S. Lourenço	Área Classificada de ZEC, parcialmente incluída no PNM
Ilhéu da Viúva	Área Classificada de ZEC, sobrepõe à Reserva Natural da Rocha do Navio
Achadas da Cruz	Área Classificada de ZEC
Moledos	Área Classificada de ZEC
Pináculo	Área Classificada de ZEC
Pico Branco (Porto Santo)	Área Classificada de ZEC
Ilhéus do Porto Santo	Área Classificada de ZEC, incluída na Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo
Ilhas Desertas	Área Classificada de ZEC e ZPE, sobrepõe à Reserva Natural das Ilhas Desertas
Ilhas Selvagens	Área Classificada de ZEC e ZPE, sobrepõe à Reserva Natural das Ilhas Selvagens

Diretiva Habitats: Zonas Especiais de Conservação (ZEC)

Diretiva Aves: Zonas de Proteção Especial (ZPE)

Anexo III

Mapa de Áreas Protegidas da RAM (www.pnm.pt em 15 maio de 2013)



Anexo IV

Normas para a Implantação e Marcação de Percursos Pedestres da FCMP
Extracto de “Percursos Pedestres - Normas Para Implantação e Marcação”(2001)

1ª Fase – Anteprojecto

As entidades interessadas em marcar um percurso pedestre (PP) devem começar por elaborar um anteprojecto onde conste, nomeadamente:

- *As razões que levam à marcação do Percurso Pedestre e objectivos a atingir;*
- *Descrição sumária do percurso;*
- *O seu itinerário traçando num mapa de 1/25.000 ou outro adequado.*

2ª Fase – Reconhecimento

1. Após elaborar o anteprojecto do PP, tendo sido estabelecidos os pontos de passagem obrigatória, é necessário fazer o reconhecimento no terreno tendo em consideração com o itinerário será, em principio, por caminhos públicos e não nos esquecendo que ele se destina ao viajando que deseja conhecer a região e o seu património natural e construído, que se interesse, também, pelas festas, feiras e romarias, que quer experimentar a gastronomia e os sabores locais, que precisa de se alojar e pernoitar. Em face disso:

- *Escolher na medida do possível caminhos, carreiros ou estradas de terra batida ou em pedradas; preferir sempre caminhos tradicionais e históricos nem que tenham de ser recuperados; evitar ao máximo estradas asfaltadas. Andar por elas é incómodo, monótono e às vezes perigosos;*
- *Não ter dúvidas em fazer um desvio o estabelecer um ramal para chegar a um monumento ou ruínas com interesse, a um miradouro ou fonte;*
- *Proceder da mesma forma em relação a alojamento e locais de reabastecimento.*

2. As estradas, caminhos e carreiros por onde passará o PP pertencem a alguém: Estado, Município, a particulares, etc. Antes de decidir que o PP seguirá por eles é necessário conhecer o proprietário. A melhor forma de o fazer é consultando os documentos existentes em cadastro e arquivo das Câmaras Municipais.

3. Deve evitar-se a marcação da PPs em propriedades privadas, dando sempre preferência aos caminhos públicos ou de serventia, mesmo que sejam mais longos.

4. Tratando-se de domínios públicos ou privados do Estado é necessário estabelecer contactos com os organismos responsáveis da zona (departamentos florestais, direcções de espaços protegidos,

etc.). Para determinar o melhor itinerário a seguir, visto poder haver projectos para abate de árvores, replantações, abertura de novos caminhos, etc. Que não têm sido levados em conta poderão, no futuro, prejudicar e alterar o traçado do PP.

5. Durante o reconhecimento no terreno deve ser feito o levantamento necessário (painéis informativos, postos, placas indicativas, etc.) E a sua localização, devendo esta ser assinalada em mapas de 1/25.000 ou 1/50.000.

6. Deve fazer-se, também, uma descrição do PP nos dois sentidos assim como o apanhado das curiosidades naturais, arqueológicas, etnográficas e históricas existentes ao longo do percurso e nas suas proximidades. Os sítios de alojamento (hotéis, pensões, turismo rural, parques de campismo, locais de acampamento, etc.) e de abastecimento, serão igualmente assinalados.

7. Todos estes dados servirão para elaborar e enriquecer o roteiro de percursos pedestres.

8. Com a informação recolhida, com a já existente do anteprojecto e com algumas fotografias, elabora-se o projecto cuja cópia deve ser enviada ao Registo Nacional de Percursos Pedestres acompanhando com o respectivo pedido de registo.

É este o serviço da Federação Portuguesa de Campismo e Montanha que tem a incumbência de:

- Verificar se será implantada de acordo com o proposto pelas normas da FCMP;*
- Verificar se o projecto apresentado não vai colidir com outro PPs já implantadas na zona;*
- Atribuir-lhe a numeração;*
- Fazer a sua homologação depois de implantada, homologação essa que passa por uma ou mais visitas técnicas ao local.*

3ª Fase- Sinalização com pintura

1. As marcas de pintura constituem a sinalização fundamental para a orientação do pedestrianista. A sinalização com placas indicativas e painéis são unicamente um complemento;

2. É muito importante escolher o local onde colocar uma marca; ela deve “saltar à vista”;

3. As marcas devem ser desenhadas, com formas geométricas bem definidas, colocadas em sítios bem visíveis com leitura dos dois sentidos.

4. No caso de ter que se pintar em rochas ou velhos troncos de árvore, estes devem estar fixos de forma que os habituais vândalos não possam danificar ou alterar o sentido do percurso;

5. *Caso tenha que se recorrer à colocação de postes para suporte de marcas por falta de outros meios, estes devem ser suficientemente enterrados com sistema anti-arranque, ficando cerca de 80 cm fora do solo;*
6. *Em carreiros pouco batidos ou semi-apagados a frequência das marcas deve ser maior;*
7. *Em caminhos ou estradas bem definidas ou rectas não deverá haver interrupção de sinalização, ainda que possa ser mais espaçada;*
8. *Devem utilizar-se tintas plásticas de exterior de boa qualidade – tinta d'água ou outras soluções que não sejam agressivas para o ambiente;*
9. *Depois de sinalizar um troço do percurso deve-se segui-lo em sentido inverso para confirmar que as marcas são facilmente visíveis dos dois sentidos;*
10. *Um percurso pedestre deve estar tão bem marcado que possa ser feito por qualquer praticante, mesmo o menos experiente - sem recurso a mapa, bússola, roteiro, etc;*
11. *As marcas não devem ultrapassar os 12 cm de comprimento nem os 3 de largura;*
12. *Nunca colocar uma marca em paredes de habitações sem autorização do proprietário e em património construído especialmente em monumentos, incluindo os mais simples, tais como: cruzeiros, alminhas, fonte.*

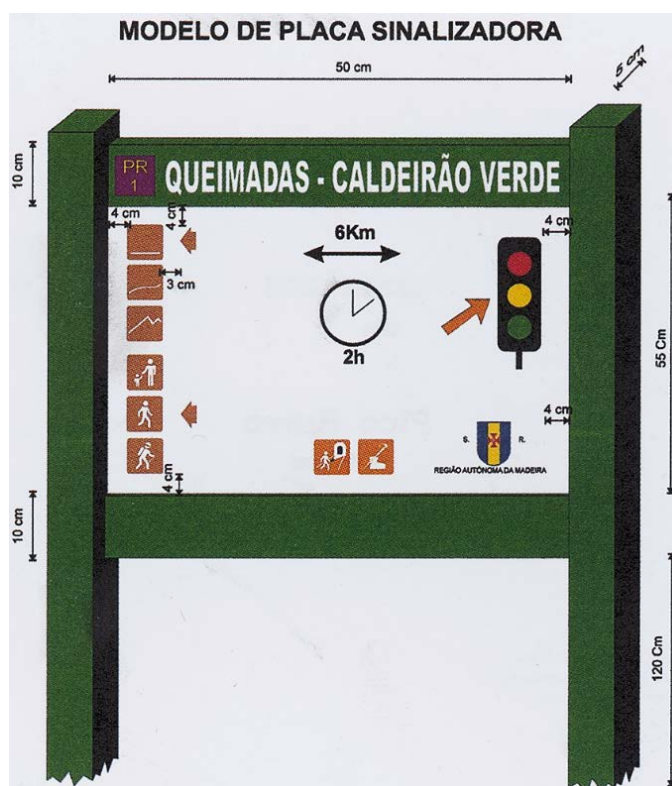
Anexo V

Exemplo brochura de divulgação de percurso pedestre da Direção Regional de Turismo da RAM
(<http://www.visitmadeira.pt>)



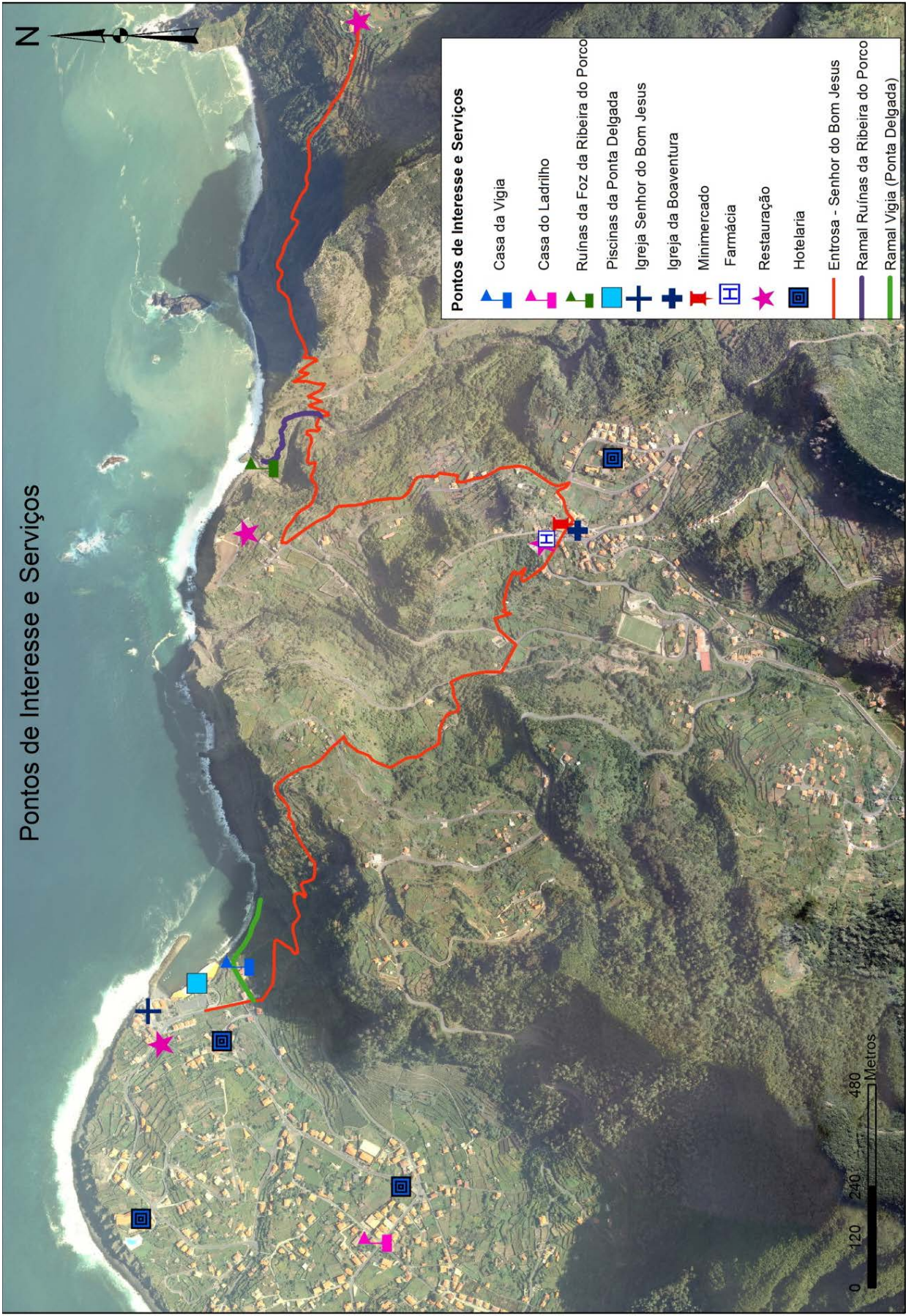
Anexo VI

Sinalização e marcação em percursos pedestres recomendados
Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M de 20 de março



Anexo VII

Mapa do percurso, ramais, pontos de interesse, hotelaria, restauração e serviços



Anexo VIII

Proposta de intervenções sobre o percurso Entrosa – Senhor do Bom Jesus




ENTROSA - SENHOR DO BOM JESUS																
UN			v.g.	m²	m³	ml	m²	m²	m²	m²	m³	m³	ml	ml	un	
TOTAL RECONHECIM.			1,00	1931,20	50,13	0,00	126,40	16,50	160,50	2,70	0,53	89,27	84,00	340,00	0,00	2,00
Início de obras	Fim de obras	Quantidade	Estaleiro de obra	Limpeza e desmatção	Remoção de pedras, terras, etc.	execução de tuneis	Calçada com pedra existente no local, sobrecamada de betão C12/15 com 0,10m de espessura	Regularização pavimento terra + compactação	Escavação de taludes para alargamento da vereda	Regularização pavimento em terra + elementos longitudinais	Degraus em lajeado e betão	Muro em pedra aparelhada assente sobre camada betão C20/25	Muro em betão ciclópico	Varandim com prumos SNT 40 Ø 25mm	guarda em urze	Painéis informativos, inc/ execução de mactiços de fundação
mt	mt															Informação de referência
0	0		1,00													1,00
239	248	9,00										27,00				
239	248	9,00					9,00									
318	320	2,00										2,00				
318	320	2,00					2,00									
332	341	9,00														
341	372	31,00														
372	396	24,00												24,00		
435	478	43,00												43,00		
510	513	3,00												3,00		





580	703	123,00												123,00			Novo desabamento destruiu 4m caminho
703	763	60,00		72,00													1,20 m de largura
703	763	60,00			18,00												0,30 m de altura X 1,00 m de largura
773	776	3,00									1,50						1,0 m de altura X 0,50 m de largura
773	842	69,00												69,00			
861	870	9,00												9,00			
865	870	5,00							7,50								1,5 m de largura
865	870	5,00			2,40												1,20 m de altura X 0,40 m de largura
865	880	15,00									11,25						1,0 m de altura X 0,50 m de largura
865	880	15,00												15,00			
888	899	11,00												11,00			Lado direito
888	899	11,00		13,20													1,20 m de largura
888	899	11,00							11,00								1,00 m de largura
888	899	11,00						16,50									1,5 m de largura
916	924	8,00									1,92						0,60 m de altura X 0,40 m de largura
916	941	25,00			5,63												1,50 m de altura X 0,15 m de largura
941	950	9,00									3,60						
956	986	30,00			12,00												
986	1430	444,00		532,80													1,20 m de largura
1085				50,00										10,00			Miradouro, estrada, bancos e mesa
1085									10,00								10,00 m de comprim. X 1,00 m de largura
1085								50,00									10,00 m de comprim. X 5,00 m de largura
1085																	2 bancos
1141	1146	5,00			2,50												1,0 m de altura X 0,50 m de largura
1303																	
1407	1414	7,00											84,00				4,00 m de altura X 3,00 m de largura
1430	1454	24,00															Ponte pedra
1571	1576	5,00						6,00									1,20 m de largura
1607	1616	9,00								2,70							0,30 m de largura
1716																	À direita tem a indicação de restaurante
1852																	Casa
1866																	São Cristovão
1866	1910	44,00															Estrada de Alcatrão
1910																	Entrada na vereda
1910	2174	264,00		264,00													1,00 m de largura
1910	2174	264,00							132,00								0,5 m de largura
2091	2105	14,00									42,00						
2091	2105	14,00						21,00									





2142	2174	32,00			9,60												1,5 m de largura X 0,20 m de altura
2142	2174	32,00					38,40										1,20 m de largura
2174																	Fontenário
2417	2658	241,00															Estrada de Alcatrão
2658	2801	143,00															Vereda cimentada
2801																	Largo da Igreja da Boaventura
2801	2934	133,00															Estrada de Alcatrão
2934	3350	416,00															Vereda calçetada
3350	3560	210,00															Estrada de Alcatrão
3560	3894	334,00															Vereda cimentada
3560	4006	446,00		446,00													1,00 m de largura
3894	3899	5,00															
3912	3914	2,00								0,53							
4006																	Miradouro
4030	4035	5,00															Lombadinha
4242																	Recuperação de bancos no miradouro
4242	4703	461,00		553,20													1,20 m de largura
4703	4710	7,00												7,00			
4726	4752	26,00												26,00			Lado esquerdo até à estrada
4752	4780	28,00															Estrada Regional
4780	5157	377,00															Entrada na vereda calçetada
5157																1,00	Ponta Delgada
TOTAL			1,00	1931,20	50,13	0,00	126,40	16,50	160,50	2,70	0,53	89,27	84,00	340,00	0,00	2,00	





Anexo IX


Descrição e fotografia de Pontos Críticos

Ponto Crítico (PC)	Descrição	Foto (nos anexos)
PC 1	Existência de rocha fraturada e vestígios de queda de pequenos blocos. Não compromete a passagem nem justifica intervenção mas será assinalada como ponto a ter em atenção na App NWalks.	
PC 2	Existência de rocha fraturada e vestígios de queda de pequenos blocos. Não compromete a passagem mas será necessário reparar varandim. É um ponto a ter em atenção na App NWalks.	
PC 3	Evidências de um desabamento com alguma dimensão. O varandim está danificado e o percurso estreitado. Percurso foi entretanto limpo mas será necessário repor alguns metros de varandim. Vertente apresenta rocha fraturada e algum solo solto pelo que exige atenção e cuidado ao passar.	

		
PC 4	<p>Evidências de um desabamento com alguma dimensão. O varandim está danificado e o percurso estreitado. Percurso foi entretanto limpo mas será necessário repor alguns metros de varandim. Vertente apresenta rocha fraturada e algum solo solto pelo que exige atenção e cuidado ao passar.</p>	  
PC 5	Pequena queda de blocos, entretanto já limpa.	

		
PC 6	<p>Pequeno desabamento. O caminho entretanto foi limpo e permite a passagem mas continua material depositado junto à vertente.</p>	
PC 7	<p>Evidência de queda de blocos de grande dimensão. Varandim ficou destruído ao longo de vários metros. Material depositado já está coberto por vegetação que indica que não é recente. Alguns troços do caminho terão de ser escavados e alargados e retiradas rochas depositadas.</p>	 

		
PC 8	Desabamento de pequena dimensão e colapso da muralha de suporte sobranceira à ribeira. Será necessário repor a muralha.	
PC 9	Colapso de muro em pedra emparelhada, forçado por raízes de árvores, sobre o caminho e ocupando parte dele com rocha e terra. O restante muro terá de ser reparado	
PC 10	A descida do Caminho do Aviceiro possui piso algo escorregadio, sobretudo se húmido ou molhado, o que justifica o alerta.	
PC 11	No fim do Caminho da Beira do Aviso, onde se atravessa a Estrada Regional, o piso molhado devido à escorrência de água na	

	<p>vertente torna o piso escorregadio. Será necessário repor o varandim no final do caminho, em degraus.</p>	
PC 12	<p>A erosão provocada pelo mar levou a colapso de parte do piso estrada de acesso à Vigia (ramal alternativo ao percurso principal)</p>	